

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**“ATÉ AS MULHERES PEGARAM EM ARMAS”: UMA ANÁLISE A RESPEITO
DAS MULHERES PRESENTES NAS DISPUTAS AGRÁRIAS EM PEDRA LISA,
MAGÉ E XERÉM ENTRE 1948 E 1964.**

LUCIANA ANDRADE

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“ATÉ AS MULHERES PEGARAM EM ARMAS”: UMA ANÁLISE A
RESPEITO DAS MULHERES PRESENTES NAS DISPUTAS
AGRÁRIAS EM PEDRA LISA, MAGÉ E XERÉM ENTRE 1948 E 1964.**

LUCIANA ANDRADE

Sob a orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

e Co-orientação do Professor
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Junho de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento
Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A 553
" Andrade, Luciana, 1989-
" "Até as mulheres pegaram em armas": uma análise a
respeito das mulheres presentes nas disputas agrárias
em Pedra Lisa, Magé e Xerém entre 1948 e 1964 /
Luciana Andrade. - 2018.
126 f.: il.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Coorientador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2018.

1. Baixada Fluminense. 2. Disputas por terra. 3.
Mulheres. I. Sales, Jean Rodrigues, 1972-, orient.
II. Ribeiro, Felipe Augusto dos Santos, 1982-,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. IV.
Título.

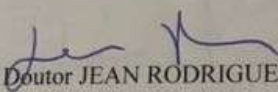
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

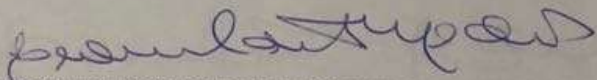
LUCIANA ANDRADE

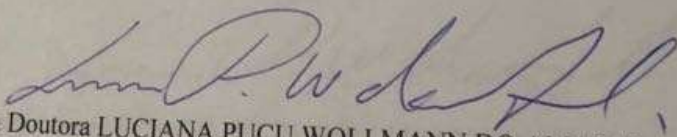
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/06/2016

Banca Examinadora:


Professor Doutor JEAN RODRIGUES SALES
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ


Professora Doutora LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS – CPDA/UFRRJ


Professora Doutora LUCIANA PUCU WOLLMANN DO AMARAL – SME/RJ

*À Lúcia e Luís,
Que antes de tudo ensinaram sobre amor.*

AGRADECIMENTOS

É engraçado perceber depois de tudo quantas inspirações me guiaram até aqui. Certamente me lembro, antes de qualquer coisa, de meu pai e minha mãe, que além de todo suporte financeiro e emocional que sempre me deram, se refletem na própria escolha deste objeto de algum modo. Ele sempre contava a história de suas crenças e lutas e, quase que sem querer, me transmitiu o reconhecimento desta importância de conhecer e valorizar nosso lugar. Ela, com sua força feminina, muito mal disfarçada mas que não admite, nunca baixa a cabeça para ninguém.

Também agradeço a meus irmãos. Primeiro, à biológica porque são muitos anos de paciência, escutando os acalorados debates entre o pai e eu. Meus irmãos recém-adquiridos, Cássio e Antônio, e a capacidade que eles têm de escutar por horas um falatório sobre trabalhadoras rurais também precisam ser reconhecidos neste momento.

Aos meus orientadores, Jean e Felipe, também agradeço muito. Sei da dificuldade que foi me orientar, vinda de outra área e sendo enrolada, mas eles tiveram bastante paciência e não desistiram. Deram amplo suporte acadêmico e em termos de organização de tempo. Foram excelentes o tempo inteiro. Academicamente, eu cresci muito durante este processo e devo isto a vocês.

Agradeço as professoras e pesquisadoras Marlúcia Santos, Luciana Amaral e Leonilde Medeiros. Marlúcia e Leonilde por me receberem e pacientemente responderem minhas perguntas, além de me incentivarem e darem suporte a este trabalho. Luciana Amaral por ter cedido o material de sua mãe que foi fundamental a esta pesquisa.

Claro que não poderia deixar de agradecer ao Artur, meu namorado e companheiro, por estar do meu lado, por se importar, por me motivar e acreditar que eu sou capaz. Eu aprendo muito com você o tempo inteiro.

Por fim, uma dúvida que vem me dividido ao longo deste processo é se eu agradeceria ou não a Deus, afinal são frequentes as minhas dúvidas sobre sua existência. Em meio a um emaranhado de pensamentos inconstantes, contudo, acredito que minha vida, sobretudo em um momento como este, me guia a ser grata. Portanto, agradeço, sim, a Deus, mas não um Deus conforme expresso nas religiões, mas um Deus que é, antes de qualquer formalidade ou ritual, amor.

RESUMO

ANDRADE, Luciana. **“Até as mulheres pegaram em armas”**: uma análise a respeito das mulheres presentes nas disputas agrárias em Pedra Lisa, Magé Xerém entre 1948 e 1964. 2018. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Este trabalho tem por objetivo discutir a respeito da participação feminina em movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Pedra Lisa, Magé e Xerém - regiões localizadas no estado do Rio de Janeiro - entre os anos de 1948 e 1964. As disputas agrárias foram motivadoras de grande acirramento político no cenário brasileiro pré-1964. No estado do Rio de Janeiro tal fato também era notável: múltiplos movimentos sociais sintetizavam este tipo de demanda, dentre as quais destacaram-se, inicialmente, a Associação de Lavradores Fluminense, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e a Associação de Lavradores de Magé, sendo fato que posteriormente a Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro predominou neste mesmo contexto. Neste sentido, esta pesquisa procurou melhor conhecer a composição de tais organizações através da categoria gênero. Por meio da análise de biografias, entrevista, documentário, periódicos e arquivos de polícia política buscou-se compreender a atuação de mulheres naquelas disputas agrárias. Para isso, esta dissertação foi construída em três capítulos que buscaram apresentar a linha de raciocínio que conduziu este trabalho, em que será possível observar que existiam mulheres inseridas nestas disputas e que atuavam em prol demandas de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Baixada Fluminense. Disputas por terra. Mulheres.

ABSTRACT

ANDRADE, Luciana. **“Even women took up weapons”**: an analysis about women inside land struggles in Pedra Lisa, Magé and Xerém between 1948 e 1964. 2018. Dissertation (Master Science in History, Power Relationships, Work and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

This research aims to discuss about feminine participation in rural workers movements in Pedra Lisa, Magé and Xerém – regions placed in Rio de Janeiro state – between 1948 and 1964. Land struggles had worsened political disputes before 1964. In Rio de Janeiro state, this fact also could be noted: various social movements had summarized this kind of request, among them should be highlighted, at first, Fluminense Peasants Association, Pedra Lisa’s Peasant and Trespassers Society and Magé’s Peasant Association, and after that Peasants Association Federation of Rio de Janeiro State prevailed in this scenario. In this regard, the present work tried to learn about the composition of those organizations through gender category. We analyzed biographies, interview, documentary, newspapers, magazines and political police documents to understand women actions inside those struggles. To do so, this dissertation has been built in three chapters which presented the line of thoughts that guided itself. This way, it’s going to be possible to observe the fact that there were women among those disputes and they acted for rural workers requests.

Key words: Baixada Fluminense. Land Struggles. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Japerí com indicação de Pedra Lisa	22
Figura 2: Mapa de Magé	27
Figura 3: Mapa de Duque de Caxias com divisão de distritos.	30
Figura 4: Foto de Josefa utilizada em sua campanha para Deputada Federal	39
Figura 5: Foto de mulher e crianças em Piranema	60
Figura 6: Foto de Sebastiana Xavier (à direita) com sua irmã.	82
Figura 7: Foto de estudante declamando poema durante as festividades da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa	83
Figura 8: Foto de Sebastiana Xavier coroada como Rainha.....	84
Figura 9: Foto de Olinda, Eunice e Dometília.....	99
Figura 10: Lavradores e lavradora na redação do Imprensa Popular	101

LISTA DE SIGLAS

AFF – Associação Feminina Fluminense

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ALF – Associação de Lavradores Fluminenses

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CNLTA – Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FCOP – Federação dos Círculos Operários Fluminense

FLERJ – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FNM – Fábrica Nacional de Motores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PPAA – Plano Piloto de Ação Agrária

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

UDN – União Democrática Nacional

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O CENÁRIO FLUMINESE	7
Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA)	16
Relações urbano-rurais	19
Pedra Lisa	22
Magé	26
Xerém	30
CAPÍTULO II: O QUE ERA SER MULHER NESTAS CONDIÇÕES?	34
Josefa Paulino	39
Trabalho de mulher	46
Violência contra mulheres durante os despejos	52
Crianças trabalhadoras rurais	57
Associação Feminina Fluminense – AFF	61
As decisões femininas	63
CAPÍTULO III – AS TRABALHADORAS RURAIS: EXEMPLOS DE EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA	69
Lavradoras de Pedra Lisa: Sebastianas e Iracemas	72
Lavradoras de Magé: Anas e Marias	84
Lavradoras de Xerém: Marias, Rosas e Antônias	95
Comparativo entre Pedra Lisa, Magé e Xerém	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
FONTES	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica da história da Baixada Fluminense¹ perpassa, com frequência, por descobertas militantes e a busca do que lhe é próprio, não acessório a capital. Atuações de pesquisadores como Marlúcia Santos de Souza, Nielson Bezerra e Felipe Ribeiro, que se comprometem e envolvem com as comunidades interessadas, ultrapassando a produção de conhecimento que se engessa na academia, são verdadeiramente inspiradoras e soam como características desta região.

Motivada por experiências similares às mencionadas, esta pesquisa então se iniciou. Os laços afetivos com a localidade estudada certamente pesaram para que houvesse um interesse inicial pelo tema. Contudo, a cada passo avançado no trajeto que conduziu ao projeto desta pesquisa, mais definida se tornava a relevância do tema e quais limites deveriam ser traçados para ele.

No que diz respeito às pesquisas em relação aos movimentos sociais na Baixada Fluminense, frequentes são os estudos acerca do que se passava nos campos. Neste sentido, algumas localidades destacavam-se ainda mais em virtude da proeminência das organizações oriundas delas. É o caso de Xerém, Pedra Lisa e Magé, que se consolidaram no cenário estadual e constantemente dialogavam e interferiam em eventos de regiões adjacentes. De acordo com essa percepção, deu-se o recorte espacial para esta pesquisa.

Através do olhar atento aos movimentos dos mencionados locais, é perceptível que a atuação é interrompida em 1964, logo após a deflagração do golpe, o qual culminou na deposição do então presidente João Goulart e na consolidação do regime militar. Entretanto, o marco inicial para este movimento não foi em virtude de um evento que inaugurou ou esclareceu, de alguma forma, sobre a atuação dos movimentos das regiões citadas, haja vista que surgiram de diferentes experiências em contextos diversos. Dessa forma, decidiu-se por iniciar o recorte temporal em 1948, ano em que surge a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, sendo o primeiro dos três movimentos a se estruturar.

Estudar as disputas nos campos fluminenses neste período, no entanto, não seria o único assunto a ser abordado nesta pesquisa. De fato, algo que se destacou a partir destes estudos,

¹ A respeito do conceito de Baixada Fluminense, deve ser notado que, apesar de se optar por não adentrar nesta discussão, esta pesquisa não está alheia aos debates a cerca do **território** abrangido, ou não, pela expressão “Baixada Fluminense”. Dentro da discussão mais recente a respeito do tema, interessa apontar a ideia de Ana Lucia Silva Enne (2002) de que se trata de um termo polissêmico, de maneira que se reconheça a existência de diversos conceitos para “Baixada Fluminense”. Contudo, também deve ser apontado como válido o pensamento de Manoel Ricardo Simões (2006) que propõe o entendimento de que se deva valorizar o passado histórico comum destes lugares, em função dos portos fluviais e dos caminhos que ligavam o Rio de Janeiro ao interior do país, bem como a ocupação populacional relacionada aos ramais ferroviários.

no percurso para a definição do tema a ser pesquisado, foi a possibilidade de atuação feminina dentro deste contexto. A pesquisa de Santos de Souza (2014), ao sugerir que existiam “Evas agitadoras e vermelhas” (SOUZA, 2014, p.214) no município de Duque de Caxias e a professora Luciene Alcinda de Medeiros, que comentou durante seu curso² sobre a atuação de Josefa Paulino, foram determinantes para o vislumbre da existência de mulheres nestes movimentos e que, por isso, era necessário falar sobre elas.

A partir de Josefa, aprofundaram-se as pesquisas sobre estes movimentos em busca de vestígios da atuação feminina. Dessa forma, desenhou-se o tema a ser abordado em minha pesquisa, sobretudo, com base no momento em que se tornou claro que fosse ampla e profunda a atuação feminina ou não, este fato era algo significativo para ser pesquisado. Afinal, a construção da história da Baixada Fluminense se deu por meio de uma atuação plural de pessoas.

Definido o tema, o objeto deste estudo e seus recortes, a pesquisa iniciou-se oficialmente. Para tal, foi necessária a consulta a diversas fontes. Fez-se, a princípio, uma análise de três periódicos: *Última Hora*, *A luta democrática* e *Imprensa Popular*. Estes foram escolhidos levando em consideração o maior número de reportagens, notas e matérias a respeito dos cenários rurais das regiões estudadas. Ademais, outros periódicos como o *Terra Livre* e a revista *O momento feminino* também foram utilizados, uma vez que tratavam de assuntos relevantes a esta pesquisa.

O *Última Hora*, cujo diretor era Bocayuva Cunha, que posteriormente viria a ser deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apresentava forte vínculo com Roberto Silveira, governador pelo mesmo partido e teve grande relevância no cenário de disputas por terra no estado do Rio de Janeiro. O *A luta democrática*, por outro lado, era dirigido por Tenório Cavalcanti, vinculado à União Democrática Nacional (UDN) até 1960 e ao Partido Social Trabalhista (PST) depois disto. Tenório chegou a concorrer em 1962 contra Bagder da Silveira, candidato pelo PTB, ao governo do estado. Este último foi o candidato eleito neste pleito, porém, durante o período eleitoral, ficou evidente a oposição de posicionamentos entre os dois periódicos.

O terceiro jornal escolhido para análise foi o *Imprensa Popular*. Este era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi atuante até 1958. Durante este período, o periódico publicava a respeito do que se passava com os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras

² Curso de Especialização em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra Mulher oferecido pela PUC RIO e coordenado pela própria professora Luciene Alcinda de Medeiros, no campus de Duque de Caxias no ano 2015.

rurais. Além disto, contribuiu diretamente para a pesquisa uma vez que obtive um significativo número de matérias que envolviam a Associação Feminina Fluminense (AFF), indispensáveis para compreender melhor o que se passava com as mulheres de Xerém, conforme veremos mais adiante.

Além destes periódicos, também foram fundamentais como fontes as biografias de Josefa Paulino, José Pureza e Braulio Rodrigues. Estas possibilitaram discussões a respeito de como se constituía o cotidiano nos cenários estudados, além de possuírem narrativas que enfatizam a perspectiva destes personagens. Adicione-se a isto, entrevista de Josefa Paulino a Judite Pucu, por ocasião de sua monografia de conclusão de curso³, gentilmente cedida por sua filha e também pesquisadora Luciana Amaral, e o documentário “Josefa - Uma mulher na luta camponesa” de Roberto Maxwell e Luiz Claudio Lima.⁴

No que diz respeito à legislação, o Código Civil de 1916 e a lei estadual do Rio de Janeiro de número 3.951 de 1959, conhecida como o Plano Piloto de Ação Agrária, também foram amplamente consultadas como fonte, além da lei 1.532 de 2002 do município de Magé, que versa sobre a criação do distrito agrícola Rio d’Ouro. De maneira semelhante, os arquivos de polícia política do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro também propiciaram materiais relevantes que foram consultados com frequência.

As análises de tal conjunto de fontes se deram em diálogo frequente com autores que foram fundamentais na construção deste trabalho, tal qual Scott (1995; 1998), Nicholson (2000) e Thompson (1987; 1997; 2005). Ainda que encontremos críticas claras da primeira autora ao último, ambos foram capazes de contribuir com reflexões para a pesquisa.

Scott (1998) apresenta a concepção de que no trabalho de Thompson (1987), ‘experiência’ é um conceito chave para que se entenda como processo a construção de uma identidade de classe e o sujeito como atuante na história. Tal experiência seria o início de um movimento que conduz a consciência social, exercendo função de integração entre estrutural e individual. Nas palavras de Scott, a experiência foi “em última instância, gerada na ‘vida material’” (SCOTT, 1998, p.310). Dessa forma, de acordo com a interpretação da autora, parece discrepante pensar em uma análise a respeito da atuação feminina, assumindo a divisão de papéis e observando as diferenças de gênero, que se baseie em uma perspectiva de história social, sobretudo em Thompson, apoiado em um conceito fortemente conectado à inspirações econômicas.

³PUCU, Judite Rodrigues. *Mulheres, Memória e o PCB (Histórias de vida)*. Monografia de Conclusão de Curso: UFF. Niterói. 2000.

⁴Documentário escrito por Roberto Maxwell e dirigido em conjunto com Luiz Claudio Lima em 2002, com o apoio do Centro de Documentação e Memória da Baixada Fluminense e APPH-Clio.

Este pensamento poderia ser um problema para este trabalho. No entanto, para a resolução deste conflito, auxiliou Pinsky (2009), que ao procurar entender o que a história social acrescenta aos estudos de gênero observou a possibilidade de utilização da própria metodologia oriunda da história social como capaz de contribuir aos estudos das relações de gênero.

As acusações de que a História Social reduz as ações humanas em função das forças econômicas não têm sentido diante das inúmeras pesquisas nessa área baseadas no pressuposto de que a história não é o fruto de leis impessoais acima dos indivíduos, mas o resultado (ainda que frequentemente incontrolável e enviesado) das ações humanas. (PINSKY, 2009, p.180)

Assim, a influência das interações sociais também pode possibilitar um maior aprofundamento a respeito dos estudos de gênero em concomitância com aqueles a respeito da formação de classe. Neste sentido, não apenas Pinsky (2009) reconhece a relevância dos estudos de história das mulheres, Tilly (1994) ainda lembra que estes estudos devem ser valorizados por terem contribuído para que se interpretem as mulheres como atores da história, bem como se entenda que “suas atividades, suas diferenças de raça, de classe e de origem nacional, suas concepções de si e do mundo ao redor são, de agora em diante, fatos da história” (TILLY, 1994, p.59).

O presente trabalho não se encontra, portanto, em um debate acerca do que se entendia como gênero no período estudado. Busca, por outro lado, uma análise das relações sociais que se desdobravam entre homens e mulheres dentro dos movimentos sociais observados. Compreender as tarefas desempenhadas por indivíduos femininos e masculinos e qual a repercussão que estes tiveram não apenas para o grupo e para outras instâncias sociais contemporâneas a eles, tal qual a mídia ou a polícia, mas para as próprias análises historiográficas que foram feitas a partir dele quando os apresentavam.

Desta forma, possivelmente a maior contribuição deste trabalho se concentra no que é a lembrança das mulheres inseridas nos movimentos sociais que ganharam forma, sobretudo na Baixada Fluminense, dentro do recorte temporal estudado aqui. Assim sendo, se até o presente momento, traz-se memória de trabalhadores rurais atuantes, que se possa, cada vez mais ao estudar este tema, lembrar-se também das trabalhadoras rurais envolvidas nas mesmas disputas. Isto se caracteriza como relevante na forma de conhecer melhor os próprios movimentos e como eram compostos. Neste ponto, faz sentido esclarecer que, em que pese nesta pesquisa haver a opção por tratar como militantes as mulheres que declaradamente optaram por uma ação política, não se pode furtar a memória daquelas que ao oferecerem suporte para atuação de seus maridos dentro das demandas rurais, estavam amparando a

própria manifestação política dos movimentos do campo. Desta maneira, contribuíam para a organização política do contexto em que estavam envolvidas.

Ademais, também se pretende colaborar, juntamente com inúmeros pesquisadores que vem trabalhando neste sentido, para a compreensão do que é a Baixada Fluminense, como constituiu-se historicamente e como se deu sua organização e desenvolvimento, sobretudo, no que tange a atuação de movimentos sociais. Para isso, diga-se, é necessário que a pesquisa – esta e todas as outras sejam de fácil acesso à população interessada. Afinal, é através do debate e do diálogo que serão possíveis futuros aperfeiçoamentos e novas pesquisas.

Por fim, antes de adentrar a pesquisa propriamente, é relevante esclarecer a respeito de alguns termos e escolhas. Grynszpan (2009), por exemplo, ao apresentar as categorias de grileiros, grileiras, posseiros e posseiras aponta para a influência de lideranças de movimentos de lavradores, lavradoras, seus advogados e advogadas na vasta utilização destes. Ainda que nem todos os que reclamavam a propriedade de terras forjassem documentos para tanto, assim como alguns lavradores e lavradoras eram, na verdade, arrendatários, arrendatárias, parceiros ou parceiras, a criação destas identidades antagônicas fortalecia a militância e as próprias demandas jurídicas que requeriam, em um primeiro momento o usucapião. (GRYNSPAN, 2009, p.44)

Ainda assim, falar em posseiro, posseira, grileira e grileiro, ao longo desta pesquisa, se tornou viável por indicarem posições opostas, que transformaram estas palavras em sinalizadores úteis na apresentação dos personagens e suas disputas. Contudo, é relevante o mencionado apontamento de Grynszpan (2009) sobre a pluralidade de origens daqueles que requeriam a reintegração da posse das terras em que se encontravam os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Por outro lado, termos como trabalhadora e trabalhador rural, lavradora e lavrador não são termos que se discutem tanto. O primeiro, possivelmente em virtude de seu âmbito jurídico, no qual o aspecto predominante da ideia de trabalho é o esforço feito por algum indivíduo, a relação de trabalho centra-se no ‘labor humano’ (DELGADO, 2012, p.279). Assim, trabalhadores e trabalhadoras rurais seriam aqueles que executam atividades, dedicam sua energia a concretização de tarefas tipicamente rurais. Lavrador ou lavradora, por outro lado, seria aquele que desempenha funções na lavoura, propriamente dita.

Tendo em conta a análise de tais conceitos, concluiu-se por considerar como mais apropriada, em um primeiro momento, a utilização dos termos trabalhadora e trabalhador rural, pois abarcam um maior número de pessoas envolvidas no contexto analisado. Lavradora e lavrador também foram termos utilizados, uma vez que a atividade majoritariamente

praticada no contexto da Baixada Fluminense centrava-se na agricultura. É fato, no entanto, que em um primeiro momento alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais extraíam madeira para a produção de carvão, porém, não se tratava de prática que se mantivessem executando por muito tempo.

Pedroza (2005) aborda o percurso percorrido pelos estudos que tratam de camponeses no Brasil. A autora aponta a existência de correntes que defendiam a não utilização do termo campesinato em virtude do país ser “capitalista desde sua origem” em grupos que inauguraram as pesquisas sobre as áreas rurais. Ao dissertar sobre o decorrer dos estudos nos campos brasileiros, entretanto, a pesquisadora relata a existência de autores que concluíram que “não são as relações de assalariamento que caracterizam o capitalismo no campo, mas sim a inauguração da propriedade privada da terra” (PEDROZA, 2005, p.107)

Não obstante, no que tange a terminologia escolhida para este trabalho, as dúvidas que se estenderam por mais tempo foram em torno dos termos camponês e camponesa. Isto se deu por pensamentos similares aos apontamentos de Pedroza (2005) e, além disto, pelo caráter político inferido a partir das referidas palavras, inclusive, por provocarem lembranças das Ligas Camponesas. Tais questionamentos nos conduziram a optar por não utilizar tal termo no presente trabalho.

Tendo em conta as considerações apresentadas até o momento, buscou-se então, ao longo desta dissertação, uma disposição do assunto que conduzisse a uma linha de raciocínio que tornasse claras as conclusões que se apresentaram a partir desta pesquisa. Com isto, definiu-se que no primeiro capítulo será apresentada, de modo geral, a disputa agrária no contexto da Baixada Fluminense. Em seguida, buscou-se apresentar a conjuntura em que estavam inseridas as mulheres trabalhadoras rurais, pormenorizando alguns aspectos de seus cotidianos. E, por fim, buscamos evidenciar as mulheres localizadas na militância dos lugares analisados.

CAPÍTULO I – O CENÁRIO FLUMINESE

Os companheiros camponeses e operários foram presos, espancados, torturados e mortos, mas o movimento não terminou. Os companheiros de hoje retomaram as bandeiras de luta do nosso movimento. (PUREZA, 1982, p.92)

A influência governamental nos eventos decorridos em uma determinada época, sobretudo no que tange a atuação de movimentos sociais, é de grande relevância. Neste sentido, cumpre-se a busca pelo entendimento do panorama a respeito do que se desdobrava no Estado.

Assim, para a percepção da situação política que envolvia o país no período estudado, é necessário perceber as mudanças que se desenrolaram nesta época. Tapia (1986) apresenta o segundo governo de Getúlio Vargas como algo novo no que se refere à reforma agrária, isto é, uma administração que não deu plena continuidade às propostas dos governos Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek. A gestão varguista dos anos 1950 destacou-se por uma proposta de industrialização que integrava diversos setores da sociedade. A partir dessa lógica, impulsionaria “o avanço das forças capitalistas no campo e a integração das massas rurais pela concessão de assistência social, educacional, ao esquema político do trabalhismo getulista” (TAPIA, 1986, p.178). Esta flexibilidade adotada pelas autoridades governamentais, para o autor, baseava-se em uma busca por evitar encontrar fortes resistências a seus projetos em outros aspectos.

Aparentemente, desde a redemocratização e constituinte em 1946, a situação se mostrava propícia para a propositura de novos questionamentos acerca da questão agrária. É, sobretudo, durante a década de 1950, mediante “mudanças muito rápidas de conjuntura” (MEDEIROS, 1989, p.18), que ganham força movimentos de defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Em 1961, o Congresso ocorrido em Belo Horizonte, é emblemático para a história do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Uma das razões para tal relevância é o fato de que a partir dele se definem novos contornos para os métodos de ação das organizações de trabalhadoras e trabalhadores rurais no país. Tal fato se atrela a prevalência de perspectiva significativamente presente dentro das Ligas Camponesas em contraposição à da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização ligada ao PCB, o que se evidencia no lema ‘Reforma agrária na lei ou na marra’ difundido no evento mencionado (DEZEMONE, 2002).

A existência desta discordância exposta no congresso de 1961 deve ser ressaltada, sobretudo, para que se note com clareza a pluralidade presente na constituição das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais durante a década de 1950. Por essa razão, ainda que as Ligas Camponesas fossem compostas por movimentos diversos, heterogêneos e espalhados por todo o território nacional, não devem ser observadas como um padrão exclusivo para interpretação da história das demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do país. Os próprios movimentos rurais da Baixada Fluminense, que se pleiteia estudar nesta pesquisa, se iniciaram em momentos anteriores a difusão das organizações iniciadas no nordeste, e seguiram formas particulares de atuar, especialmente, levando em consideração o contexto específico do estado e os possíveis diálogos com líderes do governo no que se decorria nos campos do Rio de Janeiro. Não se nega, com isso, que tenham existido influências, uma vez que as duas organizações integraram, em determinado momento, o mesmo cenário global das demandas rurais brasileiras.

A ideia de Ligas Camponesas tem origem em uma estratégia associativista implementada pelo PCB para, de acordo com Motta e Esteves (2009), ampliar políticas e “fundamentar a aliança operário-camponesa para fazer face ao latifúndio” (2009, p.245). Contudo, esta iniciativa perde sua força quando o partido retorna a ilegalidade em 1947, ainda que tenham existido tentativas de conservação do movimento de maneira clandestina.

As Ligas Camponesas que atuaram fortemente no cenário político brasileiro a partir de 1955, surgiram a partir da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP). Estes trabalhadores e trabalhadoras se organizaram em uma associação de ajuda mútua dentro da qual, conforme Montenegro (2004), “poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos” (2004, p.391). O autor afirma, ainda, que ao convidarem o dono do Engenho em que estavam situados para tomar parte nesta associação, os trabalhadores e trabalhadoras do Engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão, obtiveram como resposta uma negação por parte do proprietário, que, indo além, determinou que os trabalhadores e trabalhadoras dissolvessem a organização, provocando, então, um movimento de resistência.

Presume-se que exista uma conexão entre a Liga surgida em 1955 e a presente na década anterior “na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais estiveram presentes na criação do movimento que surgiu na década seguinte” (SALES, 2013, p.281). Neste sentido, exemplificam Motta e Esteves (2009), ao citarem o caso de José dos Prazeres

Prazeres foi um dos principais articuladores em Pernambuco no trabalho dirigido pelo PCB na criação de suas Ligas, posição que continuaria exercendo mesmo não estando mais nas fileiras do partido. Dessa forma, é que se destaca na mobilização para a criação da Liga Camponesa de Iputinga, em meados da década de 1940. José dos Prazeres desempenharia papel de suma importância, já em princípios dos anos 1950, na articulação para a mobilização que conduziria à fundação da Sociedade de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, além de trabalhar intensamente na capital pelo apoio político de importantes personalidades sensibilizadas com a luta dos trabalhadores rurais da Galiléia. (MOTTA & ESTEVES, 2008, p.246)

No momento em que a associação busca o apoio político e jurídico na capital que se inicia o contato com Francisco Julião, personagem que, a partir de então, ocupa lugar de destaque na história das Ligas Camponesas. O movimento cresce de forma a abranger organizações inspiradas nos acontecimentos do Engenho da Galiléia, as quais sofriam violenta repressão por esta razão.

É possível perceber que no primeiro momento, a atuação das Ligas Camponesas buscava primordialmente as vias judiciais e administrativas como meio de estabelecerem suas demandas, de forma que os proprietários passaram a “responder por suas ações diante da justiça” (SALES, 2013, p.281). Posteriormente, contudo, o movimento tende a aderir à ideia de Reforma Agrária Radical, ótica segundo a qual, a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais não se limitaria a lei e as vias judiciais.

Tal movimento se tornou bastante vultoso e possivelmente o maior símbolo da reivindicação por demandas de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil no período anterior a 1964. No entanto, é necessário perceber o quadro que se desdobrava contemporaneamente às ligas, seguindo, sobretudo as indicações do PCB para o campo, além da atuação católica sobre a mesma pauta, que também serve de exemplo para ratificar a pluralidade dos movimentos rurais.

Em relação à atuação do PCB, deve-se ressaltar que a organização responsável por estruturar significativamente a atuação do partido em áreas rurais era, a partir de 1954, a ULTAB. Esta foi formada no mencionado ano, por ocasião da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e buscava organizar os movimentos dos campos em associações, de maneira a reger a relação e coordenação entre estas.

A respeito da criação da ULTAB é interessante salientar o fato de que o evento em que se originou tal organização parece ter sido apresentado pelo PCB como situação que demonstrava o apoio da classe operária aos lavradores.

A 2a. Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, desde sua preparação até o encerramento, contou com a ajuda constante da classe operária. (TERRA LIVRE, out. 1954, p.7)

Compreende-se que a influência de organizações urbanas está bem ilustrada em publicações contemporâneas ao evento. Por este ângulo, fato relevante ganha contornos ao se observar que enquanto as Ligas Camponesas tenderam a ser, em um primeiro momento, adeptas do uso da justiça para defender suas causas em litígios contra proprietários rurais e, posteriormente, passaram a incluir a defesa de meios mais radicais para se atingir os mesmo fins, a orientação do PCB com maior repercussão foi em caminho oposto.

Conforme Medeiros (1989), no início dos anos 1950 o partido pregava o confisco de latifúndios e gratuita distribuição destes aos trabalhadores e trabalhadoras com pouca ou nenhuma terra. Entretanto, com a dita Resolução de 1958, do PCB, decidiu-se formar uma frente única para unir forças e combater o imperialismo e os interesses ligados a ele, o que significou, de acordo com a autora, “o privilegiamento de formas legais de luta e organização. Através delas é que seria possível conquistar reformas democráticas na Constituição, entre elas a reforma agrária” (1989, p.54).

Nessa perspectiva, os posicionamentos da ULTAB e das Ligas Camponesas se tornam cada vez mais distantes no final da década de 1950.⁵ Apesar disso, é merecido o destaque sobre o pensamento de Medeiros (1989), quando aponta que a defesa que as Ligas faziam de que a Reforma Agrária deveria ser radical, não fez com que suspendessem a “defesa dos trabalhadores aproveitando-se de todos os canais legais existentes” (MEDEIROS, 1989, p.55), dentre os quais, os meios legais. Da mesma forma, a atuação da ULTAB não cessou de fomentar passeatas, acampamentos nas cidades e marchas para pressionar autoridades.

Foi neste cenário que ocorreu o Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961. O evento foi convocado pela ULTAB, mas as Ligas Camponesas, assim como outros movimentos, participaram dos debates naquela ocasião. A dualidade provocada pela divergência entre duas das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais mais emblemáticas daquele período é algo que merece grande ênfase, sobretudo, devido ao espaço conquistado pela proposta da Reforma Agrária Radical, então defendido preponderantemente pelas Ligas Camponesas.

⁵ Assim, é necessário destacar, que conforme exposto anteriormente neste trabalho, as Ligas Camponesas eram um movimento plural. Aued (1981) aponta a relevância, por exemplo, de João Pedro Teixeira, que era vinculado ao PCB, dentro da organização do campo. Segunda a autora ainda, esta se dividia, quanto a orientação em comunistas e “julianistas”, ou seja, seguidores de Julião. No entanto, na presente dissertação, quando se fala em posicionamento assumido pelas Ligas, o que se pretende abranger é o rumo preponderantemente defendido pela direção da entidade.

Quando se toma para análise os campos fluminenses, especificamente, deve-se ter em conta o fato de que neles, as organizações de lavradores e lavradoras iniciam suas atividades já no final da década de 1940, de maneira que sofreram influência bastante proeminente das determinações do PCB. O que pode ser notado, sobretudo, quando se percebe a ligação de suas principais lideranças a este partido.

Grynszpan (1987) apresenta um cenário no qual emergem organizações rurais que tinham como pautas demandas que objetivavam atender às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Contudo, deve-se observar que ao fazer isto, o autor defende a existência de lideranças ligadas ao PCB, bem como a articulação pontual de alguns destes movimentos com políticos locais que buscavam encontrar apoio dentro dos movimentos do campo. Neste sentido, o autor afirma que

as lutas no campo no estado do Rio de Janeiro não podem ser pensadas como fruto exclusivo da relação de uma organização com uma massa camponesa. Da mesma forma, as pressões das bases, por si sós, não são suficientes para explicar as posturas assumidas pelas diferentes forças que atuavam no campo. (GRYNSZPAN, 1987, p.366)

Desta maneira, o que se percebe em sua teoria é a ideia de que o desfecho dos acontecimentos dos movimentos rurais da Baixada Fluminense, apesar de demonstrarem atuação popular, não se restringem a elas. Isto deve ser notado como a expressão da ideia de que as manifestações de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região aqui estudada não se tratavam de movimentos populares completamente espontâneos, mas eram frutos da relação destes com grupos políticos com origens externas a região.

Partindo da proposta de Grynszpan (1987), Medeiros (2015) apresenta a ideia de que realmente havia complexidade na constituição das organizações de lavradores e lavradoras. Tal fato é percebido quando a autora admite que além dos esforços do PCB e a ligação de lideranças dos campos com este partido, também “havia experiências de coletivização do trabalho na roça para proteção e fortalecimento dos lavradores frente às investidas dos fazendeiros e jagunços (como no caso dos ‘mutirões’)” (MEDEIROS, 2015, p.56).

Além disso, ao se analisar a Baixada Fluminense durante o período compreendido entre os anos de 1948 e 1964, é notável a expansão das atividades rurais nesta região e como tal fato também foi fundamental para que se consolidasse um movimento de lavradores e lavradoras. Tornou-se comum que faixas de terra aparentemente desocupadas ou sobre as quais os ditos proprietários ofereciam acordos de utilização da terra mediante pagamento com parcela do que fosse produzido, passassem a servir a trabalhadores e trabalhadoras rurais que

se estabeleciam nelas para cultivá-las. O advento de pessoas para residir nestas terras, contudo, não deve ser compreendido como um movimento aleatório e não intencional.

Neste sentido, Ribeiro (2015) sinaliza para a possibilidade de influência de anúncios de terras disponíveis para a ocupação em Magé, o que pode ter “tido efeitos populacionais similares aos das notícias de emprego nas fábricas de tecido nos anos 1940” (RIBEIRO, 2015, p.312). Complementarmente a este fato, pode-se analisar Grynszpan (1987) quando destaca a ampliação de atividades de plantio na região:

Assim, se no estado, como um todo, são as áreas de pastagens que mais crescem entre 1950 e 1960, (CODERJ, 1970:93) o mesmo não ocorre na Baixada. Aqui, são as faixas dedicadas ao plantio que se expandem. Isto se dá, em grande medida, porque lavradores oriundos de diversos pontos do estado, ou do país, estabelecem-se nas terras da Baixada através de ocupação, arrendamento ou outro tipo de relação, nelas passando a produzir (GRYNSZPAN, 1987, p.40).

O aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras rurais na Baixada era, portanto, ascendente. Simultaneamente, houve, em virtude de investimento estatal para o saneamento deste local, valorização dos terrenos e conseqüente especulação imobiliária. Este processo intensificou o cenário da disputa agrária na Baixada Fluminense, o que pode ser observado no que expõe Dabul (1987):

Na década de 30, o Governo Federal promoveu, através de vultosos investimentos e obras, o saneamento de extensas áreas da Baixada Fluminense, incluindo a da Guanabara, principalmente com a regularização da drenagem de rios e extinção da malária. Embora fosse anunciado que com isso visava-se estimular o aproveitamento produtivo, especialmente agrícola, de regiões tão amplas e próximas à cidade do Rio, tornando a terra utilizável e a ocupação humana possível, aquilo a que se assistiu foi à aceleração e à acentuação da especulação imobiliária (DABUL, 1987, p.9).

Nesse momento, se desenvolve então uma polarização da disputa. De um lado, os trabalhadores e trabalhadoras rurais advindos de diversas origens e que passam a se identificar como posseiros e posseiras. De outro, os que tentam se apropriar desta terra onde se encontram os lavradores e lavradoras. De acordo com Grynszpan (1987), estes últimos passam a ser incluídos na categoria de grileiros e grileiras.

Os litígios a respeito de quem teria o direito à utilização da terra assumiram métodos judiciais como vias de resolução do conflito. Os grileiros e grileiras, tal qual Grynszpan (1998) aponta, frequentemente utilizavam ações de reintegração de posse para provocar despejos de posseiros e posseiras que estivessem em suas terras.

À vista disso tudo, é possível identificar as peculiaridades do movimento da região, que se tornou, nas palavras de Grinszpan, um verdadeiro “barril de pólvora” (1987, p.206). Efetivamente, Medeiros (1989) aponta que “a resistência aos grileiros começou a se fazer também com o recurso às armas e à ocupação de terras” (1989, p.67), como no episódio de Xerém, que será notado adiante.

Institucionalmente, os lavradores e lavradoras de Xerém se organizaram na Associação de Lavradores Fluminenses (ALF). Tratava-se de uma organização que buscava integrar os trabalhadores e trabalhadoras rurais para demandar pautas específicas. Tal movimento pretendia ter polos espalhados por diversos núcleos rurais do estado do Rio de Janeiro, uma vez que, segundo seu estatuto que data de 1952, objetivava ter jurisdição por todo o estado. No entanto, na prática, suas ações tomavam formas mais claras na localidade de sua sede.

Do mesmo modo, em 1948, foi criada a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que, à época, situava-se em Nova Iguaçu (SILVA, 2008). Inicialmente, a organização funcionava para controlar a entrada de novos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região, porém, depois acaba por assumir um caráter de resistência às ações dos grileiros e grileiras. Diferentemente da ALF, a Sociedade de Pedra Lisa, nunca pretendeu atender outra área que não estivesse em Nova Iguaçu.

Nota-se que, apesar da similaridade de problemas enfrentados pelos dois grupos, bem como a relativa proximidade geográfica, de início, eles não possuíam nenhuma articulação ou integração, conforme Grynszpan (1987) aponta. Contudo, após a criação da ULTAB, em 1954, os membros da AFL obtiveram certa expressividade dentro deste movimento, o que permitiu um diálogo maior com outras regiões do estado.

Contudo, de acordo com o autor (1987), é somente em 1959, em virtude da criação da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), e da extinção da ALF, que as interações entre os movimentos de diferentes municípios da Baixada passam a se aprofundar. Isso porque, é nesta Federação que sucede a união dos líderes que alcançaram grande espaço nas associações, como é o caso de José Pureza, proveniente da ALF, e Braulio Rodrigues, que anteriormente atuava em Pedra Lisa, ambos ligados ao PCB.

O caminho escolhido para a abordagem desta pesquisa se constitui em buscar uma maior compreensão a respeito dos eventos decorridos ao longo dos anos 1948 até 1964 nos movimentos de lavradores e lavradoras de Xerém, situado em Duque de Caxias; Pedra Lisa, até então pertencente ao município de Nova Iguaçu e Magé. Para tal, este trabalho utilizou como aporte as pesquisas acadêmicas já realizadas sobre o assunto, que tendem a sugerir que os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais destas regiões se desenvolveram ao

passo que dialogavam com os de outras localidades do estado, sobretudo, ao se ter em foco as lideranças provenientes deles.

Conforme apontado, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, no recorte abordado, era diverso e com particularidades em cada lugar que se desenvolvia. Por esta razão, esta pesquisa não propõe oferecer uma visão genérica que pretenda representar a totalidade da realidade dos movimentos do campo no país, ou sequer da Baixada Fluminense à época. Ao contrário, reconhecendo o caráter único de cada um deles é que se percebe a impossibilidade de entender o que se passou, sobretudo, no que tange à situação das mulheres, como algo passível de ser aplicado a todos os movimentos existentes no período e região estudados.

É possível admitir, contudo, que tais movimentos se comunicaram e articularam com organizações adjacentes, não apenas dialogando sobre experiências, mas, efetivamente, se juntando para atuação em momentos em que determinada ação se fazia necessária.⁶ Destacamos apenas que não se trata de um movimento uniforme, mas uma totalidade composta por grupos constituídos com singularidades.

Em 1948 é criada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, sob a liderança de José Matias, que posteriormente veio a ser assassinado. Também em Xerém, em 1952 se institucionaliza, conforme já apontado, a Associação de Lavradores Fluminense e, em 1956, em Magé, se estabelece a Associação de Lavradores de Magé.

José Pureza, em suas memórias⁷, afirma que instaurada a organização em Xerém, no início de 1950, os militantes partiram para outros setores do estado do Rio de Janeiro. Atuavam criando núcleos e colaborando para seu desenvolvimento até que pudessem ‘andar com seus próprios pés’. E conforme crescia o número de associados e de associadas, se transformavam em ‘associações’. Desta maneira, o dirigente da FALERJ entendia o processo de construção destes movimentos sociais como um trabalho de semeadura, “se você prepara a terra para plantar, por exemplo, feijão, colhe do que plantar depois” (PUREZA, 1982, p.36). Portanto, na concepção de José Pureza, não poderia se tratar de uma organização transplantada, caso contrário poderia não vir a render frutos.

⁶ Durante períodos em que eclodiam conflitos de resistência, armados ou não, aos despejos, lavradores e lavradoras de outras localidades tornavam públicos seus sentimentos de solidariedade, tanto por meio de protestos e eventos, quanto em declarações à imprensa. Isto pode ser percebido nas matérias publicadas no jornal *Ultima Hora*, por exemplo, do dia 29 de setembro de 1961, em que tanto organizações de lavradores e lavradoras locais, quanto a própria FALERJ – Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro - se pronunciam a respeito dos ocorridos em Santa Alice, Itaguaí, e alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais de Nova Iguaçu partem em direção ao local de conflito para ajudar seus pares.

⁷ PUREZA, José. Memória camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Ao longo desta pesquisa, foi possível notar que esta importante figura dos movimentos rurais do Rio de Janeiro não trata, em suas memórias, da influência do Partido Comunista para a decorrência das atividades de construção de tais movimentos. A valer, percorrendo o caminho contrário, José Pureza afirma em sua biografia que “nunca fui à base pregar a política partidária, só a política do trabalhador” (PUREZA, 1982, p.92). Contudo, observa-se, tanto por meio de outros personagens atuantes no cenário rural do mesmo período, quanto por trabalhos acadêmicos mais recentes, que o PCB não esteve ausente a esse processo.

Um bom exemplo deste fato está presente nos trabalhos de Grynszpan (1987) e Welch (2006) que relacionam a I e a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CNLTA), que ocorreram, respectivamente, em 1953 e 1954, a uma “forte influência comunista” (GRYNSPAN, 1987, p.104). De fato, segundo Medeiros (1989), foi a realização da Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, em Viena, em 1953, que provocou o PCB, a convocar a I CNLTA (MEDEIROS, 1989, p.30).

O trabalho de divulgação midiática a respeito do que se passava nestas áreas por parte do partido é igualmente relevante. Além do jornal *Terra Livre*, que em sua concepção já tinha como concepção o direcionamento ao público dos campos, também o jornal *Imprensa Popular*, conforme demonstrado na introdução deste trabalho, expunha em suas páginas a defesa de pautas relativas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais das terras fluminenses.⁸

Para que as trajetórias das organizações de lavradores e lavradoras na região tratada nesta pesquisa sejam melhores detalhadas, dividimos as ações destas em dois momentos: de 1948 a 1961⁹ e de 1961 a 1964. No primeiro momento aqui proposto, as articulações das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais se davam majoritariamente de maneira local e incipiente, então, julgamos adequado apresentar o ocorrido em Pedra Lisa, Xerém e Magé de maneira também apartada, para que se possa lançar luz sobre as peculiaridades de cada processo.

⁸ Os dois mencionados jornais eram ligados ao PCB, sendo relevante a colocação de Porphirio (2016), quando afirma que “Em 1949, o PCB iniciou a produção do periódico *Nossa Terra*, que em 1954 passou a ser chamado de *Terra Livre*”. Desta maneira, observa-se que não foi o *Terra Livre* a primeira experiência de jornal comunista no Brasil dirigido ao público dos campos. Outro ponto que o mesmo autor expõe e que merece destaque é que ao se tratar de jornais vinculados ao PCB, é necessário notar-se que “Esses jornais tinham como características: a irregularidade, resultado da intensa perseguição ao PCB; a publicação de diretrizes do partido; a análise do comunismo no mundo; a divulgação das lutas operárias; e, em razão da apologia à aliança operário-camponesa, a publicação de notícias sobre o campo brasileiro” (PORPHIRIO, 2016, p.49)

⁹ Interrompemos este primeiro período em 1961, pois neste ano se deu o notável Congresso de Belo Horizonte que consagrou a adoção de uma perspectiva radical em defesa da Reforma Agrária. Por certo este fato não se limitou ao cenário fluminense, mas teve grande repercussão neste, bem como em todo o cenário de movimentos agrários no país.

No entanto, deve-se ter claro, desde já, que não se defende, nesta pesquisa, que não houvesse qualquer tipo de comunicação entre estas organizações. Pelo contrário, a existência de uma entidade nos moldes da ULTAB, em nível nacional, de 1954 conforme já exposto, e a FALERJ, no âmbito regional, a partir de 1959, indicava que havia, ao menos, algum interesse no estabelecimento de diálogo entre estes movimentos. Antes de apresentá-los, contudo, se mostra necessário esclarecer sobre o projeto proposto para resolução de conflitos agrários no Rio de Janeiro como um todo.

Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA)

Os principais partidos criados no pós-guerra (PSD, UDN e PTB) não apresentavam, no período, nenhum trabalho de base no seio dos lavradores da Baixada da Guanabara. Só mais tarde, na segunda metade dos anos 50, é que o PTB, amparado na máquina do executivo estadual do governo Roberto Silveira, se voltaria para o movimento no campo. De qualquer modo, mesmo tentando competir em faixa idêntica, o trabalho do PTB, de cunho essencialmente eleitoral, caracterizava-se por uma prática clientelista e, em alguns momentos, pela organização através do aparelho de Estado de entidades paralelas às influenciadas pelo PC (ARAUJO, 1989, p.47).

A explanação que Araújo (1989) faz acerca das políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro mostra o governo de Roberto da Silveira como aquele que teria amparado a atuação do PTB junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais no âmbito estadual. De fato, aparentemente houve uma aproximação entre este governador e movimentos de lavradores e lavradoras. É possível observar, por exemplo, pelo apadrinhamento do chefe do executivo estadual ao casamento de um senhor de idade considerado presidente de honra da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, conforme se verá mais adiante. Contudo, é por meio do PPAA que há uma ação concreta em relação à situação dos campos do estado.

Novicki (1998) aponta uma mudança na demanda dos movimentos rurais do estado do Rio. De acordo com o autor, em um primeiro momento se reivindicava o usucapião das terras ocupadas em favor dos posseiros e das posseiras. Posteriormente, sobretudo a partir da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, em 1959, em que uma das exigências era a desapropriação das terras litigadas, esta passa a ocupar o centro das requisições destes movimentos rurais. Desta forma, o eixo reivindicatório deixaria de recair exclusivamente sobre o judiciário, para incluir também o executivo, em suas esferas estaduais e federais, que era “mais suscetível às pressões populares” (NOVICKI, 1998, p.73).

Em 1959, Roberto Silveira assume o governo estadual do Rio de Janeiro. Eleito com influência de uma aliança de partidos de diferentes orientações, tais como PTB, UDN, PDC e

PSC, focalizou a estruturação da Secretaria de Trabalho e Serviço social (NOVICKI, 1998). Neste sentido, propõe o PPAA, que tinha como objetivo mapear as áreas ocupadas por posseiros e posseiras (SOUZA, 2014), além de apresentar a tributação e a desapropriação como principais instrumentos de política agrária do estado (NOVICKI, 1998).

Proposto à Assembleia Legislativa, o plano não foi criado nos mesmos termos. O ‘Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado’ autorizado pelo Legislativo (NOVICK, 1998) priorizava a assistência jurídica aos posseiros e posseiras bem com a utilização de terras públicas, como o próprio nome do plano autorizado indica, para a solução dos conflitos (ARAUJO, 1989; NOVICK, 1998; SOUZA, 2014). Note-se, neste sentido, os incisos I e III do artigo 1º da lei que permitiu ao executivo estadual a criação do referido instrumento

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a: I – Elaborar um plano de colonização e de aproveitamento de **terras devolutas e públicas** disponíveis do Estado [...]; III – Proceder ao tombamento de todas as propriedades de domínio particular, mediante verificação de títulos e registros das declarações comprovadas de seus legítimos donos, respeitados os direitos de posse mansa e pacífica, dos que tiverem morada habitual e cultura efetiva, na forma da legislação em vigor. (Lei 3952 do Estado do Rio de Janeiro. 24/06/1959 – Grifo nosso).

Observa-se, portanto, que a lei prioriza a utilização de terrenos públicos para a resolução de conflitos e resguarda a propriedade privada das terras ao garantir a possibilidade de comprovação documental. Faz, entretanto, ressalva ao usucapião, percebido quando se fala em posse mansa e pacífica quando há morada habitual de acordo com as leis em vigor. Ressalta-se, assim, por entendê-lo coerente, o posicionamento de Araújo (1989) que afirma que o PPAA aprovado “de modo algum continha alguma medida que pudesse ser hostil ao latifúndio. Aliás, a utilização das terras públicas para 'solução da questão agrária' sempre foi proposta das classes dominantes do campo” (ARAUJO, 1989, p.49).

Conforme Araújo (1989), em todo o estado do Rio de Janeiro, sete áreas foram decretadas como de ‘utilidade pública’ durante o governo de Roberto Silveira, considerando os conflitos sobre elas.¹⁰ Novicki (1998), ao observar o governo de Celso Peçanha aponta que “o governo estadual, entre 1959 e 1962, declarou como de utilidade pública para fins de

¹⁰“Eram, na ordem cronológica dos primeiros decretos, as seguintes fazendas: São Pedro, Ponta do Largo, Largo e Atalho, Rio das Ostras, Tenente Pacheco, Paratimirim e Independência, São José da Boa Morte e Engenho do Mato” (ARAUJO, 1989, p.49).

desapropriação, dezoito imóveis rurais em litígio, sendo que onze localizavam-se na Baixada Fluminense” (NOVICKI, 1998, p.74) ¹¹.

Em 1962, Roberto Silveira morreu em acidente aéreo. Com isto, assume seu lugar na chefia do Executivo, o então vice-governador, Celso Peçanha, que estando vinculado ao PSD, compunha partido de oposição a seu antecessor. Nesta substituição de governos, pressões da FALERJ e de setores de esquerda, conduziram Peçanha a considerar a indicação que a federação fizesse para o cargo de executor do plano de ação agrária (SOUZA, 2014). Dessa forma, passa a executar a função o economista Domar Campos (NOVICK, 1998). Este, contudo, brevemente é substituído por Irênio de Matos que, apesar de não ter sido indicado pela entidade, também atuava de modo próximo à FALERJ (NOVICKI, 1998; SOUZA, 2014).

De fato, Irênio parece ter se envolvido em situações de atrito, inclusive com o judiciário, em razão do desempenho do cargo de executor do PPAA. Em virtude de acontecimentos decorridos no núcleo colonial de Santa Alice, chegou a ter pedido de prisão decretado contra si, caso que se apresentará em momento posterior neste trabalho.

Outra circunstância apontada como parte da estratégia do governo de Roberto Silveira para o campo é a criação da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), cuja intenção era fazer oposição à influência comunista nas lavouras do estado, que se dava por meio da FALERJ (NOVICK, 1998). Com o patrocínio do PPAA (SOUZA, 2014), a FLERJ passa a existir, então, com o apoio governamental. No entanto, a conjuntura nos mostra que “a FALERJ era a única com expressão real na luta dos lavradores do estado. No Rio de Janeiro somente ela obteve o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho, dentro da legislação sindical, em 1963” (ARAÚJO, 1989, p.50)

De acordo com as memórias de Pureza, a FLERJ tinha toda a sua contabilidade controlada por Aldo Leite, executor do PPAA durante o governo de Roberto Silveira. É relatado ainda que

Braulio [Rodrigues]¹² denunciou que o controle efetivo das verbas não era feito pela diretoria, mas pelo executor do ‘Plano Agrário’. Em vista disso, as

¹¹Ao tratar sobre os terrenos desapropriados durante o período, o autor aponta que

São eles: Baixada Fluminense: São Pedro e Tenente Pacheco (Nova Iguaçu), São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu), São Lourenço, Capivari, Penha-Caixaõ e Piranema (Duque de Caxias), Santa Alice (Itaguaí), Vargem Grande (Itaboraí/Cachoeiras de Macacu) e Rio do Ouro e Cachoeiras (Magé). Outros Municípios: Paratimirim e Independência (Parati), Largo, Ponta do Largo e Atalho (São João da Barra), Engenho do Mato (Niterói) e Rio das Ostras (Casemiro de Abreu) (GRYNSZPAN apud NOVICKI, 1998, p.75).

‘Associações’ separadas da FALERJ resolveram filiar-se, terminando assim a breve existência da ‘Federação Fantasma’ (PUREZA, 1982, p.39).

Após a morte de Roberto Silveira, na posse de Irênio de Matos, Novicki (1998) afirma que membros das duas federações estavam presentes. Contudo, em virtude da proximidade entre o agrônomo e a FALERJ, durante o governo de Celso Peçanha e Carvalho Janotti, a FLERJ estaria abandonada (NOVICKI, 1998) e, por conta disto, criticava o governo de Peçanha alegando que era desprestigiada (SOUZA, 2014).

Com a posse de Bagder da Silveira, em 1963, a FLERJ voltou então a destacar-se como contraponto à FALERJ para a organização dos movimentos rurais no estado. Favorecendo a FLERJ e a Federação dos Círculos Operários Fluminense (FCOP), assume como novo executor do PPAA padre Antônio da Costa de Carvalho (SOUZA, 2014), cuja pretensão era favorecer a desarticulação de movimentos inspirados por comunistas além de priorizar a colonização de terras públicas estaduais para a solução de conflitos que ocorriam. Desse modo, buscava-se evitar recorrer ao caminho da desapropriação (NOVICKI, 1998).

Assim, é possível entender que a precária representação que a FLERJ caracterizava, provavelmente não se deu apenas em função da não adesão de movimentos rurais a sua proposta, mas devido a tendência do próprio executor do PPAA em favorecer as ações da FALERJ durante o governo de Celso Peçanha. Corrobora esta percepção a capacidade das políticas adotadas pelo governo de Bagder da Silveira provocarem novo fortalecimento da primeira. Entretanto, há que se perceber que o poder de mobilização da Federação das Associações foi capaz de provocar em 1963 a única das federações, mesmo com o executivo estadual procurando desencorajar sua atuação.

Relações urbano-rurais

A relação entre os ambientes urbanos e rurais é inegável. O vínculo entre as mulheres da ALF e a AFF (Associação Feminina Fluminense) é apenas um dos indicadores deste elo. A título de exemplo, é possível citar o caso de Josefa Paulino que, sendo nascida na área rural de Alagoas, viveu no Rio de Janeiro, onde trabalhou como costureira antes de passar a viver nos campos da Baixada Fluminense. Destaca-se, portanto, uma relação dialógica entre os diferentes meios, e não meramente a observância de cenários pontuais, como se um não recebesse influência dos eventos que se decorriam em outros ambientes.

¹² Segundo as memórias de Pureza, este líder rural chegou a ser tesoureiro da FLERJ, mas que tendo verificado que a organização era “de cúpula” resolveu romper com ela (PUREZA, 1982).

Conforme apontado anteriormente, Grynszpan (1987) relaciona a ampliação do número de posseiros, posseiras, arrendatários e arrendatárias na Baixada à ocupação e cultivo nessas terras. Como o autor evidencia, houve uma expansão da lavoura na região no período compreendido entre 1950 e 1960. Ainda assim, não é simples fazer uma conexão direta entre o povoamento de áreas rurais fluminenses e o meio urbano, uma vez que é possível que parte significativa dos que passaram a viver na Baixada fosse proveniente de outros campos do estado ou mesmo do país.

Contudo, são relevantes as conexões locais entre características de cidade e outras do campo. É possível notar, destacadamente, os casos de Magé e Xerém. Ribeiro (2015) ao tratar da primeira localidade aponta para a utilização do termo fábrica-fazenda para se referir a indústria têxtil de Pau Grande, através da Cia América Fabril. O autor esclarece que o investimento da mencionada empresa em produção agrícola na região de Magé se deu em função da necessidade de saneamento de áreas adjacentes à indústria. E, apesar de existirem comparações com os modelos de ‘padrão fábrica e vila operária’, tal noção não se aplica ao caso, sobretudo em virtude da argumentação que defende uma “origem e manutenção da mentalidade rural dos operários” (RIBEIRO, 2015, p.50).

Ainda que sem adentrar no mérito da influência da administração da fábrica sobre as interações entre os meios urbanos e rurais, é possível identificar a existência desta relação. Isto é, quer se admita ou não a ideia de uma ‘comunidade fechada’, conforme nega Ribeiro (2015), regulada por responsáveis pela indústria, é evidente o fluxo de pessoas, informações e produtos entre estes ambientes geograficamente avizinados.

Ribeiro (2015) nos mostra a existência de uma prática comum entre operários e operárias de fábricas têxteis que era a de cultivar lavouras de forma complementar ao seu trabalho na indústria. Entretanto, ressalta a existência de trabalhadores e trabalhadoras da roça que eram meeiros e meeiras, isto é, entregavam porção entre um terço e metade de sua produção para a fábrica (RIBEIRO, 2015.). Torna-se notável, portanto, a existência de pessoas que se dedicavam exclusivamente ao plantio, bem como de outras que dividiam seu tempo entre atividades industriais e agrícolas.

Neste sentido, destaca-se o caso de dona Primitiva, publicado no jornal A Luta Democrática em 12 de janeiro de 1963, que segundo relato da própria, teve o canavial plantado por ela, incendiado. Posteriormente, essa ocasião será discutida com mais atenção, no entanto, desde logo é possível ressaltar a relação desta mulher com a indústria têxtil: a trabalhadora rural destinava parcela do que produzia à fábrica, como forma de contraprestação pela utilização das terras da companhia.

A respeito de Xerém, Ramalho (1989) apresenta o caso da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e o projeto da Cidade dos Motores defendido pelo Brigadeiro Guedes Muniz. A fábrica iniciou suas atividades em 1944 e estava incluída no mencionado plano que pretendia trazer para a região “autossuficiência em termos de alimentação, educação, habitação, lazer e outras necessidades da vida urbano-industrial” (RAMALHO, 1989, p.50).

O autor apresenta a relevância da produção agrícola na região em virtude de seu vínculo com a FNM. Tal qual Ribeiro (2015), ele destaca o exercício de atividades na lavoura por funcionários e funcionárias da fábrica com a ideia de complementação da renda, além da alimentação deles e delas próprios, bem como de suas famílias. Ademais, Ramalho (1989) também evidencia a utilização de meias e terças como formas de pagamento pela possibilidade de uso das terras adjacentes àquela indústria, cuja distribuição se dava “por controle personalizado do ‘Brigadeiro’” (RAMALHO, 1989, p.54). No entanto, quando em 1947, a FNM se transforma em Sociedade Anônima “as relações com os trabalhadores rurais perderam o caráter de controle absoluto” (RAMALHO, 1989, p.56), momento a partir do qual os terrenos passam a ser transmitidos de diversas maneiras como arrendamento, aluguel, venda, dentre outras.

Desta forma, é possível notar um crescimento do trabalho rural nas regiões abordadas originado no interesse das indústrias e atendimento de necessidades de operários das localidades em que estavam estabelecidas tais empresas. Além do mais, ressalta-se o fato de que trabalhadores e trabalhadoras destas mesmas fábricas também cultivavam a terra de maneira complementar a sua atividade industrial. Assim, constata-se a convivência de tarefas tipicamente urbanas e rurais dentro das mesmas regiões, tornando, portanto, improvável conjecturar um ambiente rural isolado de qualquer interferência das cidades.

Para mais, destaca-se que o comércio também é via de integração entre os dois ambientes. Observemos, a título de exemplo, a reportagem do jornal Imprensa Popular de 03 de dezembro de 1957 em que um lavrador de Pedra Lisa reclama licença para vender na feira de Nilópolis. De fato, se por um lado tal matéria jornalística aponta para a não participação de trabalhadores e trabalhadoras rurais fluminenses no mencionado comércio, por outro, demonstra o interesse em estabelecer uma integração com o meio urbano. De forma semelhante, na biografia de Josefa Paulino é relatada a existência de uma cooperativa em Xerém que objetivava “propiciar a compra de alimentos mais baratos” (GHELLER, 1997, p.48).

No que tange a política, o elo entre campo e cidade se faz ainda mais visível. Sobretudo nas regiões aqui estudadas. Note-se que Manoel Ferreira de Lima, Braulio Rodrigues Silva e

José Pureza são lideranças de grande destaque na região da Baixada Fluminense e que iniciaram sua participação política em meios urbanos.

Ainda que José Pureza apresente sua militância a partir do momento em que suas atividades no campo se iniciam em sua biografia, Josefa Paulino relata que um amigo de seu marido lhe contou sobre maneiras de conseguir terras em Xerém por saber de seu interesse em política (GHELLER, 1997). É provável, portanto, que sua atuação política fosse preexistente a sua ida para o campo. Braulio Rodrigues, de maneira semelhante, narra em sua própria biografia que já em Volta Redonda, isto é, anteriormente à sua ida para a Baixada Fluminense, era militante do partido comunista (SILVA, 2008). Manoel Ferreira de Lima também era proveniente de organizações urbanas. Antes de direcionar sua atuação para o campo, foi operário têxtil e eleito vereador em 1954 (RIBEIRO, 2015). Os três nomes que alcançaram maiores destaques nos campos fluminenses são, portanto, oriundos de organizações urbanas.

Outro âmbito significativo, para esta pesquisa, em que movimentos urbanos e rurais se tocam é o vínculo de algumas mulheres de Xerém com a AFF, que tinha sede em Niterói. Esse caso será retomado mais adiante de maneira pormenorizada.

Assim, é possível visualizar os eventos decorridos em regiões rurais como inseridos em um contexto global, cujas trocas com áreas urbanas ocorriam de maneira contínua, sobretudo por se tratar de uma região próxima à, até então, capital federal. Tendo tal fato em análise é que se propõe observações apartadas a respeito das áreas estudadas, pois desta maneira se tornará possível compreender as semelhanças e diferenças entre os movimentos presentes no recorte espacial desta pesquisa. Sobre esta tarefa passamos a nos debruçar, então.

Pedra Lisa

Figura 1: Mapa de Japerí com indicação de Pedra Lisa



Fonte IBGE, 2017.

Pedra Lisa compõe o município de Japeri desde 01 de Janeiro de 1993. No entanto, em 1948 ainda integrava Nova Iguaçu. Localiza-se em área indiscutivelmente pertencente a região conhecida como Baixada Fluminense. Foi escolhida para compor o recorte espacial desta pesquisa em virtude do amplo engajamento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais oriundos desta região, que se projetou dentro dos movimentos nos campos do estado do Rio de Janeiro. Apesar de não mais pertencer ao município de Nova Iguaçu, frequentemente se tratará da mencionada região desta maneira, em respeito a divisão existente dentro recorte temporal adotado.

Conforme a exposição de Grynszpan (1987), em 1948 surge em Nova Iguaçu a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, tendo entre seus líderes, José Teodoro, conhecido como José Matias, que viria a ser assassinado posteriormente (GRYNSZPAN, 1987, p.101). De acordo com Bastos (2017), Pedra Lisa foi a primeira associação de lavradores e lavradoras da Baixada Fluminense (BASTOS, 2017, p.183) que lidou, desde o início, com as tentativas de despejo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Bastos (2017) aponta ainda que em 1956 um foco de resistência armada aos despejos ganhou forma, sendo o recurso das armas, entendido como ‘autodefesa’. Esta não era, contudo, a única característica na atuação dos lavradores e lavradoras da região, visto que agiam também por outros meios, como recorrer à imprensa. Faziam isto, por exemplo, ao buscar apoio do jornal comunista *Imprensa Popular*, com o propósito de fazer sua mensagem chegar ao governador ou a Assembleia Legislativa (BASTOS, 2017, p.183).

É notável que a Sociedade de Pedra Lisa não pretendia abranger mais do que o município de Nova Iguaçu (GRYNSZPAN, 1987, p.102), diferentemente da Associação de Lavradores Fluminense (ALF) estabelecida em Xerém no mesmo período. Essa sociedade funcionava como uma rede de ajuda mútua (BASTOS, 2017, p.183) e as memórias de Braulio Rodrigues ratificam este entendimento, sobretudo quando o militante rural relata que dentro da sociedade havia uma espécie de pensão para quem era filiado ou filiada à associação, além da realização de funerais (SILVA, 2008, p.25).

Algo que se tornou singular à Sociedade de Pedra Lisa, foi a figura do líder assassinado em 1953. Braulio Rodrigues, ao descrever Zé Matias, afirma que este era “muito querido, ele não explorava financeiramente ninguém, não era petulante, não era agitado, no sentido de maltratar as pessoas. Ele era enérgico. Sabia ler, sabia escrever, mas era semianalfabeto, não tinha curso primário” (SILVA, 2008, p.25). Assim, é possível interpretar que tenha havido a tentativa de preservação da memória, bem como a construção de uma figura emblemática para o movimento a partir da descrição que se fazia de Zé Matias.

Observamos na edição de 04 de janeiro de 1956 do jornal *Imprensa Popular*, o anúncio de que haveria, em Pedra Lisa, a inauguração de um retrato de Zé Matias, numa praça que levaria o mesmo nome. A reportagem apresenta ainda o militante como mártir da sociedade dos lavradores e lavradoras. Desta maneira, não se pode ignorar a relevância do líder, que depois de morto, permanece como personalidade marcante para o movimento, se tornando símbolo dele.

Entre os anos de 1948 e 1961, não eram tão frequentes reportagens a respeito da situação dos lavradores e lavradoras fluminenses, como viriam a ser no momento posterior, isto é, entre 1961 e 1964. Apesar disso, os dados que esta pesquisa conseguiu constatar apresentam um cenário de constante conflito.

Em 28 de dezembro de 1954, uma notícia do jornal *Imprensa Popular* denuncia que os posseiros e as posseiras de Pedra Lisa teriam sido atacados e tido suas casas incendiadas pelos irmãos Guinle, os quais alegavam serem donos das terras onde os lavradores e as lavradoras estavam instalados. Dois dias depois, esse mesmo periódico, publica que Erotildes Pimentel, ex-presidente da Associação de Lavradores de Pedra Lisa, teria sido arbitrariamente preso, sob a alegação de que foi o responsável por levar a equipe do jornal até aquelas terras.

A constatação da continuidade dos conflitos durante este primeiro período é percebida por meio dos citados incêndios, despejos e o próprio assassinato de Zé Matias. Contudo, é necessário observar que, por outro lado, a ação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais que buscavam divulgar a situação a qual estavam expostos, bem como a apresentação do lavrador assassinado como mártir local demonstra atuação da Sociedade de lavradores e lavradoras durante esta mesma época.

Entre os anos 1961 e 1964, o cenário sofre algumas variações. Na conjuntura nacional, conforme já mencionado, em 1959 foi sancionado o projeto de lei que previa a desapropriação do Engenho Galiléia, no estado de Pernambuco, momento a partir do qual as Ligas Camponesas se projetaram nacionalmente (MEDEIROS, 1989, p.48) e expandiram sua atuação por Pernambuco e para outros estados (SALES, 2013, p.283). Embora o que se desenrolava nos terrenos fluminenses não estivesse diretamente ligado às Ligas Camponesas, originalmente do Nordeste, não há como se ignorar as influências destes debates que repercutiam em todo o país e, conseqüentemente, dentro dos campos fluminenses.

No contexto local, de acordo com notícia publicada no jornal *Imprensa Popular*, em 24 de maio de 1958, ou seja, ainda durante o primeiro período da divisão temporal que fizemos aqui, estando o estado do Rio de Janeiro sob o governo de Miguel Couto, ocorre

desapropriação de terras em favor de lavradores e lavradoras. A partir deste momento, passa a existir a possibilidade de que estes e estas adquirissem terrenos por meio de financiamento.

Em 1959, quando Roberto Silveira se torna governador do Rio de Janeiro, novas expectativas passam a emergir, uma vez que o chefe do executivo apresentou a proposta de plano de ação agrária, a qual representava seu projeto para as áreas rurais, que repercutiu amplamente sobre os movimentos dos campos fluminenses, conforme discutiu-se anteriormente.

Além disso, especificamente sobre o caso de Pedra Lisa, é possível notar uma aparente proximidade do governador com a Sociedade de Lavradores e Posseiros, ao observar que, somente no mês de abril de 1960 o jornal *Ultima Hora* publicou sete reportagens a respeito de um senhor de 90 anos, lavrador de Pedra Lisa que estava para se casar. Casamento do qual o, então, governador seria padrinho.

Este casamento, ao que foi possível notar ao longo da pesquisa, se constituiu em um ato político de clara aproximação entre o governo do estado e os lavradores e as lavradoras de Pedra Lisa. Outro padrinho do mesmo casamento foi o executor do PPAA. Ademais, parece ratificar o valor político deste referido casamento, o fato de que o senhor Apolinário Ângelo de Almeida, o noivo, vem a ser apresentado como presidente de honra da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

Ainda, de acordo com Grynszpan (1987), a diretoria da FLERJ, federação fomentada pelo PPAA era “formada, principalmente, por lavradores de Nova Iguaçu, em particular Pedra Lisa” (GRYNSZPAN, 1987, p.242), de maneira que o próprio Braulio Rodrigues foi tesoureiro da entidade, como se pode observar do segmento extraído das memórias de José Pureza e exposto em subitem anterior deste mesmo capítulo.

Contudo, isto não significa que os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pedra Lisa tenham entrado em um período distante de conflitos. Diante dos despejos de Santa Alice, em Itaguaí, por exemplo, os lavradores e lavradoras de, então, Nova Iguaçu buscaram dar apoio a seus colegas, o que pode ser notado na edição do jornal *Ultima Hora* do dia 26 de setembro de 1961, a qual relata que quando os lavradores e as lavradoras de Santa Alice pegaram em armas para defender-se dos despejos, aguardavam o apoio de seus pares que deveriam vir de Pedra Lisa. Tal situação acarretou, posteriormente, o mandado de prisão do executor do plano de ação agrária do Estado do Rio de Janeiro, Irênio de Mattos.

Ao que parece, conforme a edição de 05 de janeiro de 1962 do jornal *A luta democrática*, o Juiz Hirton Xavier de Matos expediu mandado de prisão contra o executor do Plano Piloto de Ação Agrária do estado alegando que este teria liderado os lavradores e as

lavradoras de Santa Alice em sua reação. Ocorre que, posteriormente, a situação se esclarece no sentido de entender que o membro do governo não teria atuado diretamente sob a região. No entanto, a sociedade de Pedra Lisa teria se utilizado de um caminhão, cedido pelo estado, segundo informação publicada no jornal *Última Hora* de 25 de janeiro de 1962, para levar apoio à Santa Alice, onde os lavradores e lavradoras estavam inseridos e inseridas em situação de conflitos. Nesta ocasião, trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos teriam sido presos, razão pela qual Irênio tentara atuar em favor deles, o que provocou a expedição de um mandado de prisão contra ele próprio. Nas palavras de Bastos:

Conforme narram matérias das edições de 13/1/1962 e 28/2/1962 do Jornal do Brasil, ao saber do ocorrido, Irênio de Matos, executor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo do Estado, tentou intervir junto ao Juiz para libertar os três lavradores. Entretanto, também foi preso, acusado de tê-los mobilizado contra a polícia. Tanto Irênio quanto os três lavradores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo soltos somente 26 dias depois. (BASTOS, 2017, p.189)

Nessa perspectiva, alguns aspectos são notáveis. O primeiro deles é o fato de a sociedade de Pedra Lisa poder contar com um caminhão cedido pelo estado. Este ponto ratifica a aproximação entre a sociedade e o estado, conforme exposto anteriormente. Outro dado que ao longo desta pesquisa se destacou, foi a nota publicada em 05 de janeiro de 1961, no jornal *Ultima Hora*, a qual contém a informação de que o então governador do estado, Roberto Silveira, autorizou a construção de uma maternidade em Pedra Lisa, Nova Iguaçu. Este fato que parece, em si, corriqueiro, supostamente confirma que efetivamente o governo do estado tinha preocupações políticas nesta localidade. Contudo, não há como se ignorar o uso que os lavradores e lavradoras escolheram fazer deste caminhão que lhes foi cedido pelo estado, isto é, enviar ocupantes para dar apoio à resistência que se apresentava no núcleo rural em Itaguaí.

Magé

Figura 2: Mapa de Magé

Fonte: Google Maps. Acesso em 02 de abril de 2018.

Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1911 e 1990, o tratado município se constituía por seis distritos: Magé, Guapimirim, Guia de Pacobaíba, Inhomirim, Santo Aleixo e Suruí. Com a emancipação de Guapimirim em 1990, passou a compor o município de Magé: Guia de Pacobaíba, Inhomirim, Santo Aleixo e Suruí. Em 2002, a lei municipal 1532 criou o distrito agrícola Rio do Ouro (NETO, 2010), o qual se tornou o terceiro distrito de Magé, conforme a referida lei.

Releva o fato, apresentado em seção anterior deste mesmo capítulo, de que os universos rural e industrial dialogavam na cidade que foi importante produtora de alimentos¹³ e sede de polo industrial têxtil nos séculos XIX e XX. Desta maneira, é evidente o diálogo contínuo entre movimentos sociais provenientes destes dois segmentos mencionados, bem como o fato de que a busca pelas expressões sociais nessa região, portanto, não remete exclusivamente a uma organização de lavradores e lavradoras.

Tomando como fundamental para o recorte espacial desta pesquisa as proporções que atingiram os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região para o estado do Rio de Janeiro, desde 1948 à 1964, representa a importância da organização a figura de Manoel Ferreira de Lima, que atuou na militância de Magé e chegou a ocupar o cargo de presidente da FALERJ.

¹³ De acordo com Neto ainda atualmente “Magé é um importante produtor de alimentos e contribui para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.” (NETO, 2010, p.13)

Sobre este município, alguns apontamentos merecem ser destacados. Primeiramente, diferentemente do que se desdobrou em Pedra Lisa, aqui, os acontecimentos não se concentravam em uma localidade específica. Neste sentido, se aproximava muito mais da situação existente em Xerém, com múltiplos núcleos.¹⁴

Conforme Ribeiro (2012) demonstra, sendo vereador desde 1954, Manoel Ferreira de Lima “fazia uso da palavra no plenário da Câmara para defender os lavradores [e lavradoras] do município” (RIBEIRO, 2012, p.4). O autor apresenta ainda uma situação em que o então membro do legislativo municipal teria instruído os lavradores e lavradoras a formar uma comissão e pressionar os demais vereadores para notarem suas pautas. Depois desta experiência, possivelmente motivados por ela, é instituída em 1956 a Associação de Lavradores de Magé.

Observa-se que este movimento de Magé ganha contornos em um momento posterior aos outros dois aqui estudados. Desta forma, deve-se lembrar que Pedra Lisa tem sua associação concebida em 1948 e em Xerém a organização de trabalhadores rurais é institucionalizada em 1952, isto é, anteriormente a isto já havia a construção desse movimento. Em Magé, por outro lado, apenas em 1956 se institui a organização de lavradores e lavradoras.

No entanto, isto não significa, de forma alguma, que não houvesse situações conflituosas no município em um período anterior, longe disso, inclusive. Se em 1954, Manoel Ferreira de Lima se utiliza de seu espaço na Câmara de Vereadores para discursar em prol dos trabalhadores e trabalhadoras da terra, tal episódio demonstra que os enfrentamentos já aconteciam nos campos do município.

O que se deve ter em mente quando se aponta para esta formação posterior, contudo, é a participação reduzida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais mageenses nisso que temos chamado neste trabalho de primeiro momento dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais fluminense, que vai até 1961. Desta forma, então, devemos considerar que os lavradores e lavradoras de Magé não tiveram grande expressão nas Conferências Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1953 e 1954. Assim como possuem um histórico menor de apresentação de suas demandas em periódicos até 1961, se compararmos às outras localidades que analisamos aqui.

No que definimos como segundo momento, contudo, há grande destaque para a situação do município. Entre 1961 e 1964, os cenários políticos local e nacional propiciaram

¹⁴ Em Xerém, havia núcleos de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais em São Lourenço, Capivari, Papa Folhas, Piranema, entre outros, e, em Magé, havia a Vila Estrela, Rio D’Ouro, Bongaba, Papucaia e outros.

maior destaque sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como um todo. Antes disso, houve aprofundamento e consolidação das organizações rurais fluminenses, inclusive de Magé, como constata a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro em 1959, de onde se originou a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), cuja influência comunista era considerável e da qual viria a ser presidente Manoel Ferreira de Lima.

Grande parte do conflito agrário em Magé se dava contra a Companhia América Fabril, que se dizia proprietária de terras onde estavam estabelecidos lavradores e lavradoras. A FALERJ chega a solicitar ao estado, por meio do executor do PPAA, a desapropriação das terras desta empresa, conforme matéria no jornal *Última Hora* de 23 de dezembro de 1960. A Companhia foi citada para esclarecer sobre a legitimidade da propriedade de suas terras, de acordo com o mesmo periódico em 27 de março de 1961. Entretanto, o processo não se resolveu favoravelmente aos lavradores e lavradoras. Nesta ocasião se destaca a solicitação da desapropriação ao poder executivo, ao invés do requerimento de usucapião ao Judiciário, forma de atuação que passou a ser comum no estado após a criação da FALERJ.

Também foram frequentes os casos de expulsão da Fazenda Camarão, que tiveram muita violência e, inclusive, assassinato de um lavrador, chamado Jair Pereira, segundo o jornal *Última Hora* de 11 de outubro de 1961. Além disto, a região conhecida na época como Cachoeirinha Pequena de acordo com o que foi constatado pelo *Última Hora* de 07 de junho de 1963 em que são descritas cenas de revolta em função de despejo na região, e em General Carvalho observado na edição de 23 de maio de 1963 do mesmo periódico quando se fala da ocupação desta localidade pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais expulsos e expulsas de Cachoeirinha Pequena, também viram violentos despejos acontecerem.

É possível notar, em Magé, portanto, severos conflitos agrários em que se opunham às demandas de lavradores e lavradoras que já estavam estabelecidos nas terras e os interesses de pessoas e empresa que procuravam tomar as terras por meio de despejos. De fato, a situação chega a se acirrar tanto que um atrito entre o judiciário e o executivo se desenrola no final de 1962.

De acordo com notícias publicadas no jornal *Ultima Hora*, o juiz Nicolau Mary Junior decide pela reintegração de posse das terras de Rio D'Ouro em favor da Companhia América Fabril, para que seja executado o despejo dos lavradores e lavradoras. Solicita, para tanto, que o governo estadual lhe envie tropas da Polícia Militar. Ao invés de atender a solicitação, o executor estadual do PPAA se dirige a Magé para conversar com o juiz sobre a possibilidade

de uma desapropriação em caráter de urgência daquelas terras em favor dos lavradores e lavradoras.

O Tribunal de Justiça, por meio de uma reunião de seus desembargadores, entende o ato como uma interferência do executivo sobre o judiciário. Decidem então que, por esta razão, solicitariam Intervenção Federal sob o estado do Rio de Janeiro. Depois deste conflito, são enviados 100 soldados a região, de maneira que o pedido de Intervenção Federal perde seu fundamento e deixa de ser válido. Ainda assim, a repercussão do caso influencia a renúncia de Carvalho Janotti, então governador do estado.

O episódio apresentado demonstra a gravidade da disputa pela terra em Magé, da mesma forma também pode-se perceber através de matérias sobre o assunto atuação da Associação de Lavradores de Magé e da própria FALERJ.

Xerém

Figura 3: Mapa de Duque de Caxias com divisão de distritos.



Fonte: Projeto NIMA – PUC Rio.

Até 1954, Xerém era região integrante de Imbariê, Duque de Caxias. A partir de então, passa a ser o quarto distrito do mesmo município. Antes mesmo disto, contudo, a região recebeu destaque pela construção da Fábrica Nacional de Motores (FNM) como parte do projeto da Cidade dos Motores.

O plano para a região, contudo, não chegou a se concretizar mediante as mudanças no cenário político nacional, bem como por influência da crise econômica na qual uma fábrica que produzia motores de avião destinados à guerra poderia enfrentar.¹⁵ Entretanto, o esboço

¹⁵ “A Fabrica Nacional de Motores teve seu projeto ligado diretamente à guerra [II Guerra Mundial] e, por este motivo, viu-se em dificuldades com o fim da mesma” (RAMALHO, 1982, p.36).

de um planejamento para a ocupação da região é algo significativo para entender porque a lavoura não se estendia a determinada região do distrito. Além disto, foi possível notar que os conflitos eram situados geograficamente, quando relatados nos jornais do período, por meio da expressão “Ramal Xerém”. De maneira que, ainda que nem todas as disputas agrárias tenham se situado em áreas próximas a linha férrea, esta era relevante para o que decorria na região.

No que se refere a Xerém, conforme já exposto anteriormente, se tratava de uma região composta por múltiplos núcleos de atuação dos lavradores e lavradoras, tais como, Piranema, São Lourenço, Capivari, entre outros. É importante observar tal fato, pois ainda que houvesse uma única associação com uma sede institucionalizada, a ALF, frequentemente se encontram referências apartadas em periódicos da época e pesquisas.

Grynszpan (1987) indica que em 1949 há a criação de uma comissão que visava “defender lavradores das pressões que começavam a ser exercidas por grileiros” (GRYNSZPAN, 1987, p.101). Ao que tudo indica, esta organização se fortaleceu ao longo da década de 1950, alterando seu nome e características, por volta de 1959, e veio a ser sufocada, em 1964 com o golpe no governo federal, quando os movimentos camponeses organizados foram reprimidos, conforme expõe o líder camponês José Pureza:

A repressão foi implacável com os trabalhadores rurais e sua liderança. Acusaram nosso movimento de subversivo, prendendo e perseguindo nossos companheiros. Muitos sindicatos foram impedidos de funcionar. (PUREZA, 1982, p.91)

No começo dos anos 1950, emerge a Associação de Lavradores Fluminense (ALF) com sede em Xerém. Tratava-se de organização que buscava integrar os trabalhadores e trabalhadoras rurais na demanda por pautas específicas da categoria. Esta instituição pretendia, conforme apresentado anteriormente, ter jurisdição por todo o estado.

É fundamental que se perceba que algumas das atuações mais emblemáticas da Associação de Lavradores Fluminense se deram em decorrência dos já mencionados pedidos de reintegração de posse na região que, não raro, tinha como consequência violência policial contra os trabalhadores da terra. Conforme constatamos em periódicos da época

Leitão [supostamente grileiro] conseguiu do juiz de Duque de Caxias um mandado de reintegração de posse (apesar de nunca ter tido posse nem terra em Piranema). E com este mandado fez o despejo de oito lavradores. Os camponeses foram expulsos, todos os seus haveres roubados e suas lavouras

estão sendo carregadas para a fazenda do grileiro. Os produtos são repartidos e vendidos pelos seus capangas (IMPRESA POPULAR, 10/12/1954, p.8).

Com isto, nota-se as frequentes situações de violência a que eram submetidos os moradores e moradoras da região. Enfrentavam as ordens de despejo, frutos, muitas das vezes, dos pedidos de reintegração de posse feitos por aqueles compreendidos dentro da categoria de grileiros e grileiras. Extrai-se, ainda, do mesmo caso, a observação de que as autoridades locais não estavam alheias aos conflitos que se desenrolavam na região. Se por um lado, existia a atuação de magistrados no sentido de ceder a reintegração de posse aos grileiros e grileiras, como no exemplo apresentado acima, por outro, há notícias que demonstram que deputados chegaram a dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), para averiguar os casos de violência policial contra os lavradores e lavradoras, a exemplo de matéria publicada no jornal *Imprensa Popular* de 11 de maio de 1955.

Grynszpan (1987) aponta outro fato de grande relevância para o caminho seguido pela ALF nos anos 1950. Além de estar exposta à repressão, prisões arbitrárias e situações de violência, em 1955, a direção da ALF, incluído aqui José Pureza, foi obrigada a abandonar Duque de Caxias, devido a um grande despejo realizado em Xerém pelo governo do estado. Na época, os despejados foram transferidos para a região de Casimiro de Abreu. Apesar de constituída uma Associação nesta localidade, os lavradores e lavradoras foram aos poucos retornando para Xerém. O faziam alegando que o terreno em Casimiro de Abreu era muito acidentado e, por esta razão, não muito adequado ao cultivo. Um dos personagens que também retorna a Xerém é José Pureza (GRYNSZPAN, 1987, p.107) juntamente com sua esposa, Josefa Paulino (GHELLER, 1997).

Apesar de pretender atender a todo o estado, a atuação da ALF estava mais restrita a Duque de Caxias, por isso, nunca atingiu plenamente esta pretensão (GRYNSZPAN, 1987, p.108). Assim é apenas com a criação da FALERJ, em 1959, que passa a existir uma entidade de atuação no plano estadual, efetivamente. Esta federação abrangeu representantes de diversas associações locais, incluindo as de Xerém, Pedra Lisa e Magé, o que viabilizou maior interação entre os movimentos destas e outras regiões rurais do Rio de Janeiro.

No segundo momento da divisão que criou-se para este trabalho, ou seja, a partir de 1961, também ocorre em Xerém um acirramento da disputa agrária. Como é possível visualizar através da situação ocorrida na região pertencente ao 4º distrito de Duque de Caxias, na qual, em 1963, sucedeu um episódio que consistiu em um movimento liderado por padre Aníbal, o qual ganhou repercussão midiática enquanto forma de resistência de

trabalhadores e trabalhadoras rurais. Conforme se pode notar, nesta ocasião foi retido um trem na região do Lamarão e lavradores e lavradoras se manifestaram, armados, com demandas de garantia da posse terra, contra uma ordem de despejo. Note-se a fala atribuída ao líder do movimento:

Somos pela paz e pela compreensão entre os membros de uma mesma família, imensa família que é a família humana. Não podemos, contudo, ficar imóveis quando vem nos provocar e ameaçar de invasão aquilo que nos pertence. Mesmo porque já sabemos que o depósito para as desapropriações foi feito, ontem, pela SUPRA (ÚLTIMA HORA. 22/06/1963. p.2),

O que se observa, portanto, é a intensificação dos litígios na região de Xerém, a qual provocou conflitos em que a ação de militantes rurais era diferente das presentes no primeiro momento analisado.

CAPÍTULO II: O QUE ERA SER MULHER NESTAS CONDIÇÕES?

A proposta deste capítulo é a apresentação do contexto em que estavam inseridas as mulheres estudadas nesta pesquisa, a fim de entender o que significava ser mulher dentro daquele cenário. Tal análise se faz de grande relevância para que se compreenda suas atitudes e possibilidades.

Para isto, foi necessário observar diferentes esferas das vidas das personagens femininas pesquisadas: o seu trabalho, a situação de violência na qual viviam, a relação entre a maternidade e a posição social das mulheres naquele momento que mostrou ser essencial tentar compreender o papel da criança naquele contexto e, por fim, buscou-se conhecer melhor as militâncias femininas, por meio da Associação Feminina Fluminense e as resoluções de congressos, quer de trabalhadores e trabalhadoras rurais, quer de mulheres.

Pretender assimilar como se inseriam e atuavam as trabalhadoras rurais, não apenas dentro de movimentos sociais, mas, sobretudo, dentro da comunidade em que estavam inseridas se apresentou como um grande desafio, principalmente por não se conhecer claramente as personagens a serem estudadas.

Para iniciar esta parcela da pesquisa, então, decidiu-se aqui procurar entender, a princípio, os comportamentos considerados como normais para as mulheres daquela época. Para isso, contou-se com o suporte de pesquisas anteriores sobre o assunto. Acreditou-se que isto colaboraria para a compreensão a respeito da atuação feminina dentro de movimentos rurais, uma vez que fossem identificadas.

Macedo (2001) relembra a orientação do *Jornal das moças* em sua tese, quando diz que “mulheres boas companheiras devem acompanhar as opiniões dos maridos, inteirar-se de suas ideias, rir de suas piadas e histórias só para agradá-los” (MACEDO, 2001, p.108). E, Bassanezi (2014) vai além expondo que

no pensamento dominante (refletido pelas revistas), as relações de gênero tradicionais apareciam como a única possibilidade válida, encobrendo conflitos, contradições e questionamentos e legitimando a discriminação das mulheres. Na prática, porém, isso não significava a ausência de disputas e negociações interpessoais nem impedia que outras variáveis – como classe social, faixa etária e etnicidade – interferissem nas relações de gênero existentes. (BASSANEZI, 2014. p.378)

Assim, é possível perceber que predominava a ideia do comportamento feminino como vinculado e subordinado ao masculino. Porém, há outros fatores capazes de interferir nessa relação. Ambas as autoras procuram desvendar as figuras de gênero baseadas em publicações

da época direcionadas a classe média e urbana. Bassanezi (2014), inclusive, no fragmento mencionado, menciona a possibilidade de variações em cenários distintos.

É justamente no que tange às mulheres do campo, se intensifica esta problemática. É preciso ter em vista que se trata de maioria analfabeta e sem acesso a energia elétrica, assim como, muito mal atendida por meios de comunicação. O transporte, em si, já era um fator que prejudicava a vida cotidiana de todos em áreas rurais. Existia, ainda, a dificuldade da demanda pela terra e as violências a que estavam submetidos os lavradores e lavradoras da região estudada.

Com isso, é improvável supor que os mesmos problemas discutidos em publicações femininas da época tivessem relevância semelhante para estas mulheres, objeto deste estudo, assim como tinham para as que viviam em meio urbano e eram de classe média. Não defendemos, porém, que padrões morais prevalentes em cidades não se estendessem ao campo, mas sim, que eram lidos dentro dos parâmetros possíveis desta realidade na lavoura. Por isso, nos valem do gênero como uma categoria de análise interseccional a outras, não única.

Por se tratar de um trabalho que intenciona discutir as posições das mulheres dentro de um determinado contexto social, não se pode, aqui, abster de fazer menção à ampla discussão acerca deste assunto. O que se propõe, contudo, não é uma reconstrução do processo histórico que conduziu a trajetória acadêmica da perspectiva feminista. Se pretende, apenas, situar este trabalho dentro do contexto destas discussões.

Na década de 1980, Scott (1995) defendeu a ideia de gênero enquanto categoria útil para análise histórica e propôs que seja “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88). A autora elabora uma densa teoria capaz de inspirar pesquisas históricas no que diz respeito a abordagem do conceito de gênero, em que este é entendido como “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.86), de maneira tal que para se perceber o sentido do conceito estudado por ela, seria necessária a análise dos ‘símbolos culturais’ que pautam estas diferenças entre os corpos sexuados e, conseqüentemente, há que situá-los em tempo e espaço.

Nicholson (1999) aponta, ainda, que ao considerar o corpo sempre como objeto de interpretações sociais, não existiria, então, diferença entre ‘sexo’ e ‘gênero’. A análise da autora é relevante justamente porque fortifica a compreensão do que é ser ‘mulher’ como algo historicamente situado e entendido de acordo com uma “complexa rede de características” (NICHOLSON, 1999, p.35), dentre as quais algumas exercem papel dominante por um longo

tempo, mas sem elas ainda é possível se qualificar alguém como ‘mulher’ em determinados períodos e regiões.

Pedro (2005) procura demonstrar a trajetória das discussões acadêmicas a respeito do conceito de gênero. Para tanto, aborda as duas autoras anteriormente citadas. Pedro (2005) afirma, ainda, que a segunda onda feminista, emergida no pós-segunda guerra mundial, utilizava a categoria ‘mulher’. Posteriormente, contudo, as mulheres indígenas, negras, pobres e trabalhadoras apontaram que uma categoria única “que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las” (PEDRO, 2005, p.82), dadas as diferenças existentes. Por isso, passou-se a utilizar o termo ‘mulheres’. Assim, a autora mostra que por procurar entender a dominação do homem sobre a mulher em diversas sociedades, era utilizada em um primeiro momento a ideia de ‘mulher’. No entanto, respaldada pelos apontamentos das mulheres não brancas de classe média, iniciou-se a utilização da categoria ‘mulheres’, de forma mais abrangente.

Em meio a este debate, acadêmicos, dentre os quais os da área de história, assumiram os termos reconhecendo as discussões a respeito deles. Desse modo, primeiramente, a categoria de análise foi a de ‘mulher’, que buscava integrar a presença feminina à história da humanidade. E, por outro lado, reconhecendo as diferenças internas desta categoria, passou-se a utilizar o conceito de ‘mulheres’. Este é o cenário em que se procura reconhecer o papel feminino ao longo da história. De acordo com a autora, foi no interior da categoria ‘mulheres’ que surgiu a categoria gênero, a qual viria a ser estudada por Scott (1995), que propôs que a história, por si mesma, seria capaz de produzir as diferenças entre os sexos de maneira hierarquizada. Assim, ainda que se tenha existido indiscutivelmente, em dado momento, a divisão conceitual entre ‘sexo’ e ‘gênero’, é importante perceber que esta não se manteve sem questionamentos no decorrer do tempo. Em virtude da percepção de alguns autores, tais como Nicholson (2000), de que cada sociedade faz sua própria interpretação do corpo, inicia-se um debate acerca da possibilidade de que não seja adequado entender que existam pontos imutáveis comuns a todas as sociedades que torne pacífica a diferenciação entre masculino e feminino.

É neste sentido que se insere esta pesquisa, que busca entender o papel social das mulheres dentro de sociedade e época específicas. Não se deve, dessa forma, se abster de identificar as maneiras como se expressavam as relações homens-mulheres dentro do contexto em que se inseria o objeto desta pesquisa. Todavia, para além deste entendimento, há que se perceber que é impraticável que esta seja a única categoria de análise abordada neste trabalho, razão pela qual se faz necessário considerar o conceito de interseccionalidade.

De acordo com Hirata (2014), “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas” (HIRATA, 2014, p.69), de maneira que contribui para a articulação de classe e raça ao conceito de gênero para explicar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Além disso, a mesma teoria possibilita a articulação de outros fatores tais como sexualidade, idade e religião, como fundamentação para o mesmo problema.

Entendendo, portanto, que ao propor tratar da situação das mulheres presentes dentro da militância dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, deve-se observar cautelosamente todos os fatores que constituíam as relações entre masculino e feminino e a consequente hierarquização entre homens e mulheres, compreendendo, para isso, a influência de variadas características constitutivas desta relação, bem como o fato de além da questão de gênero outros fatores influenciarem na posição social daquelas pessoas.

Seguindo esta linha de raciocínio, é seguro afirmar que lavradores e lavradoras da Baixada Fluminense, durante toda a década de 1950 estavam submetidos à situação semelhante em relação às desapropriações de terra, bem como a falta de serviços de educação, saúde e saneamento. Contudo, destaca-se que as dificuldades que afetassem os filhos, a casa ou a família como um todo, eram interpretadas como problemas que afetavam, *a priori*, as mulheres. Além disso, havia alguns fatores que dificultavam o cotidiano das personagens estudadas nesta dissertação em função do fato de que eram mulheres.

Macedo (2001) expõe que “na ideologia dos anos dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina” (MACEDO, 2001, p.101). Enquanto Bassanezi (1993) demonstra que

As mulheres, por sua vez, são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa e esposas, vivendo em função do outro, o homem) e das características consideradas “próprias das mulheres” englobadas no termo “feminilidade” (pureza, doçura, resignação, instinto materno etc) (BASSANEZI, 1993, p.114)

As duas autoras defendem que o papel da mulher na década de 1950 estava amplamente associado às rotinas da casa e aos cuidados com a família. Macedo (2001) discute em sua tese o diálogo deste âmbito da vida feminina com a militância feminista, e faz isto ao analisar a trajetória de Lydia Cunha, que integrava a União Feminina de Duque de Caxias. A autora conduz o seu trabalho inspirada pelo lema “Ordem na casa e vamos à luta”, e desse modo, demonstra que ao lado da militância, Lydia também assumia o papel de mãe, esposa e dona de casa, além de ser a pessoa que assumia os cuidados com os idosos e doentes da

família. Desta forma, ainda que participante de discussões políticas, a mulher não deixava de cumprir, à época, atividades dentro do âmbito doméstico.

Certamente, não se defende aqui que não houvesse resistências por parte das mulheres em relação aos padrões de comportamento femininos socialmente aceitos. Contudo, ainda que contestados, estes padrões não deixavam de interferir, quer fosse através de limitações diretas a ação delas quer fosse por meio de repreensões de pessoas que lhes eram próximas, nas atuações por parte das mulheres. O que podia dificultar sua participação em alguns aspectos da vida social.

As mulheres que se organizaram para lutar pela melhoria de sua condição social e política eram consideradas “indesejáveis” pois iam de encontro ao padrão feminino defendido pelas instituições: uma mulher dedicada ao lar, às prendas domésticas, à criação e educação dos filhos e aos cuidados com seu marido. (MORENTE, 2015, p.38)

Assim, é possível entender que ao buscar romper ou, de alguma forma, criar oposição a este modelo em que a mulher deveria se restringir ao âmbito doméstico, se tonaria, de acordo com a autora ‘indesejável’. Termo que, neste trabalho, entendeu-se como dirigida a alguém que não seja socialmente aceito. Nesta perspectiva, parece natural recordar, por exemplo, que em sua biografia, Josefa Paulino, personagem sobre a qual trataremos neste capítulo, aponta a existência de mulheres que participavam apenas das associações de lavradores e lavradoras, evitando as comissões femininas existentes em Xerém, atitude que, desta forma, se torna compreensível.

Ademais, também é destacável como prova de que a posição da mulher estava amplamente associada ao aspecto doméstico e relacionada aos cuidados da família o fato de que alguns eventos, dirigidos prioritariamente ao público feminino eram as Assembleias ou Conferências de Mães, de forma que desde a nomenclatura do evento já se destacava a maternidade como o fator que unia estas mulheres.

Nessa lógica, intenta-se indicar que o trabalho doméstico era compreendido como tarefa feminina mesmo dentro de um contexto de militância. Tal fato ressalta como forma de apresentar a inserção política das mulheres como um dos aspectos sobre os quais refletem os conceitos vigentes na sociedade dentro do contexto analisado, ainda que tal reflexo não se restrinja a um comportamento feminino que acata passivamente o papel que lhe era determinado, mas abranja as próprias consequências que elas sofriam por questionar tal modelo. Assim, é indiscutível que havia influência dos padrões de comportamento, mesmo quando pretendiam negá-los, então estabelecidos sobre as mulheres do campo.

Desta maneira, assim como Macedo (2001), a qual sintetizou análise semelhante no já mencionado lema “Ordem na casa e vamos à luta”, também na presente pesquisa buscaremos entender a atuação feminina dentro dos movimentos de trabalhadores rurais sem descartar o vínculo de seus comportamentos aos limites socialmente estabelecidos para a ação das mulheres naquele momento. Escolheu-se tal abordagem justamente porque estas mulheres que refletiam as crenças de sua época não se furtaram a integrar demanda que lhes afligiam, também, enquanto lavradoras. Por esta razão, para compreensão do cotidiano destas pessoas aqui estudadas, é consideravelmente significativo, a apresentação das experiências de Josefa Paulino, que sendo mulher e militante é capaz de ilustrar em que medida era possível que tais aspectos dialogassem na experiência das mulheres rurais.

Josefa Paulino

Figura 4: Foto de Josefa utilizada em sua campanha para Deputada Federal



Fonte: Gheller, 1997, p.87

Nascida em agosto de 1924, em São Miguel do Campo, Alagoas, Josefa teve uma infância na qual passou por profundas privações financeiras. Ela relatou que teria ganhado seu primeiro par de sapatos aos 9 anos de idade. Entre seus 10 e 16 anos, com seus dois pais mortos, trabalhou para uma família em Recife, junto a qual Josefa revelou ter sofrido violência e outras formas severas de punição por diversas vezes. Em sua biografia é publicada uma carta, datada de 1995, dirigida aos patrões que teve em sua adolescência:

Agradeço à senhora, ex-patroa, porque apesar da judiaria que fez comigo, do desprezo, da humilhação, da falta de sensibilidade, do maior castigo que a senhora e seu marido me deram – não me por na escola -, apesar da surra que ele me deu no banheiro que minhas coxas ficaram feridas pela fivela do

cinto, da dúzia de bolos que me deu obrigando-me a dizer que eu havia roubado uma tesourinha da empregada, de tantas outras coisas que não dá para enumerar por tomar muito espaço[...]. (GHELLER, 1997, p.25)

Orgulhosamente confessou, tanto em documentário a seu respeito quanto em sua biografia, que aprendeu a ler e escrever sozinha, por observar as crianças da casa em que trabalhava enquanto estas eram alfabetizadas.

As crianças quando começaram a aprender a ler aquela cartilha de a,b,c, eu peguei aquele mais simples e apelidei para poder aprender a ler. Então, eu apelidei da seguinte maneira: letra a, um pau de cangalha com um traço no meio; letra b, um traço com duas barriga; letra c, uma bola faltando um pedaço; letra d, uma bola com um lado chato; letra e, um traço com três pernas; letra f, um traço com duas pernas; o g parece uma cabeça de gato... [...] Quando os meninos iam estudar, eu procurava uma hora para ficar por trás deles escondido [sic] porque eles não podia perceber [sic] que eu estava ali, porque chamava [sic] a mãe e eu não podia ficar ali. [Eu] tava [sic] sempre com o espanador na mão. Graças a Deus, eles queriam que eu ficasse cega, mas... Dizem que em terra de cego quem tem um olho é rei e este olho eu tenho (MAXWELL & LIMA, 2002.)

É notável em ambos os fragmentos citados, a carta de Josefa aos patrões e seu depoimento em documentário, a importância da alfabetização na perspectiva de Josefa. Boa parte das pessoas oriundas do campo no mesmo período, eram analfabetas e a relevância do conhecimento dos processos de leitura e escrita, para quem não os dominava, apareceu duas vezes de maneira clara ao longo desta pesquisa, na entrevista de Olinda Maria ao *Imprensa Popular*, quando do concurso de Rainha Camponesa, conforme será apontado posteriormente, e com mais destaque ainda nos relatos de Josefa a respeito de sua própria trajetória. Este aspecto, portanto, nos remete a semelhança entre a trajetória de Josefa e a de outros trabalhadores e trabalhadoras rurais contemporâneos e contemporâneas a ela. De fato, mesmo que não se negue sua proeminência em relação a outras mulheres militantes dentro do mesmo movimento, deve-se ressaltar que passava pelas mesmas aflições que aqueles que com ela conviviam nos conflitos pela terra.

Aos 16 anos, teve uma discussão com a patroa sobre um caderno que comprou, tendo sido mandada embora (GHELLER, 1997; MAXWELL & LIMA, 2002) e sobre isto, na mesma carta mencionada anteriormente, afirma que “Deus apressou minha saída de sua casa. Não foi necessário esperar a idade de 21 anos, saí com 16” (GHELLER, 1997, p.26).

Depois de expulsa, Josefa foi para Maceió, onde passou a viver com sua madrinha, junto a quem trabalhava em um armazém. Foi nesta cidade que conheceu e casou com José Pureza, que era viúvo e pai de dois filhos. Depois de casados, viveram na casa da sogra de Josefa por dois meses, até o dia que embarcaram para o Rio de Janeiro (GHELLER, 1997).

José e Josefa moraram em Cordovil, por seis meses, após, mudaram-se para Brás de Pina. Josefa teve dois filhos neste período. Em 1947, seu marido opta por ir para o campo, ela permanece na cidade, trabalhando para uma confecção. Neste mesmo período, a mulher teve que acompanhar ambos os filhos, internados no Hospital Zacarias em decorrência de debilitado estado de saúde provocado pelas necessidades que passavam, além de se mudarem para a favela do Grotão na Penha (GHELLER, 1997; SOUZA, 2004). À Pucu, Josefa afirmou que “as crianças ficaram tudo por minha conta. Pra não dizer que nunca fez nada, [José] levou a garota ao médico” (PUCU, 2000, p.40).

Atenta-se para tal afirmação no sentido de destacar a influência da divisão de papéis femininos e masculinos como vigente, mesmo quando a militância cabia aos dois, assim como o fato de ‘trabalhar fora’, à mulher cabiam os cuidados com a família. E é assim também que aparentemente se configurava a relação entre José e Josefa. E tal fato merece destaque, principalmente para que se recorde que ainda que atuasse juntamente a movimentos sociais, ela não podia atuar com o mesmo empenho que seu marido, já que sobre ela recaíam as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos.

Com a falência do local em que trabalhava Josefa se muda para o campo, para acompanhar o marido. Pureza conta em sua biografia, que teria tomado conhecimento, por meio de um servente quando exercia função de estucador, do fato de que estariam dando terras em Xerém (PUREZA, 1982). A isto, Josefa acrescenta a informação de que foi

sabendo do interesse de José por política e por tentar organizar os trabalhadores da área rural, [que] um amigo aconselhou-o a procurar um certo Grileirinho, que, ao contrário da maioria, ajudava na distribuição de terras. “Não era como os outros, os verdadeiros grileiros que roubavam as terras dos pobres” (GHELLER, 1997, p.40)

O fato, então, do interesse de José por “organizar trabalhadores da área rural” ser anterior a sua própria mudança para o campo se destaca. Souza (2004) aponta que “a partir das orientações do PCB e por conta do próprio desemprego, decidiu alugar-se em Xerém” (SOUZA, 2004, p.61). A importância da influência política em sua decisão pode ser contraposta ao fato declarado por sua esposa, posteriormente, de que ela resistiu, à época, a mudança para uma região rural, em função das “lembranças de sua infância no campo” (GHELLER, 1997, p.39), ela disse:

Eu tinha uma raiva de roça porque eu vi como minha mãe morreu. Minha mãe foi enterrada numa rede, que eu não sei nem se foi com rede ou se foi jogada lá dentro do buraco. [Para o] Meu pai [é] que foi que eu, conversando

com a madrinha de crisma, ela mandou um caixão. Ele se enterrou bonito dentro do caixão. E eu já estava vendo meu futuro indo pelo mesmo caminho do meu pai e da minha mãe. Eu não queria mais viver de roça e meu marido foi justamente pra roça depois de ter uma profissão tão boa. (“Josefa – Uma mulher na luta camponesa”, de Roberto Maxwell e Luiz Claudio Lima, 2002.)

Mesmo após José ter deixado de ser estucador para dedicar-se a lavoura, atividade na qual não tinha experiência anterior (PUREZA, 1982), ele e sua família continuaram a viver em dificuldades econômicas, nas palavras de Josefa, eles passaram três anos “num miserê [sic] desgraçado” (MAXWELL & LIMA, 2002).

Josefa contou ter participado da campanha “O Petróleo é nosso” (GHELLER, 1997; SOUZA, 2004; PUCU, 2000). Presume-se que foi a partir desse momento que ela passa a se interessar por mobilizações femininas. Era para as mulheres que conheceu durante esta campanha que pedia orientações a respeito de como criar uma associação feminina. Josefa dizia ainda que “trazia pessoas pra fazer contatos, palestras no 8 de março, no meio de lavradores em geral que quisessem escutar” e completa ainda “eu assim juntava as mulheres para fazer uma associação” (PUCU, 2000, p.44).

Souza (2004) apresenta o núcleo feminino da Associação de Lavradores em Xerém como “uma comissão de mulheres da AFF” (SOUZA, 2004, p.64). De fato, conforme o que foi divulgado no jornal *Imprensa Popular*, é adequado entender como essencial a influência de mulheres externas àquela região como algo necessário à criação da organização feminina em Xerém:

A união Feminina de Nova Iguaçu promoveu no dia 03 uma importante assembleia junto as camponesas de Xerém, que também se farão representar em Porto Alegre [Na II Assembleia Nacional de Mulheres, em 12 de outubro de 1953]. Falando nesta ocasião, secretária da União, sra.Osvaldina Rocha, levantou as reivindicações dos camponeses de Xerem contra os despejos das terras pelos grileiros, por direito à propriedade, por concessão às trabalhadoras agrícolas dos mesmos direitos concedidos às operárias industriais. Foi resolvida a criação, ainda este mês da União Feminina de Xerém.(IMPRESA POPULAR, 08/10/1953, p.2)

O primeiro fato a ser notado é que o jornal divulga este acontecimento de maneira a não incluir nenhuma trabalhadora rural da região, como se um movimento externo tivesse agido unilateralmente para a criação deste movimento. Contudo, parece válido supor, principalmente por não se tratar de informações contraditórias, mas, sim, complementares, que existe a possibilidade de que lavradoras ou lavradores da região tenham facilitado este contato da organização de Nova Iguaçu com as trabalhadoras rurais de Xerém.

Tal pensamento remete ao supracitado depoimento de Josefa, no qual ela afirma que levava mulheres externas à Xerém para incentivar a criação de mobilizações femininas. Além disto, seu envolvimento pessoal nesta demanda se revela na entrevista à Pucu (2000), quando ela comenta que fazia visitas às lavradoras e em sua biografia, quando expressa que “conseguiu uma bicicleta de segunda mão” para realizar seu trabalho de “conscientização e informação junto às organizações mais distantes” (GHELLER, 1997, p.62).

Josefa foi eleita como delegada, representante das trabalhadoras rurais, para alguns eventos, como por exemplo, a Conferência Latino-Americana de Mulheres, conforme publicado pelo jornal *Imprensa Popular*, na qual Josefa teve oportunidade de falar a respeito das precárias condições em que viviam as mulheres do campo que

sem qualquer assistência, sem instrução, trabalhando na lavoura sem horário, sucede que por vezes dão a luz na própria lavoura, durante o trabalho. Enquanto isso, os latifundiários pagam caros veterinários para assistir suas vacas de raça (IMPRESA POPULAR, 31/08/1954, p.1)

Além de compor comissões, Josefa se valia de fala para se posicionar a respeito da situação do grupo que representava. Também foi indicada delegada para a Convenção Nacional de Mães, de acordo com o mesmo periódico, em 28 de junho de 1955.

Foi a segunda tesoureira da diretoria da Associação Feminina Fluminense¹⁶, além de delegada de Xerém na II Conferência Nacional de Trabalhadoras Agrícolas, como relata a revista *O momento feminino*, de 1954. Atuava nos dois grupos, tanto na Associação de Lavradores como em organizações femininas.

Apesar de toda atuação anterior, Josefa se filiou ao PCB apenas em 1955. De acordo com seus relatos, tanto em sua biografia, quanto na entrevista cedida a Judite Pucu, seu marido se posicionou reconhecendo que ela já fazia o trabalho do partido antes disso, e por isso, estaria apenas formalizando a situação. (GHELLER, 1997; PUCU, 2000; SOUZA, 2004).

Chegou a compor delegação feminina enviada à Áustria para Conferência Mundial de Trabalhadoras, como representante das mulheres do campo¹⁷. Josefa comentou sobre o caso em sua entrevista a Pucu, afirmando que Ana Montenegro, também integrante do partido, que ‘cutucou’ para ela ser escolhida como delegada, “porque nunca saía trabalhadoras rurais. Saíam jornalistas, bancárias, costureiras, trabalhadoras de fábricas de tecido...” (PUCU, 2000, p.51).

¹⁶ *Imprensa Popular*, 14/09/1955.

¹⁷ *Última Hora*, 21/05/1956.

Josefa apontava algumas dificuldades encontradas dentro da militância, sobretudo, em função de não ter tido educação formal. Afirma que participou de cursos de formações, dentre os quais ela recordou um caso específico:

Eu tive muita dificuldade. Às vezes a menina usava uma palavra intelectual: “Meu Deus, o que é isto?” Durante a aula eu fico querendo “debulhar”, porque as vezes a gente vai continuando e entende a de trás. Aquela não dava pra entender. Aí eu falava assim: “Professora, me desculpe, dá licença, o que significa isso assim que a senhora falou?” Aí ela explicava. De tanto perguntar, uma moça de Santa Catarina me mandou um dicionário. (PUCU, 2000, p.50)

Observa-se, portanto, a dificuldade enfrentada por Josefa referente à formação, remetendo novamente aos problemas da ausência de educação formal. Ela revela que em seu primeiro curso de formação, era a única pessoa do campo a participar. Além disto, expressa, na mesma entrevista, que por sentir-se insegura para escrever, contava com a ajuda de Maria Alice, uma integrante da AFF, para enviar cartas a respeito do Congresso na Câmara de Vereadores de Jardim São João, as quais ela tinha ficado responsável por organizar.

Em 1955, houve um grande despejo em Xerém que removeu boa parte dos lavradores e lavradoras da região – dentre os quais muitos dos dirigentes da ALF – para Casimiro de Abreu (GRYNSZPAN, 1987), entre eles estavam José e Josefa. Por volta de 1960, no entanto, eles voltaram à Xerém (PUREZA, 1982) e posteriormente, se mudaram para um sítio em Piabetá, no município de Magé.

Josefa avalia sua participação nos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais quando afirma que “de [19]48 à [19]64, eu estava ali no meio e a polícia não me conhecia, porque eu trabalhava no meio, e não na ponta. Porque a gente sozinho, a gente não é ninguém. A gente só é muita coisa com o povo” (MAXWELL & LIMA, 2002). Dessa forma, é possível compreender que embora ela estivesse inserida em um contexto de militância rural, a mesma não assumia papel de liderança que se destacasse perante a polícia.

Com o golpe de 1964, José foi para Maceió e Josefa ficou para tentar vender o sítio. Assim que conseguiu fazê-lo, foi para Maceió encontrar-se com o marido, onde passaram a viver como costureira e pescador até 1969, quando se mudaram para o Recife (GHELLER, 1997; SOUZA, 2004). Souza apresenta os relatos de Josefa a respeito da prisão dos dois:

Aí que a gente começou a fazer o trabalho de campo, descobrir quem a gente podia ganhar pro partido e pra saber da situação dos trabalhadores rurais, dos cortadores de cana. Começamos a procurar conhecimento nos sindicatos. Eu sei que era um trabalho muito árduo. Eu ia junto com ele porque lá tinha um negócio de homem não entrar em casa que a mulher está sozinha. E aí a gente ficou conhecendo muitas usinas, entrava em contato com as direções

sindicais. Em 1973, nós fomos presos. Eles prenderam a gente como comunistas. Eles bateram muito no José e nós ficamos 27 dias incomunicáveis. Eu sofri muito com os interrogatórios, com socos e as situações que me envergonhavam, como tirar a roupa para nos surrar melhor. Depois de 32 dias me soltaram, já o José permaneceu preso. Enquanto estava preso, eu recebia uma ajuda do partido (SOUZA, 2004, p.66).

Após a libertação de José, retornaram ao Rio de Janeiro em 1975, onde passaram a trabalhar como caseiros. Josefa permaneceu na militância e em 1986, candidatou-se a deputada federal, pelo PCB, mas não conseguiu eleger-se. Militava com uma perspectiva direcionada para as mulheres rurais, enfatizando a importância da sindicalização feminina e maior representação nas diretorias (GHELLER, 1997). De acordo com Costa (2007), “nos anos 80, Josefa estreita e sistematiza suas aproximações com movimentos feministas; circula entre intelectuais, mas sempre próxima das trabalhadoras rurais” (COSTA, 2007, p.41).

Nos anos 1990, defendia que as pautas das mulheres deviam estar apartadas das gerais. E é importante que se remeta às origens de sua militância para entender o relato de Costa (2007) a respeito do estranhamento de Josefa, em 1996, quando questiona o uso do termo ‘relações de gênero’ adotado por movimentos feministas. Para ela, o uso deste conceito “oculta questões específicas das mulheres” (COSTA, 2007, p.42).

Às vezes eu fico pensando, depois disto tudo que aconteceu comigo... Uma boia-fria, que não cheguei a trabalhar na roça como criança porque ficava em casa cuidando do feijão, mas pelas peripécias que eu passei, e eu fico me admirando hoje as mulheres com muito mais instrução, muito mais direitos, apesar de tudo... Estes direitos todos que tem aí foi o partido comunista que lançou e que deu a primeira palavra de ordem. Mesmo assim, apesar de eu ter passado por todas estas peripécias, vocês não vão acreditar, ainda fui candidata a deputada federal, só que eu sabia que não ia ganhar, porque eu não tinha condições de fazer o meu trabalho dentro do meu setor, que era o campo. O campo é um setor muito esquecido pelas pessoas, pelos urbanos.[...]Eu acho que o trabalhador rural devia ser visto em primeiro lugar, porque sem alimentação ninguém vive e alimentação quem dá é o trabalhador rural. (MAXWELL & LIMA, 2002.)

Presume-se que Josefa olhava para a própria trajetória como algo que refletia os direitos adquiridos pelas mulheres ao longo do tempo. No que tange ao campo, ela acreditava na invisibilidade dos problemas lá existentes por parte da população urbana. Desta maneira, se pode compreender melhor a relevância que a movia a continuar militando, sobretudo pelo reconhecimento da trabalhadora rural.

Josefa morreu em 1999, aos 75 anos. Existem registros seus em revistas e jornais, além de trabalhos acadêmicos diversos, a maioria dos quais, aos menos dentre os encontrados até o momento desta pesquisa, produzidos por mulheres. Foram estes vestígios que possibilitaram

vislumbrar a hipótese de olhar para estas mulheres trabalhadoras rurais. Sua trajetória e depoimentos são excelentes pontos de partida para perceber a existência e a medida da atuação feminina nos movimentos dos campos fluminenses de 1948 a 1964.

Trabalho de mulher

Quando as associações de lavradores começaram a existir, logo no início, Josefa precisava cuidar das crianças e da terra, não podendo participar. Mas logo encontrou tempo e ingressou na primeira associação central. (GHELLER, 1997, p.46)

A questão da pluralidade das funções femininas é fundamental ao se olhar para as mulheres do campo. Ao analisar as tarefas executadas por mulheres, estas restam, por vezes, invisibilizadas, como se compreendidas em obrigações inerentes ao papel de esposa ou filha (BONI, 2004; HERRERA, 2012). E é sobre as atividades executadas por mãos femininas que se pretende lançar luz nesta seção do presente texto, uma vez que é importante conhecer o contexto em que se inseriam estas mulheres. Sobretudo, porque este constitui a totalidade do cenário rural fluminense, necessária, por esta razão, para a própria compreensão deste contexto, bem como dos conflitos emergentes dele.

Conforme mencionado anteriormente, as atividades femininas eram associadas, em grande parte aos trabalhos desempenhados dentro de casa e com relação à educação dos filhos. Nos campos fluminenses, tal situação não se fazia diferente, como se pode notar na relação de José Pureza e Josefa Paulino. Trata-se de dois personagens emblemáticos e relevantes, ela, em especial, para a mobilização feminina a qual ocorreu em Xerém. Ainda assim, compunham as atividades femininas o cuidado dos filhos, de maneira que, sua participação política relacionava-se à possibilidade que tinha de conciliar tais tarefas, além de outras, tal como o cultivo de alimento.

A conceituação do trabalho doméstico é problemática e diversos são os debates sobre o tema que tem sua discussão intensificada a partir dos anos 1970, em que

tratava-se de definir se aquela atividade – a produção de valores de uso e de prestação de cuidados – poderia ser considerada realmente um trabalho sob a ótica de produção capitalista.

A questão do trabalho doméstico inseria-se, portanto, no debate sobre trabalho produtivo e improdutivo (BILAC, 2014, p.129).

De certo que a discussão se modificou ao longo dos anos e a própria autora citada, inclusive, questiona a ideia de improdutividade deste tipo de trabalho e que o conceito teria se

tornado, então, insustentável (BILAC, 2014). Ainda assim, ressalta-se o fato de tratar-se de uma discussão relativamente recente, a de caracterizar as atividades desempenhadas num âmbito doméstico enquanto trabalho. E isto repercute sobre a própria diferenciação que se possa fazer entre trabalho de homem e trabalho de mulher.

Hirata e Kergoat (2007) expressam que “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, e desta divisão, as duas autoras extraem princípios e modalidades, os primeiros se configuram em dois: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Os princípios seriam, então, “válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço”. Estes elementos não repercutiriam, de acordo com as autoras, em uma imutabilidade da divisão sexual do trabalho, mas a plasticidade desta residiria em suas modalidades. Desta forma, “o que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.600).

Ilustra muito bem esta ideia, a pesquisa de Sorj (2014) que trata sobre a situação de mulheres dentro de um contexto mais recente e concluiu que

quando se introduz na análise a dimensão de renda, emergem distinções importantes, sugerindo que o trabalho doméstico comporta experiências sociais diversificadas entre mulheres. [...] Para os homens, a posição na distribuição da renda não faz diferença em termos de horas que dedicam aos afazeres domésticos. O comportamento masculino mostra-se uniforme e transversal às classes sociais. Essa realidade sugere que a identidade masculina continua a se reproduzir pela distância que os homens mantêm e procuram preservar da esfera doméstica. (SORJ, 2014, p.126)

Assim, se é recente esta discussão acerca do reconhecimento de um trabalho tipicamente feminino, qual seria o propósito de apresentá-la quando se trata de mulheres anteriores a expansão deste tema? De fato, por se tratar de personagens anteriores a esta busca pelo reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho, intenciona-se reconhecer a tendência a invisibilidade deste tipo de tarefas. O que se pretende, por ora é ressaltar a existência delas e o cumprimento por mãos femininas. Se, por um lado, contemporaneamente a elas, não eram notadas, comprometeria este trabalho (e reforçaria a injustiça deste esquecimento) não reconhecer tal atividade. Retornando a Bilac (2014), em uma de suas assertivas ela lembra que

mesmo nas análises mais ortodoxas – que não reconheciam o trabalho doméstico como trabalho e consideravam o trabalho mercantil o verdadeiro caminho da autonomia feminina -, a “dupla jornada” era pensada como conflito e contradição [...] (BILAC, 2014, p.132)

Se faz necessário destacar que as mulheres analisadas ao longo desta pesquisa também cumpriam funções dentro da lavoura e a introdução deste segmento sinaliza neste sentido. Além disto, pudemos verificar tal hipótese em outros fragmentos identificados ao longo da pesquisa. Ao apresentar Manoel Jeronimo, o jornal *Imprensa Popular*, o reconhece como um lavrador que, sendo desapropriado de suas terras e vivendo em constantes ameaças, “entrou para a Associação de Lavradores Fluminense”, menciona ainda sua família, afirmando que “seus dois filhos, mal começaram a andar, pegaram numa enxada. Sua mulher tem calos na mão de tanto derrubar mato com foice” (IMPRESA POPULAR, 19/01/1954, p.8).

Não está despercebido a este trabalho o fato de que Manoel Jeronimo foi o primeiro presidente da ALF, o que não foi mencionado na citada reportagem. Para mais, tal reportagem diz que o lavrador teria disponibilizado o terreno do local em que morava, para a realização de um churrasco que intentava arrecadar fundos para o mesmo jornal, neste evento, alguns policiais teriam atuado no sentido de pôr fim de maneira, segundo os relatos constatados, violenta. Tal investida contra os militantes rurais é relatada em outras situações, como quando se trata da eleição para Rainha Camponesa em Xerém, conforme se apresentará mais a frente. Considerando este fato é que se buscará transmitir brevemente o que foi possível compreender deste personagem ao longo desta pesquisa.

Ao relatar uma das ocasiões em que foi preso pela polícia em razão da ALF, Pureza menciona alguém que potencialmente pode ser a mesma pessoa que se vê na reportagem aqui abordada: “O velho Jerônimo, nosso associado, foi o único que a pretexto de comprar querosene apareceu para assuntar. Comunicou aos outros lavradores o que vira” (PUREZA, 1982, p.29). Este senhor também foi localizado em matérias publicadas ao longo de maio e junho de 1955, no mesmo periódico, *Imprensa Popular*. Estas indicam que foi preso, mesmo com *habeas corpus* preventivo, o que, antecipadamente, tornava ilegal a sua prisão, e posteriormente solto. A última reportagem que se encontrou a seu respeito é datada de 22 de junho de 1955, a qual publica que seus pares preocupavam-se por sua vida, já que estava desaparecido.

Manoel Jerônimo foi, portanto, um personagem que se destacou no acontecido em Xerém. Sua esposa, contudo, não pode ser interpretada como militante, por meio das informações coletadas até então. Sobretudo porque, ao nos debruçarmos sobre o exemplo de Josefa, no item anterior deste capítulo, notamos sua contrariedade em mudar-se para o

ambiente rural. Apesar disto, tendo em vista a decisão de seu marido, mudou-se. Nota-se que as decisões masculinas, por vezes, se impunham à família, que juntamente com ele, enfrentava as consequências destas escolhas.

Não se pode fazer deduções, portanto, a respeito das opiniões da esposa de Manoel Jerônimo, mas o foco em suas mãos calejadas contribuem para a percepção da atuação feminina enquanto trabalhadora rural. Através do segmento destacado, é possível notar que executava trabalhos na lavoura também, juntamente com seus filhos e marido. Era trabalhadora rural, além de mãe e esposa.

Da mesma forma, outras personagens também colaboraram para ratificar a hipótese de que trabalhar a terra estava incluído entre as tarefas executadas por mulheres. O periódico *Imprensa Popular* afirmou, em uma reportagem sobre Piranema, em Xerém, que “mulheres trabalham de sol a sol levando cachos de banana na cabeça” (IMPRESA POPULAR, 18/09/1954. p.6).

Outro caso detectado se deu por ocasião de um despejo em Magé, quando uma senhora chamada Ramira das Neves é mencionada. “A senhora Ramira das Neves, que afiançou a UH ter vindo de Cardoso para aquelas terras há mais de sete meses e que com o seu marido haviam feito o plantio de cana, aipim e arroz [...]” (ÚLTIMA HORA. 12/01/1963, p.3).

A lavoura não é apresentada como algo cultivado por seu marido apenas, a mulher estava atuando conjuntamente em alguma proporção. Assim, torna-se possível interpretar que além dos danos financeiros e domésticos que a afetavam com a destruição de suas plantações, era também moralmente agredida, juntamente com seu marido, ao ver seu trabalho de meses se tornar inutilizado.

Outra situação notada é a história de uma senhora chamada Primitiva Pereira da Silva, a qual se conta que “é uma das [...] sitiantes, que alugavam terras da Cia América Fabril mediante a entrega de dez por cento da produção” (A LUTA DEMOCRÁTICA, 12/01/1963, p.2).

Neste último caso, compreende-se aqui que até o presente momento seja possível que não fosse ela própria a cultivar a sua produção, mas algum filho ou outro parente. Contudo, o jornal segue a publicação “A América Fabril apelou para a violência. Mandou um grupo de homens incendiar o canavial por **ela plantado**. Dona Primitiva exigiu uma indenização. Recebeu apenas 500 cruzeiros [...]”(A LUTA DEMOCRÁTICA, 12/01/1963, p.2 – grifo nosso).

O caso desta senhora sobressai em função de seu trabalho na terra ser em contraprestação a utilização do terreno da América Fabril. Dona Primitiva era inegavelmente

trabalhadora rural, como as outras mulheres apontadas neste texto, mas esta apresentação que se faz de sua história, permite que se vá além e se lembre que é possível que existissem mulheres do campo que negociavam os frutos de seus trabalhos sem que isto se escondesse por traz do trabalho de algum homem. Então, ainda que se possa pensar no caso de Ramira, para que se ilustre como alguém que trabalhava a terra, mas cujos frutos fossem negociados através de seu marido, na situação descrita como a de Primitiva, ela mesma já entregava uma porção do resultado do seu trabalho.

Por fim, merece destaque, dentre os casos observados, o da senhora Maria da Conceição, de Magé. Em junho de 1963 ao se falar sobre os violentos despejos ocorridos e sobre os lavradores e as lavradoras afetados e afetadas por ele, se apresenta esta senhora do seguinte modo: “A viúva Maria da Conceição trabalha na enxada para criar os dois filhos [...]” (ÚLTIMA HORA, 07/06/1963, p.2).

É possível que a viuvez também fosse o caso de Primitiva, mas não temos nada que permita cogitar mais concretamente tal hipótese. No caso de Maria, no entanto, está declarado seu estado civil. Ao estudar o caso da sindicalização rural feminina em Chapecó, Boni (2004) aponta o fato de que muitas das mulheres que ingressavam em movimentos rurais eram viúvas. A autora afirma que as “casadas, na sua maioria, eram tidas como dependentes do marido, enquanto as solteiras, dependentes do pai” de maneira que “elas não eram consideradas agricultoras; eram ‘esposas de agricultor’” (BONI, 2004, p.290). Percebe-se, portanto, que o fato de ser mulher pesa sobre as práticas desempenhadas, mas seu estado civil também contribuía para o comportamento adotado.

É possível que também no caso de Maria da Conceição, o estado civil mencionado funcione para lançar luz sobre o trabalho feminino no campo, que é concebível que existisse anteriormente, como já foi defendido até aqui por meio dos exemplos citados. Assim, o fato de ser viúva não a tornaria trabalhadora rural, mas evidenciaria sua apresentação enquanto tal. Este entendimento faz sentido, sobretudo quando se observa o sistema de leis vigente durante o recorte desta pesquisa.

É significativo o fato de que, de acordo com o Código Civil de 1916, vigente durante aquele período, a mulher não podia, sem a autorização do marido, exercer profissão¹⁸. Além disto, o cônjuge masculino era o responsável por administrar os bens de sua esposa, de acordo

¹⁸ O Código Civil de 1916 diz: “Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido: [...] VII. Exercer profissão;” e, ainda, “Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe: [...] II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial”.

com a mesma lei. Tal dispositivo só veio a mudar em 1962, por meio do Estatuto da Mulher Casada.

Alguns fatos devem ser considerados a este respeito. O primeiro deles relaciona-se a predominância da informalidade relativa ao trabalho nos campos, uma vez que não havia legislação específica direcionada a preservar as garantias sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Embora existam pesquisas que se debruçam sobre a aplicação da CLT no mundo rural, que tratam da “utilização dessas ‘brechas legais’ pelos trabalhadores do campo por meio de ações impetradas contra os seus patrões na Justiça do Trabalho” (RIBEIRO, 2015, p.44), é fato que o aparelho estatal não construiu instrumentos adequados direcionados ao atendimento das necessidades das populações dos campos.

Para mais, destaca-se o fato de que, ainda que estas mulheres não estivessem formalmente registradas como trabalhadoras, exerciam este tipo de tarefa e, desta maneira, são assim consideradas nesta pesquisa. No entanto, a necessidade da permissão do marido ratifica a teoria apontada, de que a viuvez pode ter contribuído para o reconhecimento de mulheres enquanto trabalhadoras.

Fica evidente, portanto, que as mulheres compunham o grupo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais fluminenses. Não eram afetadas pelos despejos e violências apenas no que tangia ao trabalho de seus maridos, mas os delas próprias. Engajavam-se na execução de atividades rurais, propriamente. É neste sentido que justifica-se a escolha de, ao longo desta pesquisa, falar em trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Outro âmbito que se valoriza neste subitem é o da pluralidade de tarefas, conforme apontado. As mulheres não cumpriam apenas as funções de lavoura, mas também desempenhavam tarefas domésticas e de cuidado com os filhos. Qualquer outra função ou interesse que viessem a ter teria que ser inserido juntamente ao cumprimento destas tarefas preexistentes, conforme se pode notar no fragmento da biografia de Josefa Paulino, que introduz este segmento.

Assim, as tarefas que eram interpretadas enquanto obrigações femininas talvez não permitissem que elas tivessem a mesma liberdade de se engajar em movimentos políticos que homens teriam. A isto, somam-se os estigmas dos lugares que, no imaginário da sociedade, não deveria ser frequentados por mulheres. A citação introdutória deste segmento ilustra esta situação e remete a uma compreensão mais complexa ao se tentar observar o retrato do que se passou nas localidades aqui estudadas.

Violência contra mulheres durante os despejos

Termos como ‘violência contra mulheres’ e ‘violência de gênero’ são termos amplamente debatidos dentro do cenário acadêmico nacional, sobretudo, desde os anos 1980. Ainda assim, tais conceitos não são pacíficos.

Santos e Izumino (2005) demonstraram os caminhos percorridos nas discussões acerca do tema, tratando de três principais correntes teóricas que inspiraram os estudos sobre isto. Nas palavras das autoras:

a primeira, que denominamos de *dominação masculina*, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de *dominação patriarcal*, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de *relacional*, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”. (SANTOS & IZUMINO, 2005, p.148)

Embora muitas das pesquisas direcionadas a este assunto focalizem o debate da violência doméstica, a ideia de violência contra mulheres não se restringe a este âmbito. Almeida e Saffioti (1995), por exemplo, ao começarem a tratar do quadro epistemológico do assunto estudado em ‘Violência de gênero: Poder e Impotência’ citam o caso de violências cometidas contra mulçumanas, na Bósnia-Herzegovina, em um contexto específico e atestam que “ainda que se afirme frequentemente que o estupro em mulheres objetiva vilipendiar os homens, são elas a serem submetidas a relações sexuais diárias” (ALMEIDA & SAFFIOTI, 1995, p.3).

Ao tratar sobre ‘violência contra as mulheres’, portanto, nota-se uma diversidade de contextos em que este conceito pode ser utilizado. E, ainda mais, que este pode ser variável de acordo com o entendimento que se faça a respeito do papel, sobretudo, da vítima, mas também do agressor.

Saffioti (2004) fala de um sistema de dominação-exploração do Patriarcado-Racismo-Capitalismo remetendo a três fatores capazes de refletir sobre as relações sociais: gênero, raça e classe social. Parece justa, contudo, a crítica de Santos e Izumino (2005) quando falam que a distinção entre a utilização dos termos ‘Violência de Gênero’ e ‘Violência contra a mulher’

nesta segunda corrente de interpretação sobre estes termos, a qual se filia Saffioti, precisa ser melhor esclarecida.

Em que pese a discussão acerca do papel da vítima dentro destas situações de violência e toda o debate a respeito da disputa do poder dentro dela ou dentro de uma estrutura social preexistente a ela, é evidente que não existem entendimentos pacíficos sobre o assunto. De certo, a interpretação de Saffioti (2004), ao menos em um primeiro momento, parece mais adequada a um trabalho como este, o qual o foco não recai sobre relações familiares. Assim, a disputa dos poderes em estágios capilares, inspirada em Foucault, de parte da literatura sobre o tema, não se faz tão oportuna quanto em outros tipos de análise.

Ainda assim, há alguns pontos que merecem ser considerados quando da leitura de Saffioti (2004) dentro do tema da presente pesquisa. O primeiro destes, já foi apresentado anteriormente, que seria a utilização dos termos ‘violência de gênero’ e ‘violência contra a mulher’ de maneira equivalente. O segundo remete às extensas discussões a respeito do termo ‘patriarcado’.

Efetivamente, não se irá, aqui, aprofundar neste tema, mas pontuar alguns fatos dentro de uma acusação percebida em Souza-Lobo (1991) de que a ideia de patriarcado remete a uma estrutura fixa, incapaz, por esta razão, de compreender a mutabilidade das relações entre homens e mulheres. Ela cita, inclusive, Rowbothan e sua afirmação de que patriarcado é “um modelo feminista de base-superestrutura” (ROWBOTHAN, 1984 *apud* SOUZA-LOBO, 1991).

Tais considerações provocaram imediata lembrança do que Thompson (2001) defende em ‘Peculiaridade dos Ingleses’ ao criticar alguns marxistas que se detém de forma muito rígida a ideia de base-superestrutura, quando afirma que “a dialética da dinâmica social não pode ser vinculada a uma metáfora excludente dos atributos humanos” (THOMPSON, 2001, p.158). O autor critica com isto, a inflexibilidade do modelo em questão e como ele pouco se atenta a mutabilidade de processos sociais.

Esta solidez que é possível emergir na utilização de modelos, entretanto, não conduz a uma inaplicabilidade destes. O mesmo autor aponta que a discussão deve se dar em torno de como usá-los e defende que “mesmo no momento de empregá-lo [o modelo], o historiador precisa saber encará-lo com um ceticismo radical e manter-se aberto a respostas para evidências para as quais não tenha categorias” (THOMPSON, 2001, p.156). Indicando o risco de, ao tentar não se utilizar os modelos, nos tornarmos “escravos de algum modelo escassamente conhecido de nós mesmos, lotado em alguma área inacessível de preconceitos” (THOMPSON, 2001, p.156).

Aplicando esta leitura à discussão sobre patriarcado, nota-se que, de fato, se este for lido como um modelo fixo e que não admite interpretações casuísticas sobre os desdobramentos das relações entre feminino e masculino, dimensão esta, aliás, em que se constrói o próprio conceito de gênero, então, realmente, a ideia de patriarcado não se sustenta. Contudo, a pergunta que nos resta não respondida, apesar de saber que existem autoras que advogam para os dois lados, é se todo conceito de patriarcado apresenta esta estrutura fixa ou se é possível entendê-lo como um modelo que permite mudanças de entendimento em seu interior. Ainda que não se traga aqui a resposta, se optou por apresentar este debate com o objetivo de elucidar que, se por um lado, a proposta de Saffioti (2004) pode colaborar para o entendimento do que se estuda neste trabalho, por outro, não podemos citá-la sem mencionar os pontos em que se tem maior atenção. Neste sentido, se analisa a violência cometida contra as trabalhadoras rurais da Baixada Fluminense enquanto mulheres, dentro deste contexto acadêmico de discussão. Optou-se então por usar o termo ‘violência contra as mulheres’ justamente em face da possibilidade de fazê-lo de forma mais genérica.

Neste sentido, esta pesquisa procurou destacar os casos em que se notou a violência cometida contra as personagens femininas em momentos em que o próprio fato de serem mulheres era determinante para o ato violento em questão se desenrolasse da maneira que o foi. Se por um lado todos os trabalhadores, sem distinção de gênero, estavam sujeitos à violência partida de pessoas orientadas pelos ditos grileiros e grileiras, quer policiais, quer empregados e empregadas diretos, por outro lado as situações pelas quais passaram as mulheres frequentemente eram interpretadas como algo que procurasse atingir os maridos ou cuja violência se dava através de alguma característica considerada especificamente feminina.

Desde logo, deve-se observar que quando se aponta a possibilidade das ocorrências em que as mulheres eram vítimas serem compreendidas como fatos que objetivavam os seus maridos, o que se procura é apresentar as razões atribuídas, à época, à estas ações específicas. Contudo, defende-se, ao mesmo tempo, que se perceba que as consequências destes eventos eram sofridas pelas mulheres e não por homens.

Em 05 de Fevereiro de 1954, o jornal *Imprensa Popular* noticia que um policial foi à casa de um trabalhador rural, chamado Manoel Jerônimo e, não o encontrando em casa, dirigiu seus atos violentos contra sua família. Manoel Jerônimo foi um alvo frequente de perseguição em virtude das disputas de terra, conforme apresentado anteriormente. Ao que tudo indica, sua esposa sofria as consequências destas empreitadas que, de acordo com as apresentações encontradas até o momento, se dirigiam a seu companheiro. Tudo o que foi possível inferir sobre ela, contudo, é que era uma trabalhadora rural que passou por situações

de violência. Nem seu nome e nem o que pensava a respeito destas disputas foram identificados em momento algum.

De fato, ao que tudo indica, as situações as quais foi submetida, precaríssimas, e suas atividades sobre a terra são bastante emblemáticas, uma vez que esclarecem acerca da construção da identidade feminina no contexto em que ela estava inserida: um papel apresentado como complementar ao masculino para o agressor que “como Manoel Jerônimo não estivesse em casa [...] praticaram violências e aterrorizaram sua família” (IMPrensa POPULAR, 05/02/1954, p.3) e para os que relataram a história posteriormente.

Em sentido semelhante, o periódico *Última Hora* também noticiou em 08 de maio de 1963, que no município de Magé, na localidade de Cachoeirinha, alguns homens espancaram mulheres de lavradores em virtude da disputa de terras. Embora os maridos sejam declarados como alvo, as esposas são as atingidas efetivamente nesta situação, e o que os registros do fato em jornais também consideram essas mulheres enquanto extensão de seus cônjuges. Neste sentido, os atos violentos praticados contra elas distinguem-se, desde logo, dos desferidos contra seus companheiros: Pelas razões e formas como se davam e pela forma como eram interpretados.

No que se refere à forma como estas violências eram praticadas, há ainda que se notar as especificidades do tratamento dado às mulheres. Em Xerém, alguns casos encontrados corroboram esta linha de raciocínio. A começar, podemos citar os casos das reportagens de 10 de dezembro de 1954 e de 07 de maio de 1955, ambas do jornal *Imprensa Popular*, a primeira relata que durante as invasões de casas as mulheres eram desrespeitadas. E, a segunda, diz que policiais submetiam as mulheres a ‘vexame’.

Possivelmente, tais eventos não retratassem situações de violência física cometida contra as mulheres. Contudo, note-se que as ações se davam no sentido de atingir os trabalhadores e trabalhadoras rurais se utilizando da imposição da transposição dos limites do papel feminino. Tendo como base a construção social do que se impunham às mulheres, agiam forçando o desrespeito a estes papéis de gênero. Se utilizavam destes, então, para ofender não apenas as personagens femininas envolvidas, mas o grupo rural como um todo e, provavelmente, os maridos das mulheres agredidas também.

Além disto, no dia 15 de junho de 1955, o *Imprensa popular* publica o texto com o título “Polícia violenta camponesas, rouba e espanca em Xerém”. Ao longo do texto, contudo, relata-se o caso de uma trabalhadora rural que quase teria sido estuprada, mas que não o foi, graças a chegada de seu marido. Os agressores, segundo o jornal, eram dois policiais armados.

Note-se que até o momento apresentou-se, neste texto, a construção de uma identidade feminina que no contexto analisado era frequentemente interpretada como acessória à masculina. Também foi apontado que aconteciam agressões desenhadas a partir de uma divisão social entre homens e mulheres, tendo como alvo as mulheres em suas especificidades dentro daquele cenário. Tal fato se dava, constantemente, na tentativa, por parte dos agressores, de ofender aos homens relacionados às agredidas. Nesta construção, parece que a tentativa de um estupro está bastante contextualizada.

As construções de gênero e os papéis sociais delas derivadas, forneceram mais uma modalidade de violência a ser praticada contra as trabalhadoras da terra. Contudo, devemos compreender que não podem ser percebidos como qualquer modalidade de violência, afinal as principais atingidas por elas eram pessoas que devem ser reconhecidas como vítimas diretas, não apenas reportadas como casas incendiadas ou objetos quebrados.

Dessa forma que, conforme comentou-se anteriormente, faz sentido a proposta de Saffioti (2004), a qual pensa as mulheres como sujeitos inseridos em um contexto mais amplo, que se refletiu no tipo de violência que sofriam e na forma como foram recontadas estas experiências depois daqueles momentos.

Outro caso que se destacou neste sentido foi um ocorrido em Tinguá, que embora não esteja abrangido na área geográfica desta pesquisa, se fará menção. Trata-se do episódio publicado pelo *Última Hora* em 07 de julho de 1961. Relata-se que ao não encontrar o marido de uma senhora em casa, o homem apontado como grileiro, passa a praticar violências contra a mulher, que estava, então, grávida. Após a agressão, ele se retira e a deixa passando por um trabalho de parto antecipado por suas ações.

Observou-se que, assim como na situação de Manoel Jerônimo, relatada acima, o relato do caso no jornal apresentava o marido enquanto personagem a ser atingido, mas em sua falta, a mulher sofre com os atos de repressão. Neste caso, a situação é agravada pela gravidez em questão, já que isto adiciona à violência características que só eram possíveis de acontecerem, naquele contexto, em um corpo feminino.

Assim, ao propor a análise da violência através dessa ótica, se objetiva abordar estes casos relatados a partir das agressões sofridas pelas trabalhadoras rurais, não por seus maridos. Notar as ações que se apropriavam de características femininas para entendê-las como atitudes contra mulheres e não contra homens é algo essencial para ratificar o reconhecimento destas personagens como trabalhadoras rurais, que eram, elas mesmas agredidas.

A perspectiva que interpreta a violência contra a mulher como uma violência contra o homem, em última instância, não é cabível em um trabalho como este e, por outro lado, as mulheres não sofriam apenas por ver homens sofrendo violências. Eram personagens completamente envolvidas nestes litígios de que tratam, sofrendo na pele suas consequências.

Crianças trabalhadoras rurais

Dentre as atividades tipicamente femininas nos anos 1950, estava o cuidado com as crianças. Conforme apresentado anteriormente, às mulheres eram atribuídas as tarefas de educar os filhos e cuidar de suas necessidades básicas como higiene, alimentação e saúde. Por esta razão, julgou-se adequado apresentar, neste segmento, como se dava a infância neste contexto aqui estudado.

Tais quais as mulheres, as crianças frequentemente executavam tarefas relacionadas ao trabalho rural e estavam expostas a situações de violência em virtude dos despejos. Apontou-se tal fato ao citar casos como os da família de Manoel Jerônimo, por exemplo. Ainda que tais desdobramentos das condições em que viviam os trabalhadores rurais, efetivamente se dessem de maneira precária, o retrato deste cenário, como publicado nos jornais, merecem alguns apontamentos específicos.

Silvestre e Ferreira (2013) ao tratarem da questão da infância nos noticiários nos apresentam reflexões que merecem destaque nesta seção. O estudo das autoras se concentra em uma análise voltada às comunicações sociais e sinaliza para a possibilidade de que “a representação midiática do menor está ligada, sobretudo, à representação de risco” (SILVESTRE & FERREIRA, 2013, p.84). Constatam ainda que o enfoque em questões criminais que envolvem a infância atrai a atenção da mídia por estar carregada de caráter dramático e o poder de formação do medo.

As autoras analisam mídias portuguesas atuais e, por esta razão, deve-se resguardar as especificidades de seu estudo. Contudo, algumas ideias sugeridas por elas, proporcionam uma compreensão melhor do retrato infantil identificado ao longo desta pesquisa. Isto se pode notar, por exemplo, na apresentação da criança em cenários de risco. Foi perceptível a interpretação dos infantes enquanto vítimas de antagonismos e sujeitas a perigos permanentes. Neste mesmo sentido, a dramaticidade da situação parece ser algo valorizado na publicação.

Além do mais, a utilização destes casos que envolvem certos problemas que atingiam às crianças cria uma linha argumentativa capaz de repercutir politicamente o assunto de que trata, conforme sugerido no mencionado estudo.

A fome é uma destas situações relatadas em matérias jornalísticas. O jornal *Última Hora* tratava deste assunto sob a manchete “Prefeitos de oito municípios debatem problemas da Baixada”. Ao longo desta reportagem, se pode notar diversos pormenores do evento e de um possível plano de ação. Ao final, contudo, um parágrafo escrito inteiramente em negrito relata que

Enquanto a movimentação era intensa, por parte dos prefeitos, deputados e outras personalidades que tomavam parte na reunião (inclusive dos jornalistas) na porta dos fundos do prédio, crianças – grande maioria filhos de lavradores – pediam aos presentes um pedaço de carne. Isto levou o prefeito Ubirajara Muniz a tirar vários filetes do forno e distribuir para as crianças (*Última Hora*, 20//03/1963, p.3).

Há uma clara possibilidade de discutir a existência de argumentação política a partir da imagem da criança neste segmento supracitado. As crianças que pedem comida ajudam a compor o cenário apresentado como aquele em que vivem as pessoas de zonas rurais, ou seja, lugares em que a fome tem grande alcance e, inclusive, gera vítimas fatais.

Em outra ocasião, novamente o *Última Hora*, ao relatar uma situação de despejo em Magé, afirma que “uma criança, de pouco mais de 5 anos, sentiu-se mal e desmaiou, na metade do caminho. Sua mãe explicou, então, que já era quase meio-dia e que sua filha só havia tomado uma xícara de café.” (*Última Hora*, 08/05/1963, p.2)

Nessa perspectiva, podemos perceber que através do recorte da reportagem: “João Pedro de Sousa, Maria José Seabra, que viu a poucos dias um filho morrer de fome, foram outros dos 1800 ‘sem terras’” (*Última Hora*, 07/06/1963, p.2), a fome é um dos antagonismos que perpassam esta construção midiática a respeito da vida dos lavradores e lavradoras. Ademais, a contraposição desta dificuldade de sobrevivência com as crianças cria um efeito dramático com valor argumentativo em jornais capazes de repercutir de maneira a afetar tanto os indivíduos quanto os coletivos, por meio dos movimentos sociais do campo.

Ao recontar a ocasião em que, em virtude de um despejo, alguns lavradores e lavradoras de Magé concentraram-se em frente a casa do juiz que emitiu a ordem, José Pureza aponta, em sua biografia, que os militantes ouviram, naquela situação, “comentários de que o juiz era um miserável, havia deixado ao relento até criancinhas” (PUREZA, 1982, p.62). A utilização desta fragilidade da infância para persuasão ou convencimento de uma perspectiva, possivelmente, então, existia não apenas na mídia, mas dentre as próprias organizações de trabalhadores rurais.

Alguns fatores foram associados a dificuldades nas vidas destas crianças da Baixada Fluminense e eram abordados de maneira a apresentar os trabalhadores e trabalhadoras rurais

como vítimas. É o caso, por exemplo, da falta de escolas. O periódico *Imprensa Popular*, em sua última página, fez uma entrevista com meninas de áreas rurais que concorriam ao título de “Rainha do Imprensa Popular”. No subtítulo da matéria, ganhava destaque a afirmação de que “apenas uma frequenta a escola” (*Imprensa Popular*, 12/12/1953, p.8).

Em abordagem semelhante, o mesmo jornal relata que “não existem escolas em Piranema, as crianças crescem sem receber qualquer instrução” (*Imprensa Popular*, 18/09/1954, p.6). Na mesma reportagem, se afirma ainda que os próprios lavradores e lavradoras, por iniciativa própria estavam improvisando uma escola, em que a professora tinha a segunda série primária.

Considerando os cenários rurais da Baixada Fluminense, não discrepavam as condições da infância, que consistiam em situações de privações a diversos recursos. Além disto, devemos considerar o caráter militante do periódico citado anteriormente. Postura semelhante pode-se extrair da revista *O momento feminino* em que uma mulher chamada Rosa relata que

Não há escolas. Agora é que resolvemos fazer alguma coisa. Veja, eu tenho só o segundo ano primário. Arranjamos um barraco e fizemos uma escola. Sou a professora. Estão matriculadas 36 crianças e a frequência é de 29, mais ou menos. Quando os molequinhos não estão trabalhando eles até que gostam da escola (O MOMENTO FEMININO, mai-jun de 1954, p.25).

É verossímil a descrição de uma região rural sem escolas, nos anos 1950. Contudo, a defesa de uma perspectiva é evidente, uma vez que ratifica a ideia de que viviam, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, em situação de difíceis condições de vida. A mesma publicação aborda ainda a falta de hospitais na região, destacando a dificuldade de realizar partos, e que as casas dos lavradores e lavradoras eram construídas de barro.

Nesta construção, as condições de infância nesta localidade colaboram para a apresentação deste ponto de vista pelos próprios militantes de movimentos do campo. Assim, a matéria traz ainda foto de uma das entrevistadas, juntamente com crianças, em frente a uma casa de sapê. Sintetizando, portanto, através do retrato, a imagem construída ao longo do texto.

Figura 5: Foto de mulher e crianças em Piranema



Fonte: O momento Feminino. mai-jun de 1954. p. 25

Sobre o segmento citado anteriormente, merecem ser destacados ainda dois fatos. O primeiro deles refere-se à Rosa, a professora. Posteriormente se apontará mais alguns contextos em que ela apareceu nesta pesquisa, ou que ao menos, pistas indicavam tratar-se da mesma pessoa, contudo, por ora, parece interessante apontar que o jornal *A Voz Operária* de 10 de outubro de 1953, em sua página 5, conta a história de uma mulher chamada Rosa Marcelino que, tendo apenas a 2ª série primária, conduzia uma escola em uma área rural de Xerém e que teria participado da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em 1953.

Note-se, portanto, que se trata de uma lavradora com histórico de militância a dar a entrevista para a revista *O momento Feminino*. Apontar a falta de escolas e as dificuldades presentes na região em que vivia, reforça a defesa de seu ponto de vista e é possível que convença algumas pessoas de que os trabalhadores eram vítimas naquele contexto de disputas. O segundo fato a ser notado no segmento citado acima é a ideia de trabalho infantil, quando a entrevistada diz que “quando os molequinhos não estão trabalhando eles até que gostam da escola”. Anteriormente neste mesmo capítulo, foram apresentadas outras citações que remetiam a ideia das crianças trabalhando no campo. Tal fato também contribui para uma linha argumentativa em que a criança é apresentada enquanto vítima, a qual só o é, em virtude das instáveis circunstâncias em que viviam. Isto é, o ambiente conflituoso dos campos fluminenses não afeta apenas a vida de crianças, mas certamente não as poupa.

Ao se falar na utilização destes fatos para a apresentação de um ponto de vista, contudo, não se quer dizer, nesta pesquisa, que eles não acontecessem ou que não fossem tão graves quanto se aparenta. Efetivamente, a frequência de relatos neste sentido, bem como as dificuldades de comunicação e transporte nestas regiões, além dos eventos violentos que se

desenrolavam, tornam verossímeis tais elementos, como a fome, a falta de escola e o trabalho infantil.

O que se pretende ao longo desta seção é apontar a própria imagem do sofrimento infantil como uma das incumbências que as crianças cumpriam nestes locais turbulentos durante este período. Assim, nem as crianças estavam alheias e apáticas diante do contexto em que estavam inseridas. Cumpriam um papel de persuasão e demonstração da gravidade do cenário das disputas pela terra.

Em virtude dos despejos provenientes da disputa entre lavradores e lavradoras e a Companhia América Fabril, em Magé, há o relato, na biografia de Pureza, de que para se rumar à Niterói para protestar contra o ocorrido, providenciou-se um caminhão, no qual “mulheres e crianças tiveram preferência” (PUREZA, 1982, p.59). É possível inferir deste fato, que a escolha por levar as crianças para tal ato se dava como forma de cumprimento, delas, deste papel de que tratamos.

E, as mulheres, que eram entendidas como aquelas responsáveis pelas crianças, juntamente estavam presentes nesta exposição do contexto em que viviam, por meio de denúncias e apresentação de imagens dotadas de capacidade de convencimento a respeito das perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Associação Feminina Fluminense – AFF

Embora não se tenha encontrado nenhum indício de que as trabalhadoras rurais de Pedra Lisa e de Magé mantivessem vínculo com a Associação Feminina Fluminense, o mesmo não se aplica as lavradoras de Xerém. Neste sentido este movimento compunha o cenário em que se desdobravam os acontecimentos. Observa-se que as conferências e congressos de organizações femininas colaboram para a compreensão da totalidade do contexto estudado na presente pesquisa.

A AFF foi um movimento de mulheres iniciado na segunda metade da década de 1940, cuja sede se encontrava em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro. Macedo (2001) a apresenta enquanto organização apartidária, embora parte considerável de suas participantes tivesse interesse pelo comunismo. Se mostra relevante considerar o fato de que Lydia Cunha, que foi o objeto de estudo da mencionada autora, não chegou a aderir a este partido. Ainda assim, convém destacar o apontamento de Amaral (2016) que ao falar sobre Maria Felisberta Trindade afirma que esta “ajudou a fundar – por determinação do Partido, a Associação Feminina Fluminense no bairro da Venda da Cruz” (AMARAL, 2016, p.58)

É perceptível que não se tratava de um movimento que abrangia apenas uma categoria profissional, atuando juntamente a sindicatos profissionais, tais quais os têxteis, de conservas de pescado e fósforo (MACEDO, 2001). Neste sentido, inseriu-se também a atuação junto ao movimento de trabalhadoras do campo na Baixada Fluminense.

Macedo (2001) reitera que a associação dava suporte para a implementação de novos núcleos, além de apoiar os já existentes desde a sua criação. O caso de Xerém parece ilustrar bem esta constatação, uma vez que através da pessoa de Josefa, que mediava o contato, a AFF procurava fomentar a participação feminina dentro de movimentos do campo. A este respeito, Macedo (2001) transcreveu anotações de Lydia da Cunha, a qual em uma reunião do Centro da Mulher Brasileira, de 1979 em Niterói, lembrou o movimento dos anos 1950

Foi dos nossos núcleos o que desenvolveu algum trabalho entre camponeses, e aqui temos a presença de uma amiga daquele tempo, que se dedicou a aplicar a linha de trabalho da Associação Feminina Fluminense [...] entre as mulheres da Zona Rural do Estado do Rio de Janeiro, notadamente na Baixada Fluminense. É a amiga Josefa Paulino da Silva que durante vários anos viveu entre os camponeses e ali procurava organizar as mulheres em torno de seus problemas e reivindicações (MACEDO, 2001, p.183).

Fica evidente, portanto, a função que a tratada organização assumia no intuito de mobilizar as mulheres através do incentivo ao engajamento feminino para a militância em favor das demandas próprias a suas realidades. Neste sentido, deve-se considerar que mulheres de diversos segmentos sociais estavam envolvidas com a AFF. Amaral (2016), por exemplo, estuda o operariado de Niterói e aponta que

Ao percorrer territórios onde muitas vezes, o sindicato não alcançava a Associação Feminina Fluminense desempenhou um papel importante nas lutas das mulheres operárias em Niterói chegando inclusive, a tomar parte de greves que envolviam um grande número de trabalhadoras, como foi o caso da greve dos operários da Cia. Manufatora Fluminense de Tecidos em 1949 (AMARAL, 2016, p.59)

Costa (2007) apresenta os eventos promovidos pela AFF interpretando-os como possuidores de uma perspectiva de movimento feminino democrático, isto é, que defende a preocupação feminina com o lar e com a família, além das pautas gerais, não femininas, e até mesmo resistentes, em alguns momentos, às demandas sexistas por entendê-las como preocupações burguesas e que ofuscam as lutas igualitárias.

Assim, as pautas do movimento tinham uma abordagem de acordo com o que significava ser mulher naquele contexto. Identificam-se como mães, donas de casa, além de trabalhadoras das áreas a que estavam vinculadas. Assim, é partindo de tais pressupostos que

militavam com uma maior frequência, não os questionando ou procurando rompê-los. A declaração de Maria Pimentel, presidente de honra da AFF, demonstra tal fato:

Como dona de casa e em contato com os problemas que afligem fundamentalmente as mulheres, acho que a alta vertiginosa do custo de vida representa para os amparados materialmente um ou dois vestidos a menos, mas para os trabalhadores representa a fome e o desabrigo (IMPrensa POPULAR, 27/09/1953, p.2).

Dessa forma que se dava a atuação da Associação Feminina Fluminense entre as trabalhadoras do campo em Xerém. E a trajetória desta seção da organização caminha de maneira atrelada ao percurso de Josefa Paulino, conforme se discutiu anteriormente. Contudo, está clara a inspiração que o movimento de mulheres aqui abordado provocava sobre as trabalhadoras rurais da ALF. Sendo notório, por exemplo, que no trabalho de Macedo (2001), Xerém seja apontado como um dos núcleos incentivados e mantidos pela AFF.

As decisões femininas

Até o momento, a afirmação de que as mulheres estavam responsáveis pelos cuidados com as famílias, sobretudo com as crianças, durante o período estudado, tem perpassado as análises dos segmentos deste capítulo. Como componente essencial do próprio papel feminino existente naquele momento, entende-se que esta tarefa se atrelava inclusive ao que significava ser mulher nos contextos aqui pesquisados.

Este fator será considerado também neste segmento do presente estudo. Aqui, se buscou dar enfoque às resoluções de congressos e conferências que de alguma forma dialogaram com as mulheres objeto desta pesquisa. Assim, foram levantados quatro tipos de eventos significativos: os congressos e conferências regionais de trabalhadores rurais; os congressos e conferências nacionais de trabalhadores rurais; os congressos e conferências regionais de mulheres; e, os congressos e conferências nacionais de mulheres.

Por meio de tal investigação se pretendeu compreender como atuavam as mulheres e o que elas requeriam, especificamente. Embora nesta seção não se pleiteie um análise específica acerca do campo fluminense, ela indica caminhos interpretativos fundamentais para o entendimento deste, uma vez que não estava isolado do cenário nacional e estadual. Assim, optou-se por destacar, primeiramente, as ocasiões em que se apresentaram os encontros estaduais de mulheres, como exemplo, a Assembleia de Mães do Contorno Fluminense.

Lidia Dias Alves, representante do secretariado nacional da conferência, que foi uma das principais oradoras da reunião, focalizou a situação das mães de família no Estado do Rio, sem escolas para os filhos, sem assistência médico-hospitalar, sem creches ou maternidades e principalmente da mulher trabalhadora sujeita a viagens nos trens superlotados que não oferecem o mínimo de conforto, morando em casebres sem água e sem luz. (IMPrensa POPULAR, 03/08/1954, p.3)

Utilizar a expressão ‘assembleia de mães’, remete à função feminina enquanto responsável pelos filhos. Consiste em uma reunião de mulheres que declara a maternidade como fator de identificação entre as participantes, ainda que, por ventura, nem todos os participantes desempenhassem esta tarefa, assumir esta identidade no nome do evento, indica um possível entendimento da mulher enquanto responsável pelo âmbito doméstico.

Além disto, é possível perceber no discurso atribuído à representante do secretariado nacional, o destaque para as situações de mães e para a falta de escolas para os filhos. A militância parece de acordo com a necessidade do cumprimento de tarefas atribuídas a mulher: as mães pleiteiam mais escolas e estruturas básicas como médica, de água e de luz e transporte. Neste sentido, ainda que se intente benefícios capazes de atingir a totalidade da comunidade, estes são apresentados através de um interesse em facilitar a vida da mulher, o que parece coerente, uma vez que ela é tida como a responsável pelo zelo da família, que, integralmente, sofre com estes problemas.

Por outro lado, também são apontadas no mencionado discurso a creche e a maternidade como pautas de interesse predominantemente feminino. Ainda que a existência de creches seja conveniente a todos os membros do espaço familiar, as mulheres se beneficiariam delas mais do que os outros envolvidos, em função do fato de que a tarefa de cuidado das crianças lhes eram atribuídas.

Ademais, a questão da maternidade também tem especial interesse para as mulheres, não apenas em função do altíssimo índice de mortalidade infantil existente na época, mas também pelo risco à vida das mulheres, em virtude de partos. Como exemplo, visualizemos o depoimento de Rosa na revista *O momento feminino*, ao relatar um parto complicado do qual participara, relata que “a criança ficou exposta e a mãe perdendo sangue” até que ela conseguiu terminar o parto, mas não sabia se tinha conseguido salvar a criança (O MOMENTO FEMININO, mai-jun de 1954, p.25).

Em situação de eventos femininos, todas estas preocupações emergiam e não apenas em âmbito regional, mas também em ocasiões de reuniões nacionais. Uma representação disto pode ser encontrada na ocasião da II Assembleia Nacional de Mulheres, em 1953, em que

discutiram os “direitos da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã” e a “defesa da infância e da paz mundial”.

Observe-se que ainda que nesta ocasião a conferência não se apresentasse enquanto assembleia de mães houve espaço para o debate acerca de temas da infância e em suas resoluções, não apenas reivindicaram mais creches e escolas, como também “condenaram as perniciosas histórias em quadrinhos, os filmes de incitamento a violência, a fabricação de brinquedos em forma de armas” (O MOMENTO FEMININO, Set-Ago de 1953, p.7).

Assim, percebe-se que a maternidade tem lugar inquestionável nos debates acerca das necessidades femininas do período em tela. O cuidado com o conteúdo a que tem acesso as crianças é uma das situações em que é visível que o cuidado com os filhos compõe o papel da mulher de tal maneira que não se pode abster de tratá-los ao analisar os problemas femininos cotidianos.

Além do mais, outras agendas são expressas ao fim do evento mencionado. *O momento feminino* publicou uma síntese das resoluções desta assembleia e o que se nota são posicionamentos em prol da paz e contra a carestia, neste aspecto, inclusive, planejam uma “jornada de protestos” contra o racionamento de energia elétrica e a fome. E, por fim, criam resoluções específicas relativas às demandas das mulheres do campo, tal qual “tornar estas leis [trabalhistas] extensivas a trabalhadoras do campo” (O MOMENTO FEMININO, Set-Ago de 1953, p.2).

Desta forma, se notou nas resoluções e explanações sobre eventos femininos o pleito por condições que tornem melhores as condições de vida das mulheres em todos os âmbitos. Assim, uma vez que era considerado como parte das tarefas femininas o cuidado com a família, este também era levado em consideração quando se estabeleciam as demandas dos movimentos que organizavam os eventos em questão, conforme apresentado no exemplo acima.

Justamente por isto, é compreensível notar em pautas femininas as agendas que provêm da maternidade. Desse modo, passa a fazer sentido, inclusive, o apontamento anteriormente feito neste trabalho, de que o entendimento do que é ser mulher é algo historicamente situado e composto por uma rede de características (NICHOLSON, 1999), de maneira que a maternidade é relevante o suficiente para estar presente em resoluções de certos eventos femininos, sendo uma das características da feminilidade durante o período abrangido nesta pesquisa.

Por isso, é interessante notar também as resoluções da I Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada no Rio de Janeiro em 1956. A revista *O momento feminino* publicou

em sua edição de junho do mesmo ano, as conclusões do dito evento, em que se expressavam reivindicações em prol da igualdade de salários entre homens e mulheres, extensão de direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo, garantia de estabilidade à gestante e proteção às leis de maternidade, creches em locais de trabalho, organizações profissionais para empregadas domésticas e departamentos femininos em todas as organizações profissionais, campanha de sindicalização de mulheres, além de requerimento de aumento de salário mínimo e protesto contra a lei de assiduidade. Ao final, afirmavam que a sua união e organização se davam em favor de uma vida mais justa para elas e para seus filhos (O momento feminino, jun de 1956, p.21-30).

Assim, é possível notar um diálogo entre os diferentes aspectos da vida das mulheres quando da sintetização dos problemas que enfrentavam em demandas dos movimentos femininos. Em virtude de uma majoritária participação urbana em movimentos de mulheres, portanto, é que preponderam pleitos relativos aos problemas das cidades nas declarações finais dos eventos. Alguns deles chegavam a sinalizar para algumas circunstâncias da vida rural que mereciam ser melhoradas, contudo, era nos eventos rurais que estas circunstâncias se esclareciam melhor.

Na página 6, do *Imprensa Popular* de 17 de setembro de 1954, uma grande reportagem relatava sobre a I Conferência Estadual dos trabalhadores agrícolas, que aconteceu em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. A publicação expõe alguns problemas dos campos fluminenses, dentre eles, reserva um espaço para falar das dificuldades que enfrentam as trabalhadoras rurais. Mencionam que:

É frequente crianças nascerem sem que uma parteira assista a délivrance. Um dos fatores principais da mortalidade infantil é que além de as crianças não receberem assistência médica, suas mães, antes, durante e depois do parto, igualmente não são tratadas. A doença toma conta das crianças e o analfabetismo é alarmante. (IMPRESA POPULAR, 17/09/1954, p.6)

Neste caso, a pauta feminina está concentrada na questão da maternidade. Por isso, deve-se ter claro que não se trata da totalidade das resoluções do que foi discutido, ou que se enfocasse, quer no evento quer na publicação, exclusivamente pautas femininas. A escolha de um título como “O amparo à mulher camponesa” sobre um segmento que fala prioritariamente de mortalidade infantil, contudo, deve ser destacado, pois acrescenta informações nesta tentativa de tentar compreender a mulher no contexto rural fluminense.

Colabora com a construção deste entendimento também a análise de conclusões e explanações sobre dois eventos de grande significância aos movimentos rurais brasileiros que

são a II Conferência de Trabalhadores Agrícolas, em 1954, e o Congresso de Belo Horizonte, em 1961.

Em outubro de 1954, o jornal *Terra Livre* publicou uma edição especial a respeito da conferência de trabalhadores agrícolas realizada no mesmo ano. Relatou pormenorizadamente o ocorrido, as discussões, o estatuto da ULTAB, lançada naquele evento, moções e reivindicações específicas tanto de trabalhadores e trabalhadoras de café, açúcar e outros gêneros, quanto de mulheres. Na página 5, do tratado jornal consta uma seção reservada às reivindicações de trabalhadoras rurais.

1. Direito de organização em sindicatos e associações; 2. Inclusão da mulher que vive de salários nos contratos das fazendas e usinas; fornecimento pelos patrões das carteiras de trabalho e anotação nas mesmas do salário, férias, tempo de serviço, etc. a fim de gozar da proteção da Legislação Social; 3. Assistência a maternidade e a infância, gratuita, com a assinatura de contratos entre fazendeiros e usineiros com os hospitais e maternidades existentes no município para atender rapidamente, todos os casos de necessidade das famílias dos lavradores e trabalhadores agrícolas; 4. Construção pelo estado e pelo município de postos de Puericultura, onde sejam atendidas rápida e eficientemente todas as crianças de lavradores e trabalhadores agrícolas; 5. Efetivação da assistência sanitária contra a malária, a verminose e outras doenças do campo; 6. Construção pelos fazendeiros e usineiros de poços próximos as casas de moradia, para facilitar o trabalho das mulheres e evitar a utilização das águas dos córregos, sujeitas a contaminação (TERRA LIVRE, Out de 1954, p.5)

Percebe-se que as citadas resoluções, são femininas. Entretanto, é possível notar que os últimos três itens centram-se apenas no universo do cuidado com a família, sobretudo, os filhos, mas não exclusivamente estes. Além disso, a necessidade de poços de água perto das casas para facilitar “o trabalho das mulheres” também é bastante emblemática e sinal da atribuição do cuidado com a casa e a comida também como funções femininas. Em relação ao primeiro e segundo itens, eles podem ser entendidos como requerimentos das mulheres em benefício de todos os trabalhadores rurais, sejam elas mesmas ou seus familiares.

No que se refere ao Congresso de Belo Horizonte, ainda que tenha existido uma nota publicada em outubro de 1961 na qual algumas pessoas requeriam edição especial do jornal *Terra Livre* a respeito do evento, esta nunca veio a acontecer. No entanto, dada a sua relevância para a conjuntura global das demandas por terra no país, este trabalho não pode abster-se de abordá-lo.

Em sua página 5 do mês de novembro de 1961, o jornal *Terra Livre* aponta para a participação feminina, no referido congresso, e seu enfoque na luta contra a mortalidade

infantil. É interessante notar ainda que não apenas trabalhadoras urbanas compuseram esta seção feminina do evento, mas também movimentos de mulheres urbanas, como se pode perceber através da carta da Federação de Mulheres de São Paulo, publicada nesta ocasião.

Identificamos, portanto, que embora os eventos organizados por movimentos femininos tendam a incluir mais âmbitos da vida das mulheres, todas as resoluções e repercussões militantes das ocasiões em que se reivindicavam mais direitos, o fazem a partir de uma perspectiva que tende a incluir o viés da maternidade. Com isto, observa-se que este aspecto era parte de grande relevância do que era ser mulher nas circunstâncias aqui estudadas.

Ao fim deste capítulo, se observa que as mulheres não estavam ausentes àquele cenário de disputas. Não eram afetadas por intermédio de seus maridos, mas sentiam em seu corpo e nos frutos de seus trabalhos as consequências das condições precárias em que viviam. Manifestavam, organizavam-se e participavam ativamente de tentativas de melhorias de seus contextos.

Não foi numa busca por quebrar paradigmas de gênero, no entanto, que agiram as mulheres que podem ser encontradas na página 7 do jornal *Última Hora* de 19 de agosto de 1961, cuja manchete dizia que “Até as mulheres pegaram em armas”. Tratam-se de pessoas que responderam a uma sequência de eventos, um verdadeiro processo, que conduziu a ação em que o gênero não é mais limitador tão rígido para determinadas reações que advêm de tudo o que tinha acontecido anteriormente.

CAPÍTULO III – AS TRABALHADORAS RURAIS: EXEMPLOS DE EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA

Desde já esclarecemos que não foi possível elencar estritamente as mulheres claramente engajadas nos movimentos de trabalhadores rurais locais. De fato, deve-se ter em mente a dificuldade em localizar tais mulheres, uma vez considerado que a prioridade dada às figuras masculinas, àquela época, provocavam uma escassez de representantes femininas para o movimento que fossem ouvidas e publicadas na mídia do período ou, até mesmo, que fossem lembradas em momentos em que tal história foi recontada. Apontar tal fato se faz crucial não porque se tenha procurado ao longo desta pesquisa figuras femininas que atuassem enquanto liderança, mas porque dificilmente se encontram registros, na atualidade, de pessoas que não foram ouvidas no momento em que se sucediam os eventos.

O grupo não era representado publicamente por mulheres, ainda que estas estivessem presentes atuando. Neste sentido, da mesma maneira que nem todos os homens são identificáveis até hoje, já que apenas os que se destacaram em algum âmbito foram lembrados pelas fontes, entender a participação feminina é ação que esbarra na dificuldade que se tornou a invisibilidade das figuras femininas.

Por outro lado, entende-se, aqui, como já foi apontado, que as mulheres nem sempre agiam assumindo as mesmas funções que os homens. Pelo contrário, por vezes eram recordadas enquanto encarregadas de organização de eventos ou arrecadação financeira, como veremos adiante. Estas lembranças se tornaram valiosos indicativos na tentativa de reconstituição da participação feminina em movimentos rurais.

Como lembrar-se de alguém que foi esquecido até o momento? Talvez esta seja a razão deste trabalho ter se tornado, em certa medida, o de localizar as figuras femininas existentes dentro de áreas litigiosas e descobrir se agiam e em que medida estavam inseridas nos conflitos das localidades em que habitavam. Procurou-se para isto, elencar as figuras femininas nas fontes e perceber como elas eram apresentadas e seu possível engajamento com os movimentos de lavradores e lavradoras. A princípio de cada subitem que segue, se apresentará os números totais dos levantamentos realizados.

Tal análise é relevante, sobretudo, para apontar a discrepância entre os números de homens e mulheres detectados, a fim de demonstrar a própria dificuldade que foi enfrentada ao longo desta pesquisa, como algo eloquente e que, por si só, já é pleno de significados, uma vez que é reflexo da importância atribuída às tarefas desempenhadas por mulheres na época em que viviam. Não defende-se, no entanto, que este números correspondessem a totalidade

da inclusão de figuras masculinas e femininas no movimento como um todo, apenas é um apontamento de quantos personagens masculinos e femininos foram vinculados ao movimento em análise no momento em que este era apresentado em periódicos da época.

Além disto, desde já deve-se ter claro que procuraremos demonstrar as figuras femininas encontradas uma a uma, a fim de que histórias relevantes para o entendimento do que se decorria nesta área não sejam encobertas pela rudeza presente na totalidade de números. Tal fato se fez possível justamente por não se tratar de um número vasto de personagens. Portanto, trata-se de uma alternativa para interpretar os próprios empecilhos enfrentados nesta pesquisa.

De toda maneira, neste ponto, são relevantes as lições de Thompson (1987), em *A formação da Classe Operária Inglesa*, em que critica John Clapham, quando este busca analisar os trabalhadores agrícolas entre 1790 e 1830 se utilizando amplamente da ideia de ‘média’, a partir da qual, para Thompson se originariam “noções que costumam obscurecer mais do que revelar, pois são obtidas agrupando indiscriminadamente os dados das montanhas galesas e das terras cerealíferas de Nortfolk” (THOMPSON, 1987,p.39).

Parece, portanto, coerente defender que uma reunião sem muitos critérios de nomes e eventos, seria capaz de esconder informações relevantes capazes de demonstrar pormenores e peculiaridades importantes à compreensão do complexo contexto em que se davam as relações entre categorias como grileiros, grileiras, posseiras e posseiros, tanto quanto homens e mulheres ou Estado e movimentos sociais.

No decorrer das análises a respeito dos casos específicos, é necessário que se entenda, que por vezes ao procurar construir as categorias antagônicas de grileiros, grileiras, posseiras e posseiros os movimentos sociais, ou até mesmo o jornalista que recont a história, buscaram construir a imagem do trabalhador ou da trabalhadora rural enquanto vítima destas situações de conflito.

Neste sentido, diversas experiências individuais foram relatadas para transmitir a ideia de grandes estragos provocados na vida de uma pessoa. Efetivamente, muitas das vezes os casos apontados eram histórias de homens. Então, reforça-se, aqui, a ideia, prevalente na época, do homem enquanto chefe, representante, da família. E, acredita-se que por esta razão os relatos narrados desta maneira incluíam mais histórias de homens do que de mulheres nas matérias jornalísticas tomadas para análise nesta pesquisa.

Ademais, também é relevante esclarecer previamente a ideia de eleição de ‘Rainha’ do movimento de Pedra Lisa e do jornal *Imprensa Popular*, que acabou incluindo o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Xerém. Inicialmente, interpretamos erroneamente

tal título. Concluiu-se, precipitadamente, que se tratava de concurso de beleza, contudo, posteriormente foi localizada uma reportagem que esclarecia melhor como se dava a disputa pelo pleito no caso do concurso para a “Rainha Camponesa do *Imprensa Popular*”. De acordo com a matéria divulgada no mesmo jornal, no dia 27 de novembro de 1953, as candidatas ao título vendiam os votos, com intuito de arrecadar fundos. Desta maneira, note-se que se trata de uma campanha de arrecadação financeira. Da mesma forma, crê-se que algo semelhante decorreu em Pedra Lisa em que a campeã é apontada como uma mulher engajada no movimento e que comparecia às reuniões da associação local junto com os lavradores, como será visto mais adiante.

Ainda assim é interessante a utilização deste título enquanto maneira feminina de arrecadar os recursos financeiros necessários à organização, uma vez que em ambos os casos ocorria um evento de coroação e homenagem à rainha. Percebe-se, ainda, que não existia equivalente masculino e que as mulheres assumiam um papel de emprestar sua imagem à organização em questão. Atuavam, sim, concedendo sua figura física para colaborar com o movimento que integravam.

Esta era, portanto, uma das maneiras femininas de colaborar com as pautas dos lavradores e lavradoras. É, desta maneira, um dos indicativos de que não se ausentavam de participar dos movimentos rurais. Logo, o que se tem na análise deste título, concedido às mulheres, é a definição de um outro espaço de atuação propriamente feminino que demonstra engajamento à causa e, por isso, deve ser lembrado.

De fato, na biografia de Josefa Paulino, é dito, a respeito das mulheres, que “inicialmente todas elas trabalharam para salvar a situação financeira do jornal de *Imprensa Popular*, de Xerém, com a realização de um concurso de ‘Rainha do Trabalho’” (GHELLER, 1997, p.55). O livro prossegue ainda defendendo que estas campanhas foram feitas em diferentes lugares, o que facilitou a divulgação da Associação de Lavradores e favoreceu a organização feminina. O que corrobora com a teoria apontada anteriormente de que os concursos de rainha propiciavam o engajamento de mulheres ao movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Desse modo, Souza (2014) salienta a importância das mulheres presentes nos campos, pois elas “preparavam o alimento, cuidavam das crianças, organizam os almoços e festas com fins de arrecadação de finanças, participavam junto com as crianças dos acampamentos e ocupações” (SOUZA, 2014, p.219). Concorda, portanto, com a atuação feminina frequente e no desempenho de tarefas de grande relevância para o grupo como um todo. Desta maneira, eram figuras fundamentais.

Outro ponto a ser observado é o vínculo do nome das mulheres ao de algum homem. Em geral, as mulheres identificadas nesta pesquisa eram apresentadas, inicialmente, enquanto filhas, esposas ou viúvas de algum homem. Tal fato foi notado tanto nos casos em que se tratava de trabalhadora rural quanto em casos de figuras urbanas que por alguma razão se vincularam ao que acontecia no campo em algum momento. Há exceções, tal qual Terezinha Vilanova, que será apresentada juntamente com a análise do que se decorreu em Magé. Contudo, majoritariamente as mulheres percebidas tinham suas relações com algum homem descritas.

Essas ocorrências são significativas e as destacamos justamente porque sugerem uma possível resposta para a precária lembrança das mulheres nas fontes analisadas. Foi sugerido algumas vezes durante esta dissertação a ideia de que os feitos femininos não tenham se tornado memoráveis precisamente porque as tarefas que cumpriam eram interpretadas como inerentes aos papéis de esposas e filhas. A constante apresentação das mulheres como pessoas vinculadas a homens, reforça ainda mais tal hipótese.

Observando estas anotações expostas até então, procuramos apresentar ao longo deste capítulo as figuras femininas identificadas nas lutas pela terra nas regiões abordadas por esta pesquisa. Para isto, dividimos este capítulo em três subitens em que buscaremos identificar as mulheres envolvidas na demanda agrária levando em conta o fator localização: Pedra Lisa, Magé e Xerém.

Lavradoras de Pedra Lisa: Sebastianas e Iracemas...

Lendo as memórias de Braulio Rodrigues, através da organização e coordenação de Leonilde Medeiros, me deparei com uma afirmação, feita pelo líder de movimentos rurais de que nenhuma de suas companheiras, apresentado o fato de que ele teve três ao longo da vida, era militante. Senão, segundo ele, “sempre misturam as coisas” (SILVA, 2008, p.70).

Tal afirmação me levou a questionar em que medida, tal posicionamento, partindo de um líder, seria capaz de influenciar o espaço cedido às mulheres pelo grupo. Naturalmente deve-se considerar o fato de que esta inserção limitada das mulheres em movimentos sociais, não é algo cuja culpa seja passível de recair sobre os ombros de um único indivíduo, já que toda a conjuntura social da época conduzia a este desfecho comum.

Além do mais, não pode ser considerado excepcional este tipo de comportamento partido de indivíduos no mesmo período. Por via de regra, o papel social da mulher era predominantemente entendido como restrito ao ambiente doméstico, assim como já foi

demonstrado previamente. O contexto apresentado em Pedra Lisa não sofria grandes variações em relação a este panorama geral.

Tomados para análise três periódicos da época, então, *Última Hora*, *Imprensa Popular* e *Luta democrática*, num período abrangido entre 1948 e 1964, identificamos 109 matérias, notas ou reportagens sobre a situação de lavradores, lavradoras, posseiros e posseiras em que estivessem envolvidos os de Pedra Lisa.¹⁹ A fim de identificarmos as mulheres envolvidas nas demandas provenientes dos militantes desta localidade, fizemos um levantamento de nomes masculinos e femininos para esclarecer se efetivamente haviam mulheres envolvidas no movimento de Pedra Lisa, conforme já se suspeitava.

Ao longo da análise destas 109 notícias dos mencionados jornais em que se fizeram presentes os lavradores e lavradoras de Pedra Lisa, 300 foram os nomes masculinos localizados, ao passo que apenas 21 nomes femininos foram detectados. Dentre estes nomes, se incluem os de políticos, políticas, policiais, magistrados, magistradas, empresários, empresárias, advogados, advogadas e pessoas que são acusadas de grilagem, entre outros. O número de nomes elencados como trabalhadores e trabalhadoras rurais é de 125 nomes masculinos e 12 nomes femininos, dos quais 105 e 11, respectivamente, são apontados apresentando conexão com o movimento de Pedra Lisa.

É importante ressaltar a possibilidade de imprecisão destes números comparados com a realidade, uma vez que podem ter havido erros de grafia que tenha conduzido algum nome a ter sido contado duas vezes. Além disto, existe a possibilidade de haver pessoas homônimas no grupo, o que levaria um determinado nome a ser considerado apenas uma vez, mesmo quando se tratasse de duas pessoas. Não podemos também ignorar a hipótese de que uma pessoa que possuía dois sobrenomes diferentes possa ter sido apresentada por um nome em uma matéria de jornal e aparecer com outro nome em jornal diferente²⁰. Este risco resultou do fato de que procuramos relacionar tantos lavradores quantos fossem possíveis, de maneira que incluí, portanto, personagens que aparecem uma única vez e que não foram tão conhecidos em momento posterior.

Apesar desta possível imprecisão desde já declarada, decidimos apresentar estes dados com a finalidade de enfatizar a discrepância entre figuras femininas e masculinas que seriam capazes de representar o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais em tela. Em todas

¹⁹ Foram incluídas nesta conta, por exemplo, reportagens sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santa Alice, Itaguaí, sempre que se engajassem um grupo de lavradores e lavradoras de Pedra Lisa.

²⁰ Por exemplo, considere a possibilidade de que um lavrador se chamasse João de Souza Silva e tivesse seu nome publicado como João de Souza em uma ocasião e, em outra, fosse chamado de João Silva. Neste caso, ele seria contabilizado duas vezes nesta lista, sobretudo, caso não seja uma liderança cujo nome se repete com frequência.

as situações, quer ao se considerar o número total de nomes identificados, quer os nomes de trabalhadores e trabalhadoras rurais, quer apenas os dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pedra Lisa, o número de nomes de homens representava mais de 90% do total levantado. Desta maneira, entende-se que ainda que se corra o risco de erro na contagem, a expressividade da diferença nestes números já faz com que eles mereçam ser mencionados neste trabalho.

Além do que, é necessário que se observe que não se defende aqui que tais números correspondam a totalidade de homens e mulheres que em algum momento se relacionaram com o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pedra Lisa ou algum evento dele. Na verdade, são nomes que, por razões de acontecimentos específicos, vieram a ser publicados em periódicos da época, ou seja, tiveram destaque, ainda que pontual e por razões precisas, sobre os demais lavradores e lavradoras.

Desta maneira, o que se argumenta não é que a minoria dos integrantes do movimento fossem mulheres, não seríamos capazes aqui de fazer tal afirmação, pois a análise realizada até então não permite conclusões neste sentido, mas, sim que elas não tinham a mesma representatividade dentro dos movimentos. Por mais que estivessem presentes, restavam invisíveis.

Além disto, não se pretende defender que a busca por panoramas gerais seria capaz, por si só, de apresentar as diferenças da maneira em que era aceitável homens ou mulheres atuarem dentro do grupo aqui analisado. Deve-se destacar a dificuldade apresentada pelo uso da ideia de 'médias', que sendo inspirada em Thompson (1987), já foi previamente apontada neste trabalho.

Por isso, não nos prenderemos aos números citados, ainda que seja relevante serem mencionados, ao invés disto, nos voltaremos para situações específicas que apontem para a compreensão de quais campos era possível que as mulheres agissem dentro daquele grupo. Para tal, a primeira situação a ser analisada a respeito de Pedra Lisa especificamente é a esfera política, por meio da análise das eleições para as posições disponíveis dentro da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa.

Conforme já apontado, entre os anos de 1948 e 1961, a maior parte das publicações acerca dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, como um todo, se concentrava em periódicos relacionados ao Partido Comunista. Desta maneira, considerando os jornais aqui escolhidos para análise, o *Imprensa Popular* é onde encontramos grande parte das notícias de Pedra Lisa neste período. Observado tal fato, note-se que foram elencadas três

publicações relativas a eleições da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa nesta época, em 1954, 1956 e 1957.

A nota divulgada em 10 de outubro de 1954 tratava apenas de uma convocação para as eleições, a qual não mencionava candidatos, candidatas, pessoas envolvidas nas eleições ou, sequer, dirigentes da época. Na publicação de 31 de maio de 1956, por outro lado, a reportagem abordava eleições já realizadas, na qual teria sido eleita a chapa de oposição à direção da Sociedade de Lavradores e Posseiros. Nesta ocasião, foi apresentada a nova composição da entidade: Apolinário Angelo, como presidente de honra, Edésio de Carvalho, presidente, Julio Zander, vice-presidente, Gabriel de Oliveira, primeiro secretário, Artur Aguiar, segundo secretário, João Dias da Costa, primeiro tesoureiro, Jovelino Pereira da Cruz, segundo tesoureiro. Para o conselho fiscal: José Galdino, José Silvino Maciel e João Domingues. Geraldo Lino era o contador e Joaquim Penalva dos Santos e João Gonçalves do Couto, advogados. E, como procurador, Miguel Gonçalves de Castro.

É possível perceber, então, a não participação de mulheres nesta composição da direção da organização. Além disto, a reportagem se referiu ainda a um integrante da chapa derrotada nestas eleições, Wilson Rodrigues da Silva. Existe a possibilidade de que alguma mulher tenha integrado a chapa que não foi eleita, contudo, o simples fato de não ter sido nominalmente apontada em nenhum lugar já é de grande relevância para esta pesquisa.

A publicação de 18 de setembro de 1957 também era uma convocatória para eleições que iriam se realizar. Aqui, se apresentaram integrantes das duas chapas que concorriam à direção. Em nenhuma das duas, novamente, foi mencionada ao menos uma figura feminina como componente. Nessa ocasião concorreram, na primeira chapa, Francisco Lacerda e José Ferreira. E, na outra, como presidente e vice, Agenor Correa Porto e Edésio Carvalho da Rocha, como primeiro secretário, José Antônio Pacheco, segundo secretário, José Pessoa Saraiva, primeiro tesoureiro, João Dias da Costa, segundo tesoureiro, Armindo Andrade Coelho. Como conselheiros fiscais, Eduardo Américo, Ignácio José Barcelos e Sebastião Martins do Couto. Por fim, Miguel Gonçalves de Castro, como procurador geral. Portanto, efetivamente os cargos diretivos neste momento, não são locais de amplo engajamento feminino.

Posteriormente, entre 1960 e 1964, aparentemente a organização de lavradores e lavradoras de Pedra Lisa esteve mais próxima ao governo de Roberto Silveira, como se tratou no primeiro capítulo da presente pesquisa. Desta maneira, parece que naturalmente este processo se refletiu sobre a cobertura que o jornal *Último Hora* dava aos eventos da região.

Assim, também houve três matérias presentes neste periódico a respeito de eleições para a Sociedade de Lavradores e Posseiros, uma no ano de 1960 e as outras duas em 1961.

Em 03 de agosto de 1960 foi divulgado que haveria novas eleições para a Sociedade e para a Cooperativa de Lavradores, também divulgaram as informações a respeito dos festejos em razão do casamento de Apolinário e Belmira e, por fim, mencionaram as atividades da escola para analfabetos que era mantida pela sociedade de lavradores e lavradoras, merece menção o fato de que é apresentado como professor, Braulio Rodrigues, que, segundo o jornal, lecionava gratuitamente. Aqui, aponta-se o fato de que não são apresentadas as chapas que concorreriam às eleições.

Em 28 de março de 1961 foi divulgado que se planejavam eleições para a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em 02 de abril do mesmo ano. A situação, no momento da publicação do jornal, indicava que concorreriam ao pleito quatro chapas, lideradas por Francisco Lacerda, Braulio Rodrigues, Alvinho Alves dos Santos e José Maia. O periódico apontou que seria realizada uma reunião entre estes quatro, de maneira que existia a possibilidade de chegarem a um consenso e lançarem uma chapa única, ou, quando muito, duas chapas concorrentes.

Em 13 de abril de 1961, o resultado das eleições tratadas na mencionada edição do jornal é divulgado. Observa-se que Francisco Lacerda, esteve à frente da chapa que perdeu após concorrer com a liderada por Alvinho Alves dos Santos. Compunham o grupo eleito: Francisco Dias, como vice-presidente, Aristóteles José da Silva, primeiro secretário, Luiz Guimarães, segundo secretário, Waldir de Andrade Coelho, primeiro tesoureiro, João Peres dos Santos, segundo tesoureiro. Compondo o Conselho Fiscal: Wantuil Dias Lacerda, Eduardo Américo e Braulio Rodrigues. Como suplentes, Cleriel da Silva Serra, Benício Forny e Orgelino Rocha. Como procurador geral, Inácio Barcelos. E, por presidente de honra, Apolinário Ângelo.

É perceptível que muitos nomes se repetem ao longo das eleições e nenhuma mulher chega a ter seu nome publicado nestas ocasiões, entendemos, então, que possivelmente não eram lideranças indiscutíveis no grupo, de maneira que mesmo quando assumiam papéis dentro das ações e eventos dos movimentos, não recebiam notoriedade. Percebe-se que a esfera política desta organização não era universo em que figuras femininas penetravam com facilidade. Destacar tal fato é de grande relevância para que se compreenda a atuação feminina, afinal, estavam presentes e engajadas. Uma militância com tarefas importantes, mas que não se confundia com a atuação masculina, nem tinha a mesma repercussão dentro do grupo.

Retomando os números apontados no início desta apresentação, talvez emerjam as perguntas: Afirmar que mais do que 90% do total de nomes elencados ao longo da análise dos jornais estudados eram nomes masculinos é, de alguma maneira, assegurar que algumas mulheres de fato foram lembradas no decorrer dos fatos. Quem eram elas? E em que situação eram lembradas?

Ao se considerar a análise preliminar da totalidade dos nomes, isto é, o número de pessoas elencadas, sem distinção de localidade e de profissão, chegou-se ao total de 322 nomes, 21 dos quais, femininos. 11 destas mulheres eram lavradoras de Pedra Lisa e, por esta razão, de grande importância para este trabalho.

Sobre os outros 10 nomes, ressalta observar que 6 são de mulheres que, a princípio, não tem relação habitual com o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, são elas: Ismélia Silveira, Vanda Correia²¹, Silvia Torelli Muniz, Hilda de Souza e Sara Kubitschek.

Ismélia era esposa de Roberto Silveira, de maneira que seu nome apareceu algumas vezes vinculado a alguma ação em que se destacou seu marido. Existem algumas notas, contudo, que apontaram seu nome sem que tal relação seja o ápice da referência a ela, que é, por exemplo, o que acontece no natal de 1959 quando, de acordo com o *Última Hora*, ela envia presentes aos filhos de lavradores e lavradoras de diversas localidades do estado.

Que se note, então, que ainda que neste caso específico dos presentes enviados, ela seja apresentada não de maneira subordinada ao marido, é improvável que tal ação não tivesse um cunho político. Além disto, pode-se apontar o fato de que se tratava de ação social, que era algo socialmente considerado como atividade possível de ser desempenhada por mulheres, sobretudo, uma primeira-dama.

Vanda Correia é apontada apenas como vinculada a seu marido, Aldio Correia, executor do PPAA do Rio de Janeiro. Silvia Torelli Muniz, não chega a ser diretamente relacionada a seu marido, tem meramente seu nome citado em uma reportagem sem maiores explicações. Contudo, ao observar que no dia 15 de junho de 1993, ao tratar do falecimento de Paiva Munizo jornal *O Fluminense* expõe que o nome de sua primeira esposa era, exatamente, Silvia Torelli Muniz, sustenta-se neste trabalho que forte razão para que tenha sido mencionada pelo jornal *Última Hora*, em 13 de julho de 1961, quando noticiado evento a respeito da reforma agrária em Cuba, era o fato de que a palestra seria proferida justamente

²¹ Note-se que na edição de 12 de outubro de 1960, no jornal *Última Hora* a grafia utilizada foi “Wanda”. Optou-se, aqui, por escrever “Vanda”, pois foi desta maneira que o nome apareceu outras duas vezes, nos dias 18 e 19 de abril de 1960, no mesmo periódico.

por seu marido, que além de tudo é apresentado como deputado²². Sobre estas duas mulheres não recai apresentação mais profunda ou detalhamento sobre quais atividades exerceram, ao menos não em relação aos lavradores e lavradoras de Pedra Lisa.

O nome de Hilda de Souza só se conecta ao movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma única vez, por ocasião da mencionada conferência a respeito da Reforma Agrária em Cuba. Nesta situação esteve presente Hilda, que chegou a discursar “em nome da mulher mesquitense”, de acordo com o *Última Hora* de 13 de julho de 1961.

Por fim, o último nome feminino elencado até este ponto da pesquisa é o de Sara Kubitschek. Esta aparece em situação que poderia ser equiparada a de Ismélia da Silveira, enquanto primeira-dama. Contudo, é relevante o fato de que se tratava de uma situação de maior gravidade. Em 06 de agosto de 1957, uma comissão de lavradores e lavradoras se dirige ao jornal *Imprensa Popular* portando uma série de documentos que alegavam confirmar a situação de grilagem de terra em Pedra Lisa. Eles pedem, então, para que a mensagem seja dirigida à então primeira-dama.

Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1958, segundo o jornal *Imprensa Popular*, três famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais teriam sido expulsas de Pedra Lisa, com isto, se dirigiram ao presidente Juscelino Kubitschek e foram sendo recebidos por Sara, que havia solicitado, de acordo com o jornal, abertura de um processo para apurar o caso e enviado às famílias despejadas para ficarem abrigadas na Ilha das Flores. Na sequência destes acontecimentos, conforme a mesma matéria, as famílias teriam sido postas a trabalhar sem contraprestação financeira, enquanto viviam na Ilha das Flores e, por esta razão, teriam abandonado a localidade.

Sem deixar de tomar atitude relativa à assistência social, contudo, destaca-se o fato de que Sara Kubitschek teria assumido a tentativa de resolução deste problema. Da mesma maneira que foi dito a respeito de Ismélia da Silveira, é impensável que esta atitude não produzisse consequências sobre a vida política de seu marido, sendo possível, portanto que se interprete tal ação como extensão de sua “função” de esposa, e das decisões que lhes eram socialmente demandadas. Ainda assim, nos parece que a inércia diante de tal situação também era uma opção que a primeira-dama poderia ter tomado sem que lhe recaíssem quaisquer rótulos que pudessem vir a fazer com que sua imagem fosse questionada. Por esta razão, crê-se, aqui, que tal ação mereça destaque.

²²*Última Hora*, 13 de julho de 1961, página 9. Notícias da Baixada: Nova Iguaçu.

Seguindo adiante no estudo das mulheres que aparecem conectadas, de alguma maneira ou em algum evento específico ao movimento de lavradores e lavradoras de Pedra Lisa, existiram aquelas que ocupavam os papéis antagônicos aos integrantes da Sociedade de Lavradores e Posseiros, ou seja, aquelas que em algum momento foram apresentadas como grileiras.

Como a presente pesquisa procurou levantar eventos em que houvesse um grupo de Pedra Lisa mobilizado, acabou-se elencando situações que não se decorreram em Pedra Lisa, mas em outras localidades, como Santa Alice e Macacu, de maneira que deparou-se, respectivamente, com os nomes de Antonieta Moreira Bastos e viúva Moura Costa, enquanto oponentes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pelas terras, bem como, o de Maria Paula Maia. Em Pedra Lisa, figura feminina constantemente apontada como grileira era Duquesia Paes Leme²³. É necessário refletir que estas mulheres não eram as únicas pessoas acusadas de grilagem, no total, foram encontrados vinte e três nomes denunciados em algum momento como grileiros ou grileiras. Destes, a maioria, como se pode notar, eram homens.

Duquesia é apresentada enquanto grileira e seu nome é mencionado, entre 1955 e 1962, em 5 reportagens que apontam para casos de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pedra Lisa, a primeira delas no jornal *Imprensa Popular* que publicou no dia 27 de julho de 1955 que era “ilegal e desumano o despejo pretendido pela grileira Duquesia Paes Leme”(IMPRENSA POPULAR, 27/07/1955, p.6) e última no dia 30 de agosto de 1962, no *Última Hora*, em que um trabalhador atesta o longo tempo em que estava estabelecido em Pedra Lisa, e narra, de acordo com o periódico, a história dos grilos “desde os tempos em que ali andavam os jagunços da Sra. Duquezia” (ÚLTIMA HORA, 30/08/1962, p.5).

Em nenhuma das citações, esta personagem é apresentada com mais profundidade. O que é possível observar sobre ela é sua demanda pela terra e acusações de que utilizasse de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de jagunços e outras pessoas pagas para tanto, além do fato de que era assistida por um advogado denominado Fernando Brigagão, e sempre que Duquesia era citada, Brigagão também o era. Além disto, segundo o *Imprensa Popular* publicado em 02 de abril de 1958 um homem conhecido como ‘Junqueira’ teria lhe comprado as terras que ela reclamava em Pedra Lisa.

Desta maneira, tendo abordado as mulheres que não possuíam vínculos com movimentos rurais, mas que se conectaram com os lavradores e lavradoras de Pedra Lisa em algum momento, nos resta mencionar as lavradoras propriamente ditas.

²³ Este nome chega a ser grafado como Duquesa e Duchesse ao longo das matérias de jornais. Optou-se por Duquesia por ter a grafia que apareceu mais vezes nesta pesquisa.

A primeira a ser apresentada, foi a única lavradora que conseguimos definir como não moradora de Pedra Lisa, mas que se aproximou da Sociedade de Lavradores e Posseiros. Isto se deu porque o grupo desta localidade procurou oferecer apoio aos trabalhadores e trabalhadoras rurais em litígios de Santa Alice.

Se tratava de contenda relativa à luta pela terra, que acabou gerando um conflito mais severo, no qual Valdemar Belém teria sido assassinado. De acordo com o *Última Hora*, em 12 de setembro de 1961, na região de Santa Alice havia certo fazendeiro, conhecido como Alvim, que criava seu gado solto. Em uma manhã, alguns bovinos teriam aparecido com marcas de armas de fogo, de maneira que, ao buscar vingança, teria encontrado marcas de sangue na roça de Valdemar. E, por esta razão, teria mandado executá-lo.

Sobre esta história, é relevante destacar alguns casos tangentes à relação de posseiros e posseiras com o gado dos alegados grileiros e grileiras. No dia 28 de dezembro de 1954, por exemplo, o jornal *Imprensa Popular* publica a denúncia de um trabalhador rural a respeito dos eventos de despejo em Pedra Lisa

A polícia só entrava aqui para proteger o roubo de terras. Ameaçava, destruía plantações, incendiava nossas casas e matava impiedosamente. Durante as batalhas foram 30 casebres reduzidos a escombros. O gado foi solto na lavoura. (IMPRESA POPULAR, 28/12/1954, p.8)

O que se percebe é o uso, portanto, destes animais como forma de atingir os trabalhadores e trabalhadoras rurais e até mesmo provocar neles alguma reação. É possível imaginar que situação semelhante tenha decorrido em Santa Alice, até mesmo pelo fato das manchas de sangue terem sido localizadas, conforme dito na mencionada edição do *Última Hora*, na “roça de Valdemar”. Tal fato é indicativo de que o gado passeasse sobre o que era cultivado pelos lavrador.

Segundo Jaira Belém, viúva de Valdemar, seu marido era inocente e não havia atingido os bois. Neste sentido, destaca-se a necessidade desta mulher apresentar este fato, pois, afinal, a morte não é pena coerente para se solucionar a situação em tela. Contudo, não só ela teve que defender a inocência do marido, como o próprio jornal achou que deveria destacar que Valdemar “morreu inocente”, como se sua morte fizesse algum sentido, caso tivesse sido ele a ferir os bois.

Jaira passa a denunciar a morte de seu falecido marido não apenas nos autos do processo, por meio de seu testemunho, conforme se pode ver na publicação de 12 de setembro de 1961, do *Última Hora*, mas também compondo comissão que, de acordo com o mesmo

jornal no dia 26 de setembro de 1961, pretendia entregar ao, então presidente, João Goulart um memorial denunciando os crimes praticados por grileiros em Santa Alice.

Qual a relação de Jaira com o movimento de Pedra Lisa, então? É certa a proximidade deste movimento com a população de Santa Alice, que na época, fazia parte do município de Itaguaí. Nesta mesma publicação mencionada de 26 de setembro de 1961, é possível tomar conhecimento de que, tendo se agravado a situação em Santa Alice, um grande contingente de Pedra Lisa, se dirigiu a localidade a fim de colaborar com seus pares “para ajudar seus companheiros na luta que se avizinha” (ÚLTIMA HORA, 16/09/1961, p.1).

Chegamos, então, às figuras femininas, lavradoras, ligadas ao movimento de Pedra Lisa propriamente dito, em número de onze. A primeira coisa a se saber, é que não foi possível aprofundar as informações acerca destas mulheres. Algumas delas são meras menções que não proporcionam sequer espaço para cogitações. Contudo, vamos apresentar, aqui nossos apontamentos a este respeito.

O primeiro nome que encontramos foi o de Dayse Bento de Souza. Com a morte de João Tenório, foi publicada no dia 27 de julho de 1951, no *Última Hora*, uma lista de posseiros e posseiras que ocupavam as terras do homem assassinado e que teriam de lá sumido depois de sua morte.²⁴

Posteriormente, um conjunto de reportagens a respeito de um casamento entre uma trabalhadora e um trabalhador rural ganhou destaque também no *Última Hora*. Aparentemente, conforme apontado no primeiro capítulo, este matrimônio também serviu para demonstrar a ligação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com o, então governador, Roberto Silveira, o qual foi padrinho na cerimônia. No periódico, mencionava-se com mais frequência o nome do noivo, que era um senhor de 90 anos e era presidente de honra da mencionada organização. Contudo, também pudemos identificar quem era a noiva: Belmira Mendes, que também era uma senhora, de 68 anos de idade.

No dia 26 de junho de 1955, o *Imprensa Popular* ao relatar um ataque contra os lavradores e lavradoras de Pedra Lisa, relata que uma senhora chamada Florentina Maria do Nascimento, viúva e com 14 filhos, teria tido sua casa destruída, na ocasião. A reclamante das terras cujos capangas teriam executado a ação é a Duquesia Paes Leme, agindo conjuntamente com seu advogado, Fernando Brigagão.

Por fim, chegamos aos casos dos eventos da Sociedade de Lavradores e Posseiros, que foram encontrados apenas no jornal *Imprensa Popular*. Em 22 de dezembro de 1955, publica-

²⁴ A matéria intitula-se “Depois do crime desapareceram os intrusos da fazenda Santo Antônio”, encontra-se na página 6 da mencionada publicação.

se a respeito de uma campanha dos lavradores em prol da posse dos ‘candidatos J-J’ e repudiando qualquer ação contrária a isto. Nesta ocasião indicam como candidata dos lavradores e lavradoras ao concurso de madrinha J-J, Sebastiana Xavier. A respeito desta mulher o jornal a apresenta como

Filha de um dos mais antigos lavradores local que, invariavelmente, comparece às sessões da Sociedade e junto com os trabalhadores toma parte ativa na discussão das questões de interesse geral. (IMPRESA POPULAR, 22/12/1955, p.4)

Sobre este fragmento, entendemos que ainda que haja a possibilidade de se interpretar que a pessoa que comparece às sessões da Sociedade era o pai de Sebastiana, compreendemos, na verdade, que quem o fazia era a própria Sebastiana. Isto devido a três fatos, especificamente: primeiro, se dá no contexto de que o jornal parecia estar apresentando a jovem. Entretanto, apresentá-la como filha de um indivíduo fielmente militante ao movimento, também parece que seria relevante. Por esta razão, estas entrelinhas não nos levam à certeza; o segundo fato que leva a crer que a pessoa ativa era ela e não seu pai é porque o jornal diz que a pessoa comparece às sessões e “junto com os trabalhadores toma parte ativa”, observa-se, então, que há um distanciamento, feito pelo jornal, entre a pessoa de que trata e os trabalhadores, construção de texto que parece que fazia mais sentido quando se tratava de mulheres, uma vez que as tarefas domésticas eram compreendidas como parte da função feminina, ao mesmo tempo, as tarefas domésticas não eram interpretadas como forma de trabalho, de maneira que a mulher não seria, caso trabalhasse apenas dentro de casa, entendida como trabalhadora. Por fim, há uma foto de Sebastiana e sua irmã cuja legenda atesta que a jovem esteve presente “à reunião daqueles camponeses”.

Figura 6: Foto de Sebastiana Xavier (à direita) com sua irmã.



Fonte: *Imprensa Popular* em 21/12/1955, página 4.

Desta maneira, sabe-se que existe a possibilidade de interpretação distinta, mas optou-se aqui por entender que Sebastiana foi apresentada como alguém que se interessava pelas discussões e demandas do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pedra Lisa. E, provavelmente por este fato, foi indicada como candidata ao concurso de madrinha J-J. Não passa despercebido, ainda em relação ao texto publicado pelo periódico, que fez parte da apresentação da moça, remeter-lhe ao pai. Precisando que seu nome estivesse vinculado ao de algum homem.

Além disto, a existência de um concurso de madrinha remete a utilização da imagem feminina como acessória ao movimento através de sua figura, conforme teoria apresentada previamente neste capítulo. Então, no dia 08 de janeiro de 1956 a sociedade de lavradores e lavradoras promoveu festividade que se estendeu por todo o dia, tendo se iniciado com a inauguração de um retrato de José Theodoro, lavrador co-fundador da sociedade, assassinado e que, também por ocasião destas decorridas festividades, foi considerado mártir do movimento, conforme se apresentou no primeiro capítulo. No final do dia, Sebastiana foi coroada, tendo havido versos declamados por uma menina da escola local²⁵.

Figura 7: Foto de estudante declamando poema durante as festividades da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa



Fonte: *Imprensa Popular* de 10/01/1956, página 8.

²⁵ *Imprensa Popular*, 10/01/1956, p.6.

Figura 8: Foto de Sebastiana Xavier coroada como Rainha.



Fonte: *Imprensa Popular* de 10/01/1956, página 8.

No que se refere às festas, estas também fazem parte das ocasiões em que detectamos nomes femininos agindo dentro da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Para o mesmo evento que foi mencionado, o periódico publicou que faziam parte da organização do evento, através da comissão de festejos, Iracema Porto, Maria Xavier, Francisca Ferreira da Silva. Posteriormente, em razão da I Conferência Estadual Rural dos trabalhadores do Rio de Janeiro para apoiar os lavradores de Pedra Lisa, foi publicado no dia 20 de julho de 1957, pelo *Imprensa Popular*, que faziam parte da Comissão Organizadora Iracema Porto, Celeste Rocha, Cecília Mizael, Lucí Soares, Almerinda Soares.

Notou-se que o único nome que se repetiu foi o de Iracema Porto. Além disto, faz sentido esta participação majoritária feminina como organizadoras de evento ao invés de cargos que dirigiam a totalidade das atividades da sociedade, pois também a organização compunha característica a ser considerada feminina, à época.

Desta maneira, foram encontrados indícios, ainda que preliminarmente de que as figuras femininas atuavam nos bastidores, desempenhando atividades fundamentais para que o grupo realizasse eventos ou mesmo arrecadando fundos, o que colaborava para que a organização se mantivesse atuando. No entanto, a falta de reconhecimento da importância destas tarefas durante o período em que se deram, bem como a compreensão de que algumas atividades específicas compunham os papéis de esposas e filhas podem ter sido os fatores que colaboraram para a invisibilidade feminina nas fontes estudadas nesta pesquisa.

Lavradoras de Magé: Anas e Marias...

Nesta região, foram múltiplos os focos de disputa pela terra. E ainda que não tenha sido possível constatar nenhuma clara relação entre as mulheres presentes ali e as organizações de lavradores e lavradoras ou organizações de mulheres, foi possível perceber o engajamento delas neste tipo de litígio propriamente dito.

Seguindo o mesmo padrão de busca que foi desenvolvido a respeito de Pedra Lisa, para identificar as personagens femininas, analisou-se aqui, 179 matérias publicadas nos jornais *Imprensa Popular*, *Última Hora* e *A Luta Democrática*. Nestas matérias foram localizados 268 homens, dos quais 103 eram lavradores e, destes, 87 exerciam tal atividade em Magé. Ao passo que as mulheres estavam em número de 31 no total, das quais eram 23 trabalhadoras rurais, 22 de Magé. Desta maneira, nota-se que, embora considerando o total de nomes elencados, o resultado se aproxime do observado em Pedra Lisa, de aproximadamente 10,36% de nomes femininos, com as mesmas possibilidades de erros na contagem apresentados anteriormente, ao se analisar separadamente apenas os nomes de lavradores e lavradoras, tanto para o caso de incluirmos ou não os que são de fora de Magé, o resultado se torna de 20% e 18% do total correspondendo a mulheres, respectivamente.

Contudo, destacamos aqui que não foi possível constatar vínculo algum destas mulheres com a Associação de Lavradores ou sequer com eventos patrocinados por esta organização, embora algumas destas mulheres detectadas tenham sido apresentadas nos periódicos como engajadas em algum grau em disputas agrárias de uma maneira ativa. Para demonstrar tal fato buscaremos, a partir de agora, apresentar, as personagens femininas percebidas ao longo desta pesquisa.

Foi interessante notar, nesta pesquisa os casos em que mulheres eram mencionadas sem ser, contudo, identificadas. É o caso, por exemplo, da única lavradora não mageense elencada neste segmento da pesquisa. Trata-se de uma senhora, esposa de Aristino Rufino, que era tesoureiro do Sindicato de Lavradores de Itaboraí, publicada no *Última Hora*, na página 3 da edição de 16 de maio de 1963. A reportagem relata que o membro da organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais teria sido preso, sem razões aparentes, e por isso sua esposa, juntamente com uma comissão de lavradores e lavradoras teria se dirigido à redação do periódico para tornar público o apelo dirigido ao governador do estado do Rio de Janeiro, Bagder Silveira, pois estaria ela, juntamente com seus seis filhos, dois dos quais enfermos, passando dificuldades financeiras.

Chama atenção na matéria, o fato de que, junto com ela, estava o presidente do mesmo sindicato que Aristino participava, João Correia de Paula, e ainda que ambos os indivíduos tivessem destaque para o assunto abordado, apenas o nome de João foi incluído na

reportagem. Embora não se descarte a hipótese de que tal fato possa ter sido proposital para não expor a imagem desta mulher que já passa por dificuldades, acredita-se que esta razão é improvável, uma vez que o nome de seu esposo, a região de onde vem e a quantidade filhos já tinham sido esclarecidos.

Defende-se, de maneira semelhante ao apresentado no capítulo anterior, no segmento que trata das crianças em ocasiões de despejo, a utilização da figura feminina como necessária para impactar o leitor pela ideia de fragilidade, da mulher e da criança, que seriam, portanto, vítimas. Neste caso, não seria necessário saber a identidade desta mulher, pois ela é apresentada como acessória ao homem, para representar seu marido enquanto pessoa que se encontra, não apenas injustiçado, mas incapacitado de cumprir seu papel de pai de família. Desta maneira, para saber até que ponto estar detido pode prejudicar Aristino Rufino é necessário saber que ele tem uma família. Não é igualmente necessário, contudo, conhecer os componentes desta família ou o que eles pensam sobre esta prisão.

Esta postura adotada pelo jornalista, contudo, compõe um contexto muito mais amplo, dentro do qual utilizar a imagem feminina enquanto vítima, como se isso corroborasse o tamanho dos estragos provocados por um determinado evento, era comum. Isso pode ser notado, por exemplo, na página 2 do Jornal *A Luta Democrática* de 21 de fevereiro de 1964, em que se relata o episódio de um senhor, chamado Antônio, que sendo posseiro, teria sido espancado por um homem contratado pelo suposto dono da fazenda para assustar os lavradores e lavradoras para que deixassem aquelas terras. De acordo com a narrativa do periódico, enquanto Antônio era espancado sua esposa era arrastada pelo campo. Em momento algum o nome da esposa é mencionado, embora ela, tanto quanto o seu marido, tenha sofrido o impacto das violências físicas de que trata a reportagem.

Do mesmo modo, no dia 27 de agosto de 1963, o *Última Hora*, em reportagem que tratava da morte de três supostos donos de terra por lavradores, se apresentava uma “Dona Maria” que sendo esposa de um certo Manoel Sousa, teria testemunhado o evento. Nesta ocasião, contudo, é notável o fato de que seu marido, posteriormente, viria a ser considerado um dos possíveis culpados, de maneira que, de fato, existia mais coerência jornalística em focar este personagem masculino do que a mulher, que teria sido, apenas, testemunha. Além disto, a mesma reportagem, ainda aponta “Dona Iara” como esposa de um dos mortos. De modo que também esta personagem, que não é de origem rural, não é apresentada com informações mais profundas do que seu primeiro nome, o nome de seu marido e de seu pai, acusado, pelos posseiros e posseiras locais, de ser grileiro.

Sobre este evento também, dois dias depois, o mesmo periódico publica que outra testemunha seria “Nadir”, secretária de outro dos homens mortos, que também teria presenciado o acontecimento. Da mesma forma, uma senhora, lavradora, chamada Luiza Helena também foi chamada a depor, enquanto testemunha, no mesmo processo, segundo reportagem do jornal *Última Hora*, de 03 de setembro de 1963.

A respeito de possíveis mulheres que se alegavam enquanto donas das terras em disputa, foi interessante perceber que no caso de Magé, a única detectada foi Iracy Maria Porto, que era apresentada como esposa de Paulo Sanmartin. Ainda assim, percebemos que a única menção a ela foi encontrada no dia 22 de maio de 1954 no *Imprensa Popular*, não tendo sido recorrente como acontece com as outras figuras apontadas como grileiros e grileiras pelos lavradores e lavradoras.

Em relação às figuras femininas oriundas de setores sociais externos ao universo do trabalho rural, foi identificada, primeiramente, Marlene Brasileiro. Seu nome é mencionado no *A luta democrática* de 20 de março de 1962, como uma das oradoras de um mesmo evento em que o deputado Tenório Cavalcanti discursou, porém, não são apresentadas muitas informações ao seu respeito, mas ao que parece é professora. Esta também foi apontada como presente em um evento chamado Natal do Lavrador que teria acontecido em Xerém, Duque de Caxias, segundo o jornal *Última Hora*, 13 de dezembro de 1962, de maneira que não é possível definir se, efetivamente, ela era proveniente de um destes lugares, mas parece mais provável que não tivesse atuação fixa em nenhum deles.

Além dela, Jacira Tavares, apresentada como assistente social e secretária geral da Associação de Servidores do Hospital Pedro Ernesto, também é figura que aparece em contextos de reuniões entre sindicatos em que se incluíam os lavradores e lavradoras, como pode-se notar no jornal *A luta Democrática* de 22 de maio de 1963, e no contexto de comícios em que aparecem pessoas provenientes de diversos setores, como mostra o mesmo jornal no dia 11 de junho de 1963.

Eunice Dutra é apresentada enquanto esposa de um vereador de Duque de Caxias, José Dutra. Contudo, o jornal *A luta democrática* em 25 de julho de 1963, a descreve enquanto responsável pelo cadastramento de famílias que, sendo despejadas da Fazenda Tocaia, em Magé, se encaminharam à Piabetá, região do município de Magé perto da divisa com Duque de Caxias.

Portanto, nota-se que estas figuras femininas externas ao universo rural, que se relacionaram, em algum momento, com o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Magé, não possuíam maior proximidade com estes lavradores e lavradoras em outros

períodos. No entanto, há uma possibilidade de exceção. Uma figura curiosa que, provavelmente não sendo trabalhadora rural, chegou a ter mandado de prisão decretado em virtudes de litígios a respeito da terra, que é Terezinha Vilanova. De acordo com o *Última Hora* do dia 27 de junho de 1963, ela era responsável pela área de assistência social do sindicato dos lavradores e lavradoras de Magé.

Entretanto, segundo a denúncia oferecida pelo Ministério Público, ela, juntamente com Gerson Chernicharo e Aprigio Ferreira da Silva, orientava a distribuição de terras da ocupação da área reclamada pela Companhia América fabril. A peça processual vai além e diz que o grupo, acompanhado de Orlando Jacinto, Ismael Mesquita, Manoel Ferreira de Lima, Waldemar de Souza, Benício Fonseca, Levy Martins dos Santos e Pedro da Silva Jordão, ludibriava lavradores e lavradoras para que tomassem posição nestas ocupações. São estes indivíduos posteriormente que tem seu mandado de prisão efetuado pelo juiz da comarca de Magé.

Ribeiro (2015), ao analisar o inquérito a respeito destes personagens destaca que “esse grupo liderado por Gerson Chernicharo, de fato, obedecia a ordens superiores, não identificadas pelo investigador naquela ocasião, mas que provinham do deputado federal Tenório Cavalcanti” (RIBEIRO, 2015). Tal fato é relevante ainda mais se tomado em consideração o fato de que a própria peça processual que constituiu a denúncia contra o grupo, oferecida pelo Ministério Público, não ofereceu maiores qualificações sobre ela, nem profissão, endereço ou idade.

Outro fato relevante a ser mencionado é que o promotor que assina a abordada peça processual é Ellis Hermydio Figueira. Efetivamente, se os acusados guardavam relações com o deputado Tenório Cavalcanti, é de se supor que o jornal *A luta democrática* tenha se posicionado contrariamente aquele funcionário público. Como pode ser percebido em sua edição do dia 07 de junho de 1963 em que publica que estão “alguns lavradores em desespero, pois estão sendo ameaçados pelo promotor Ellis Hermydio Figueira”.

É compreensível a defesa que o jornal faz dos próprios interesses ao tentar convencer o leitor da crueldade do operador do direito. Contudo, devemos considerar a oposição política existente entre o mencionado periódico e o *Última Hora*, mencionada na introdução deste trabalho. Ainda assim, o mesmo promotor chega a acusar o último jornal. Defende que:

Mas a audácia da grei de baderneiros foi além: a própria imprensa, representada por alguns jornais, recebia convites para assistir e dá cobertura publicitária as invasões de terras, sorrateiramente programadas pelos

indiciados (v. declarações do repórter Tácito Tani, do jornal “Última Hora”)²⁶ (BNM, p.15-16)

Há, assim, uma clara desavença não só com o jornal do deputado caxiense, mas também com o jornal ligado ao PTB. De maneira que é o *Última Hora* que publica que “É de revolta no campo, o movimento, devido às recentes atitudes policiais do promotor Ellis” (ÚLTIMA HORA, 01/07/1963). Com isto, pretende-se aqui, chamar atenção para o fato de que as acusações proferidas pelo referido promotor são questionáveis, no sentido de existir a possibilidade de perseguição política sobre os personagens envolvidos.

Apesar disto, se sobressai nesta questão a presença de uma figura feminina, que não estando muito claramente identificada, desponta como figura chave na organização das ocupações das terras reclamadas pela companhia América Fabril. Isto é, ainda que não reste esclarecida sua relação com o Sindicato dos Lavradores em Magé, embora haja a menção anteriormente apontada, é possível entender que provavelmente se tratava de uma liderança, que não sendo lavradora, tinha um espaço definido, ainda que a dificuldade de representatividade das figuras femininas fizesse com que seu nome não tivesse tanta repercussão posterior.

Para entender a situação feminina dentro de uma realidade, entretanto, pode ser altamente colaborativo compreender o espaço reservado a estas figuras. Neste sentido, identificamos 22 trabalhadoras rurais que provavelmente eram mageenses.

Cronologicamente, as lavradoras identificadas em publicação mais antiga são Esmeralda Francisca, Antonia Oliveira, Maria Rosa, Maria Dias, Maria Ribeiro e Donária Conceição. Elas são apontadas dentro de uma lista de pessoas intimadas a comparecer perante o juiz da comarca, pois as terras que ocupavam, agora eram reclamadas por Iracy Maria Porto e, seu marido, Paulo Sanmartin. Tal listagem é publicada no jornal *Imprensa Popular* em 22 de maio de 1954. De acordo com a reportagem, muitos dos posseiros e posseiras instalados naquela região eram, na verdade, ex-funcionários da fábrica de tecido Santo Amaro, que estava, então, fechada.

Neste caso específico, é interessante a proposta do jornal de que ex-operários e ex-operárias tenham se redirecionado ao trabalho no campo em tempos de dificuldade. Não é possível imaginar que todo o fluxo de lavradores e lavradoras que se instalou em Magé tenha vindo unicamente de situações semelhantes, mas não há que se negar esta outra possibilidade, que influenciaria diretamente sobre os costumes daqueles grupos de lavradores e lavradoras

²⁶ Peça assinada pelo promotor em 25 de junho de 1963.

bem como sobre suas interações sociais. Neste sentido, esta pesquisa procurou discutir este tema ao tratar da relações urbano-rurais, no primeiro capítulo.

Ademais, é notório que este caso se deu em momento anterior a existência de um movimento organizado de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Magé, que só ganha contornos mais claros a partir de 1956. Contudo, a existência de disputas agrárias na região é relevante para que se entenda que o ápice dos litígios se deram no início da década de 1960, mas ele foi fruto de um processo iniciado em momento anterior, intensificados nos fins da década de 1950.

Nesta situação da mencionada publicação é interessante observar a intimação de mulheres. Embora dentro de um total de trinta e nove pessoas intimadas, elas estavam em número de apenas seis. Este número pode estar relacionado a imagem masculina do chefe da família, isto é, aquele que representa aquele grupo de pessoas, dentro do qual esta inserida também a mulher, é um homem. Logo, seria natural que mais homens do que mulheres fossem intimados a responder neste processo. Caso viessem a perder o direito a posse que tinham naquela região, toda sua família teria que se deslocar juntamente com ele.

Por outro lado, é perceptível a utilização da fragilidade esperada de figuras femininas para gerar, no leitor, a ideia de que um determinado despejo específico teria sido cruel ou excedido os limites do que era aceitável. Esta linha de argumentação pode ser percebida na seguinte linha do *Última Hora*: “uma senhora, de aproximadamente 40 anos, que não tem um dos braços, afirmava que da outra vez furtaram-lhe 10 mil cruzeiros e queimaram sua choupana” (ÚLTIMA HORA, 16/05/1963, p.3).

Pode-se notar neste trecho a junção de vários aspectos que procuram dialogar emocionalmente com o leitor: as informações de que se tratava de uma senhora que não tinha um dos braços e de que ela possuía uma choupana, não casa. São escolhas interessantes se notarmos que sequer seu nome é mencionado na reportagem.

Há, contudo, casos em que mesmo que se apresente a identidade das figuras femininas em questão, se objetiva, utilizá-la para esclarecer sobre a dor que se pleiteia relatar. Tomemos como exemplo Maria Ferreira Amorim, que sendo despejada de sua casa, ou cabana – de acordo com o jornalista – por um policial, não teve sequer o tempo de retirar o berço de seu filho. Da mesma forma, a senhora Ramira das Neves, cujo caso abordamos no capítulo anterior, e que teria uma lavoura cultivada juntamente com seu marido, sentia-se, então, desamparada. Ambas são apresentadas no jornal *Última Hora* do dia 12 de janeiro de 1963 em sua página 3 e contribuem para ilustrar a posição de vítima, ocupada pelos lavradores e lavradoras.

É notável que em tal matéria as únicas representantes do grupo dos trabalhadores rurais são estas duas mencionadas senhoras. Ao passo que os homens apresentados na mesma ocasião são o juiz, dois oficiais de justiça, o capitão da Polícia Militar responsável pela ação, o gerente da América Fabril, o delegado de Magé e um oficial do DOPS. A fragilidade presente nas figuras das trabalhadoras rurais mencionadas se contrapõe às figuras masculinas introduzidas como antagônicas a elas. A escolha de mulheres como representantes dos despejados reforça suas posições enquanto vítimas, a parte frágil neste processo.

Também foi detectada a existência de casos, e isto não pode ser esquecido, em que o casal foi apontado, lado a lado, enquanto vítimas de violência policial ou em ações de despejo, como se pode observar na matéria de 25 de outubro de 1960, a respeito da situação de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Vila Estrela, publicada no jornal *Última Hora*

O casal Francisco-Alzira Gomes de Almeida, residente nas proximidade de Vila Estrela, está relacionado entre as últimas vítimas dos “grileiros”. Contamos dona Alzira que seu marido se ausentara de casa, quando cerca de 12 homens, armados de facão e armas de fogo, invadiram suas terras destruindo plantações. Depois intimaram-na a abandonar sua casinha, acompanhada dos filhos menores. (ULTIMA HORA, 25/10/1960, p.18)

Figuras masculina e feminina são apresentadas, lado a lado, enquanto afetados pela ação daqueles que se declaram proprietários das terras em disputa. Contudo, que se tenha claro o fato de que, neste caso específico, somente a mulher estava presente na ação e apenas declarações dela foram apresentadas ao longo desta reportagem, de maneira que se pode entender que possivelmente o nome de Francisco é incluído enquanto “chefe” da família. De fato, a mesma figura feminina chega a declarar que “eles não respeitaram a ausência do meu marido”, corroborando a ideia de liderança masculina, aquele que seria capaz de fazer algo ou, em outra hipótese ainda, demonstrando que seria ele o principal afetado pelo despejo como se os elementos que a expulsaram, na verdade, estivessem esvaziando a casa de Francisco e não de Alzira.

Desta maneira, pode-se perceber a construção jornalística e até mesmo em documentos oficiais enquanto entrave para entender os papéis assumidos por mulheres lavradoras, uma vez que, não era comum se observar ou reproduzir as ações femininas enquanto ações preenchidas por firmeza ou força. Além do fato de que estas mulheres nem sempre tinham liberdade para agir, a função delas não era valorizada.

Foram assim frequentemente expressadas em papel de frágeis, quando lembradas, já que algumas das vezes sequer seus nomes eram identificados, conforme apontamos. E isto pode ser também percebido, além dos episódios já relatados, no caso do Ernesta Lopes da Silva,

que segundo o jornal *A luta democrática* de 18 de agosto de 1961, teria sido agredida com um facão por supostos jagunços dos alegados donos das terras em que se estabelecia, no, então, sexto distrito de Magé.

Contudo, alguns indícios conduziram esta pesquisa à defesa de que esta postura apresentada como padrão para o entendimento das mulheres que trabalhavam no campo até então, eram por vezes rompidas. Algumas personagens possibilitaram a interpretação de que estas mulheres frágeis, apresentada até então, não representavam a totalidade das mulheres das lavouras de Magé, ou sequer representavam as próprias mulheres cujos nomes apareciam nos jornais.

Dona Ana Alves de Oliveira exemplifica bem esta situação. No correr desta pesquisa, em um primeiro momento, ela foi identificada no jornal *Última Hora* do dia 08 de maio de 1963:

Uma senhora, D. Ana Alves de Oliveira, logo ao chegar no ponto principal de Cachoeirinha, chorou, quando encontrou sua choupana queimada e entre as cinzas procurava suas economias, que afirmou ter esquecido ali após o despejo decretado pelo juiz Mary Jr. (ÚLTIMA HORA, 08/05/1963, p.2)

Esta reportagem se apropria da imagem frágil para construção da posição dos que foram despejados. Na sequência, o repórter relata o caso de uma criança da mesma região que chega a desmaiar por falta de alimentos, ratificando esta hipótese da qual tratamos no capítulo anterior de que buscavam se apropriar da fragilidade atrelada a figura feminina na época, tal qual a da criança, argumentativamente para conduzir o leitor a tomar um lado nesta disputa.

Contudo, posteriormente, localizou-se o mesmo nome, Ana Alves de Oliveira, em uma segunda reportagem a respeito de lutas pela terra em Magé, especificamente em Cachoeirinha Pequena, publicada no mesmo jornal, mas no dia 06 de junho de 1963, ou seja, aproximadamente, um mês depois. Neste ponto, entende-se, nesta pesquisa, que existe a possibilidade de que se trate de pessoas homônimas, entretanto, julgou-se menos provável esta hipótese do que a de se tratar da mesma pessoa, uma vez que são apresentados nomes e sobrenomes e exercem a mesma atividade na mesma região.

Ao se assumir a interpretação de que se tratava da mesma pessoa foi significativa a mudança do posicionamento apresentado como atitude dela. Segundo o jornal, “Dona Ana Alves de Oliveira, de 55 anos, não abandonou sua choupana, quando os jagunços botaram fogo nos arredores, resistiu e expulsou-os, mesmo sem a ajuda de seu esposo” (ULTIMA HORA, 06/06/1963, p.2).

Na segunda ocasião, a mulher apresentada é dona de força e poder de resistência. Obviamente, que isto não significa que tivesse alguma conexão com movimentos de lavradores e lavradoras, mas que, talvez movida por emoções fortes, normais em qualquer pessoa que estivesse passando por situação similar a dela, agiu de maneira oposta a como foi apresentada anteriormente. E talvez o que chamou a atenção do jornalista para sua situação, na segunda situação, tenha sido exatamente o fato de seu posicionamento não se restringir a postura entendida como feminina à época, tornando o fato inusitado e publicável. Neste sentido, menciona-se que esta reportagem apontava para acontecimentos coletivos tal qual o fato de que várias casas teriam sido incendiadas, ou que 70 soldados da polícia militar se encaminhavam para a região, mas o caso de dona Ana foi citado individualmente.

Também releva a informação prestada de que ela agiu “sem a ajuda de seu esposo”. Sua ação, por si só, talvez não se destacasse se ela não tivesse assumido o protagonismo na defesa de sua casa. Atuou independentemente da figura masculina a que era atrelada e, justamente por isto, se destaca. Rompe, provavelmente sem intenção de fazê-lo, com a fragilidade esperada de uma mulher e assume a força que era esperada daquele que socialmente se supunha o líder da família.

Dona Ana, desta maneira, corrobora para a hipótese da atuação feminina nos conflitos desta região. Claramente, não seria fácil detectá-las por todos os fatores mencionados anteriormente, entretanto, saber que se manifestavam e que não eram figuras passivas sobre as quais recaíam as ações, mas praticavam-nas, tanto em seu cotidiano quanto em situações extremas em que estavam ameaçadas, é o primeiro passo para adotar a possibilidade de seu engajamento dentro destes litígios aqui tratados.

A partir dessa perspectiva, a reportagem de Oscar Cardoso e Pedro Braga, publicada na segunda página do *Última Hora* do dia 07 de junho de 1963, se torna importante amostra para análise. São três lavradoras mencionadas nesta reportagem, Maria José Seabra, Florisbela Santos e uma chamada de Maria da Conceição.

Maria José Seabra é apresentada como alguém que, juntamente com seu companheiro, João Pedro de Souza, viu um filho morrer de fome, de acordo com o jornal, e, poucos dias depois, estavam sendo despejados. Apesar de toda a dor que esta imagem remete, bem como a aparente intenção de apresentá-la enquanto alguém fragilizada, esta mulher se destacou também pelo fato de que durante esta pesquisa, encontrou-se o nome de Maria José Seabra novamente em uma outra ocasião, no jornal *A Luta Democrática*

Quando o deputado Adão Pereira Nunes se preparava para falar, uma camponesa presente sofreu um desmaio e foi prontamente atendida pelo parlamentar, que é médico. Contatou-se, então, que o desmaio fora causado pela fome, revelando seu companheiro que ela era integrante do grupo de lavradores despejados da Fazenda Cachoeirinha, em Magé, e há dois dias não se alimentava.

Com os socorros médicos do deputado Pereira Nunes e com a ingestão de alguns alimentos providenciados pelo presidente da Federação dos Lavradores, Pedro Rodrigues, dona Maria José Seabra foi-se recuperando aos poucos. (A LUTA DEMOCRÁTICA, 12/06/1963, p.5)

A reportagem abordava uma assembleia ocorrida na associação de lavradores e lavradoras de Duque de Caxias, em que, segundo o jornal, estavam presentes diversos e diversas líderes de movimentos rurais de vários lugares, dentre os quais o representante de Cachoeirinha Pequena, José Francisco dos Santos, juntamente com Artur Leão Feitosa, diretor da SUPRA, Paulo Valente, apresentado como secretário do deputado Tenório Cavalcanti, o mencionado deputado, Adão Pereira Nunes e o advogado da Associação de Lavradores. Durante este evento, então, teria acontecido o desmaio da senhora Maria Seabra.

O fato de a referida mulher estar presente em tal ocasião, apesar de não confirmar seu engajamento com qualquer movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, passa a constituir um forte indicativo de tal fato, o que é de grande relevância.

A respeito da segunda mulher citada na abordada matéria do *Última Hora*, dona Florisbela Santos é apresentada como uma senhora de 87 anos de idade, que destaca-se por linha argumentativa. Trata-se de uma senhora, de idade, e segundo o jornal, discursa dentro de um pensamento católico, dizendo ao capitão Luiz Gonzaga, da Polícia Militar que “o papa João XXIII, começou sua pregação de unificação dos povos. Disse que ninguém tem o direito de manter o direito de propriedade enquanto outros morrem de fome” (ULTIMA HORA, 07/06/1963, p.2).

Impregnada de suas próprias crenças, se apoiando em um discurso de autoridade que não afrontava os padrões morais da época, esta senhora se destaca por assumir postura ativa e, aparentemente, buscar enfrentar seus problemas. Efetivamente, não é construída, a seu respeito a imagem de fragilidade passiva que se poderia esperar de uma senhora com mais de 80 anos.

Por fim, a terceira figura feminina apresentada na matéria publicada no *Última Hora* é identificada apenas como Maria da Conceição, uma senhora apresentada como viúva, mãe e lavradora. Infelizmente, a respeito desta mulher não é apresentado idade ou sequer seu sobrenome. Contudo, o que chama atenção nela, é sua atitude. Conforme texto do periódico:

A viúva Maria da Conceição que trabalha na enxada para criar dois filhos menores, fincou uma bandeira brasileira em sua posse e, ao seu lado resistiu até que um soldado a arrancou de junto ao pavilhão nacional à força. “Um dia, nem que seja pelas armas, nós teremos terras para plantar”, foram as palavras de Maria da Conceição, ao sair arrastando as suas crianças que choravam de medo (ULTIMA HORA, 07/06/1963, p.2).

Através desta descrição não é possível saber se existe ou não um comprometimento por parte da mulher com algum posicionamento político ou movimento. Contudo, sua postura ao se apegar a um símbolo como a bandeira nacional, bem como falar abertamente na conquista de terras para plantar através das armas, nos mostra a possibilidade de que, de algum modo, ela teria participado em algum momento, caso não estivesse engajada naquela época, de algum grupo militante em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ou, caso não, de algum grupo político.

Não se pode, nesta pesquisa, descartar a hipótese de que fosse uma mulher, novamente, agindo conduzida pelas fortes emoções a que estava submetida naquele momento. Contudo, seu ato de fincar a bandeira, não parece remeter a alguém que esteja apenas tomando atitudes emotivas. Da mesma forma a objetividade de seu discurso parece encarnar o lema da “Reforma Agrária na lei ou na marra”, fortemente incorporado pelos movimentos de defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais desde o Congresso de Belo Horizonte, que aconteceu em 1961.

Além do que, também se deve destacar a leitura que os jornalistas fazem, desta mulher arrastando suas crianças, amedrontadas. A imagem construída, depõe contra os escritores, que parecem, de alguma maneira, questionar sua própria maternidade.

Desta maneira, nas disputas pela terra detectadas no município de Magé, não foi possível localizar, em um primeiro momento, figuras claramente ligadas aos movimentos de lavradores e lavradoras neste município. Entretanto, valorizamos os indicativos expressos por meio de personagens como Ana Alves, Maria José Seabra e Maria do Conceição, que possivelmente militavam, de alguma maneira, nestes litígios. Indo além, figuras como Terezinha Vilanova e Maria da Conceição chegam a sugerir que o papel da mulher na luta pela terra desta região se construísse de maneira diferente do que se dava em Pedra Lisa. Aparentam engajamento e atuação relevante dentro da existente contenda.

Lavradoras de Xerém: Marias, Rosas e Antônias...

A princípio, a análise feita a respeito do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais na região de Xerém se baseou em investigação semelhante a realizada com

organizações similares em Pedra Lisa e Magé. Separamos como amostra 145 reportagens publicadas nos jornais *Última Hora*, *A Luta Democrática* e *Imprensa Popular*, entre os anos 1948 e 1964.

O total de homens elencados durante a pesquisa foi de 316, ao passo que percebemos 41 mulheres que em algum momento tiveram contato com as organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região estudada, ou seja, apenas 11,48% do total de pessoas identificadas eram representados por figuras femininas. Ao observar o número de lavradores e lavradoras percebidos, tratam-se de 142 homens e 24 mulheres, ou seja, 14,45% do total são mulheres. Considerando os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Xerém, estes aparecem em número de 111 e 23, respectivamente, sendo as mulheres 17,16% deste total.

Logicamente, há que se considerar todas as possibilidades de erro baseadas em uma listagem que avalia nomes, conforme foi apontado anteriormente. Ainda assim, a expressiva diferença destes números é algo a ser notado sob a perspectiva da questão da representatividade feminina, muito antes de ser analisada como números que demonstrem a totalidade de mulheres e homens engajados nestes movimentos.

Além disto, devemos levar em consideração que no caso de Xerém houve uma proximidade com uma organização chamada Associação Feminina Fluminense, apresentada no capítulo anterior, e cuja sede encontrava-se em Niterói, o que propiciava uma maior interação entre mulheres militantes em causas sociais distintas. Antes de apresentar as trabalhadoras rurais de Xerém detectadas por esta via, contudo, tentaremos expor a respeito das personagens femininas localizadas ao analisar o movimento de lavradores e lavradoras da região.

Na posição antagônica aos trabalhadores e trabalhadoras rurais dentro desta disputa pela terra foram observados três nomes femininos, a primeira personagem mencionada é Carolina Leite Bittencourt que teria, de acordo com *A luta democrática* publicado em 26 de outubro de 1954, vendido a região conhecida como Fazenda Capivari, em Xerém. Carolina não chegou a ser acusada de perseguições aos lavradores e lavradoras como o foi seu sucessor, Augusto Ferreira Leitão.

Além dela, posteriormente, surge a figura de Carmem Murinho, viúva de Mario de Almeida e, por esta razão, sua herdeira. Mario de Almeida já vinha sendo denunciado por lavradores e lavradoras em jornais sob a acusação de grilagem e arbitrariedades. As disputas pelas terras ditas de seu espólio continuam e ocorre sentença favorável à Carmem, emitida pelo juiz Ari Pena Fontele, que concedeu o despejo de 150 famílias “para que a viúva de Mario de Almeida seja a dona única das terras” (IMPRESA POPULAR, 23/01/1955, p.8).

Os litígios com esta mulher perduraram e conduziram a situações, como a iminência de despejo mencionada.

Para mais, uma mulher de nome Fé Augusta também é apresentada como proprietária das terras da Fazenda São Lourenço no jornal *A Luta Democrática*, nos dias 19 e 22 de agosto de 1961. No entanto, ela não é retratada como alguém que tivesse em afrontamento direto com os trabalhadores e trabalhadoras rurais. De fato, suas terras se encontravam arrendadas para um italiano de nome Antonio Strufaldi, o qual, sendo despejado por Fé Augusta, estaria tentando despejar os lavradores e lavradoras. E este despejo, sim, teria gerado grande comoção e uma ampla reação de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Além das apresentadas, algumas outras mulheres foram identificadas na pesquisa, mesmo sem ter ligação direta com o movimento de lavradores e lavradoras, justamente porque haviam tido contato com ele por ocasião de algum evento ou acontecimento específico. É o caso de Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Riod Sarandy. A primeira esteve junto dos trabalhadores rurais de Xerém por ocasião de uma Comissão de defesa do Petróleo, cuja reunião teria acontecido em São Bento, Duque de Caxias. Riod, por outro lado, é apresentada pelo jornal *Imprensa Popular*, em 10 de maio de 1955, como rainha do sindicato dos marceneiros e estaria trabalhando em uma campanha para arrecadar fundos para enviar aos lavradores e lavradoras de Xerém, diante de toda a dificuldade que vinham enfrentando em razão dos despejos.

No que se refere às lavradoras identificadas durante este processo, procuraremos apresentar as situações em que se destacaram e a maneira como foram apresentadas. As primeiras duas figuras femininas que identificamos, ao procurar conhecer melhor a Associação de Lavradores Fluminense localizada em Xerém, foram Eunice Pureza, filha de José Pureza, com 15 anos de idade na época, e Olinda Maria da Conceição, uma jovem de 16 anos da região. Ambas concorriam ao título de Rainha do *Imprensa Popular*. A publicação em que eram indicadas tratava de uma pequena entrevista em que ela se posicionavam a respeito da importância do jornal e das dificuldades do lugar em que moram.

Olinda se apresenta como alguém que não sabe ler, mas diz que gosta quando as pessoas leem o jornal para ela, pois “ensina a gente a se defender dos grileiros” (IMPRESA POPULAR, 12/12/1953, p.8). A, então candidata ao título de rainha, relata que a pior coisa do Km 43, local em que vive, é a falta de escolas, pois tem muita vontade aprender a ler.

É interessante perceber que ela aponta a questão do analfabetismo e o fato de alguém lhe ler o jornal. Isto se preenche de ainda mais relevância quando ela defende que o jornal ensina os lavradores e lavradoras a se defenderem dos grileiros e grileiras. Não diz,

simplesmente, que os jornais lhes informam. É possível interpretar, a partir de então que o meio em que vivia era composto por militantes e, mais que isso, que a necessidade de agir e se defender lhe parecia uma opção provável.

Além de Olinda, o *Imprensa Popular* também fez perguntas semelhantes a Eunice Pureza. Se tratando da filha de um dos líderes do campo no estado do Rio de Janeiro que mais veio a se destacar, já se imagina que ela estivesse inserida, ainda que involuntariamente, em um meio de pessoas militantes. Ao responder as perguntas, ela disse que o jornal os auxilia “na luta contra os que querem tomar nossa terra”. Ela afirma ainda, que gostaria que o periódico tivesse uma seção dedicada aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, e complementa que “a letra da parte dedicada aos camponeses deve ser maior porque no campo a luz é muito ruim e o povo não tem boa vista”. Além disto, ela deixa claro seu posicionamento a respeito do policiamento instalado no km 43, dizendo que

A polícia foi mandada para lá com a desculpa de manter a ordem, mas o que tem feito é aterrorizar todas as pessoas, criando um ambiente muito mau para que os camponeses abandonem estas terras cobiçadas pelos grileiros. Mas não estamos dispostos a entregar a terra, e, de maneira alguma sairemos. A polícia é que tem que sair do quilômetro (IMPRESA POPULAR, 12/12/1953, p.8).

Tal discurso de resistência, partindo de uma figura feminina jovem, possibilita a interpretação de que este comportamento não fosse algo atípico para mulheres do mesmo contexto em que Eunice e Olinda estavam inseridas. Não afirma-se, aqui, no entanto, que fosse comum ou majoritário, mas, sim, que possivelmente outras mulheres já expressassem postura semelhante, tanto que ambas as meninas abordavam o tema da necessidade de fazer oposição à polícia ou aos grileiros.

Na mesma matéria ainda, é apresentada uma terceira menina, Dometila. Esta, entretanto, não era proveniente de Xerém, mas sim, de Belford Roxo. Ela era mais jovem que as outras duas candidatas, tendo apenas 12 anos. Dometila frequentava a escola e ao ser questionada sobre as coisas boas e ruins de sua região, ela diz que a melhor coisa é o cinema e a pior é a “falta de boas moradias”. Além disto, quando questionada a respeito do que pensa do jornal, ela diz que “o jornal devia ter além das boas coisas que publica, contos para crianças, modelos de vestidos e conselhos de beleza para as moças” (IMPRESA POPULAR, 12/12/1953, p.8).

Tendo em conta o fato de que a última menina é a mais nova de todas, além do fato de morar em área aparentemente mais urbanizada, uma vez que contava com escolas e, o que se destaca ainda mais, um cinema. Seu discurso dá a entender que ela, aparentemente, está menos exposta a um contexto de disputas por terra.

Figura 9: Foto de Olinda, Eunice e Dometília



Fonte: *Imprensa Popular* em 12/12/1953, página 8.

Nova matéria envolvendo Eunice é publicada em 05 de novembro de 1954, ou seja, menos de um ano depois, em que é mostrada a escolinha Castro Alves, mantida pela ALF, tendo 28 alunos e uma professora, justamente a referida jovem. Isto é, ainda que sem instrução formal, ela se engajava nos projetos da associação, tal qual a escola, além do próprio concurso do jornal abordado anteriormente.

Além das jovens, outras mulheres também foram identificadas ao longo desta pesquisa. Algumas das quais, não tendo sequer seu nome mencionado. É o caso da esposa de Francisco José da Silva, que compunha a direção da ALF. No dia 02 de novembro de 1954, é publicada no *Imprensa Popular* uma nota emitida pela Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem repudiando as atitudes dos policiais que prenderam Francisco José, “que se encontrava à cabeceira de sua esposa, gravemente enferma, acometida de pneumonia dupla” (IMPRESA POPULAR, 02/11/1954, p.8).

A mulher é apresentada, nesta situação enquanto extensão do homem e o fato de estar doente intensifica o caráter errado de sua prisão, sem se questionar o que aconteceria com a mulher em decorrência do mesmo evento. Basta notar que o enfoque não se dá a partir de uma senhora adoentada que tem seu marido preso e, por razão disto tem que cuidar dos filhos, sozinha, nestas condições. Mas ao contrário, a perspectiva adotada é a do homem retirado de junto de sua esposa para ser preso. Em ambas as situações a imagem denotaria a posição do lavrador e lavradora enquanto pessoas fragilizadas.

Neste sentido, também há outras reportagens em que as mulheres são expostas tão vítimas quanto os homens da região. É o caso, por exemplo, de dona Leontina. O jornal *Imprensa Popular*, nos dias 06 e 07 de maio de 1955, publica que lavradores e lavradoras teriam sido assaltados e assaltadas por policiais em Xerém e junto à notícia colocam uma lista dos trabalhadores e trabalhadoras rurais prejudicados e prejudicadas, bem como o que eles e elas perderam na ação. O nome de dona Leontina aparece ao lado dos nomes de cinco outros lavradores, todos homens.

A história de Dona Rita de Souza Monteiro, moradora da região conhecida como Taboleiro, também foi incluída ao lado da história de outros lavradores, quando *A Luta Democrática* publicou, no dia 11 de novembro de 1961 sobre as arbitrariedades cometidas durante os despejos de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Xerém.

E não foi apenas enquanto vítimas que mulheres foram apontadas em posição similar a de homens nas publicações a respeito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Xerém. Dona Alaíde Costa Azevedo, por exemplo, foi mostrada juntamente com Valdelio Gomes da Costa e Saturnino Florentino, quando estiveram na redação do *Imprensa Popular* denunciando os abusos de autoridade cometidos na Fazenda Piranema²⁷.

Igualmente, em 03 de março de 1956 o mesmo periódico anuncia que dois lavradores e uma lavradora foram à sede do jornal denunciar a perseguição de grileiros e grileiras sofrida pelos lavradores e lavradoras de Xerém quando estabelecidos em Casimiro de Abreu, após serem despejados. Embora o jornal tenha publicado foto, ele não cita o nome dos denunciantes, apenas que se tratava de dois homens e uma mulher.

²⁷ *Imprensa Popular*, 01/12/1954.

Figura 10: Lavradores e lavradora na redação do Imprensa Popular.



Fonte: *Imprensa Popular* em 03/03/1956, página 6.

Outra situação semelhante se deu quando, em 19 de agosto de 1961, *A Luta Democrática* publicou uma peça processual que compunha o processo de despejo na Fazenda São Lourenço, em Xerém. O, então deputado, Tenório Cavalcanti representava os lavradores e lavradoras como advogado e, no início, elencou os seus representados e representada, dentre os quais, Clementina de Souza.

Um caso curioso, percebido durante esta pesquisa, foi o de dona Maria Luiza Nunes. Esta senhora é mencionada em três reportagens, duas do *Imprensa Popular* e uma do *Última Hora*. Nas duas primeiras, publicadas em 25 e 28 de junho de 1955, é apresentada como senhora de 82 anos que havia sido despejada de suas terras. No dia 28 de junho, afirma-se que ela participou da Assembleia Nacional das Mães, denunciando, por meio de sua história, as violências sofridas pelo povo dos campos fluminenses.

Contudo, em 25 de janeiro de 1962, o *Última Hora* relata que ela se dirigiu à redação do periódico acompanhada de Luiza Pereira Duarte. Nesta ocasião, o jornalista a identifica como uma anciã de 132 anos que sofre violências por parte dos policiais, o que inclusive, está exposto na manchete escolhida para matéria, a qual enuncia, na segunda página do jornal, “Xerém: Policiais e Grileiros espancaram anciã de 132 anos”.

Ainda que não se tenha como verificar a idade desta idosa, acredita-se, nesta pesquisa, que este tenha sido um artifício usado pelas mulheres que foram à sede do periódico para chamar atenção para o que estava acontecendo. É duvidoso o fato de que alguém pudesse exceder tanto a expectativa de vida, vivendo em situações tão precárias, sem acesso médico, exposta a violências constantes. Provavelmente se tratava de uma idosa que estava beirando

os 90 anos ou, até mesmo, tivesse um pouco mais de idade do que isso. Deduziu-se tal fato, aqui, a partir da idade apresentada no jornal *Imprensa Popular*, cinco anos antes.

É notável, ainda, que em sua biografia, Josefa Paulino fala que a Comissão de Mulheres de Piranema possuía uma mulher crente, cujo nome era Maria Luiza e cujos bisnetos já estavam casados, razão pela qual deduzimos se tratar da mesma pessoa. Assume-se possível, portanto, a interpretação de que esta figura efetivamente era engajada na militância, apesar de sua idade.

Na mesma edição do *Última Hora* ainda, dizia-se que sua acompanhante, Luiza Pereira Duarte, era presidente da Associação de Lavradores de Xerém, fato que não conseguiu-se apurar nesta pesquisa, por não termos localizado qualquer outra menção a esta personagem em periódicos ou arquivos policiais. Mas independente da veracidade de tais fatos, a análise que pode ser extraída da situação é que a atuação das duas mulheres se deu de maneira destemida, não apenas indo à redação do jornal desacompanhadas de figuras masculinas para realizar as denúncias, mas até mesmo de chegar no local que procuravam e dizer o que julgavam necessário, fosse o caso, para conseguirem a notoriedade que precisavam para sua situação.

Em 1963, um levante de lavradores e lavradoras ocorrido na região do Capivari, em Xerém, também ganhou grande notoriedade por parte da imprensa. De acordo com *A Luta Democrática* de 21 de junho de 1963, tratava-se de um grupo encabeçado por uma figura conhecida como Padre Aníbal e que teria levado a tal situação crítica, juntamente com Antônio José de Matos, um ex-militar, conhecido como Capacete Verde.

Conforme edição do *Última Hora* do dia seguinte, padre Aníbal teria declarado que o grupo não seria nem de direita nem comunista, mas que apenas lutava por terra. Na mesma edição, a FALERJ, por meio de José Pureza e Pedro Rodrigues, se pronuncia condenando a ação. Não havendo relação entre os dois grupos, ao que parece.

Nesta ocasião, duas mulheres são mencionadas, Maria Ester Vieira, que seria esposa do ‘Capacete Verde’, mas sobre quem não há informações mais profundas e Dalva Mesquita. No dia 21 de junho de 1963, o *Última Hora* noticia que o grupo de padre Aníbal teria assaltado duas casas de armas no município de Duque de Caxias e os comandantes desta operação seriam Dalva e Osmar, de sobrenome não identificado na ocasião. Ocorre que segundo o mesmo jornal, na já mencionada matéria do dia 22 de junho de 1963 em que a FALERJ denuncia o grupo, é publicado que

Pureza, após isentar de culpa no assalto ao depósito de armas, os lavradores Osmar e Dalva, ‘que no momento estão como prisioneiros de Aníbal’, destacou que estão sendo cometidos diversos assaltos na zona conflagrada, frisando que os lavradores que ali trabalham são alertados para que não participem na rapina (*Última Hora*, 22/06/1963, p.2)

Com isto, o líder dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Estado do Rio de Janeiro, por meio da FALERJ, procura afastar o movimento ocorrido no Capivari da imagem de lavradores e lavradoras locais, com destaque para o fato que procura isentar especificamente Dalva e Osmar do crime atribuído a eles. Tal defesa torna possível duas hipóteses: a de que Pureza esteve em contato com os lavradores e lavradoras presentes no Capivari, e a de que ele, por alguma razão, desacreditava que estas pessoas tivessem cometido tais crimes ou queria defender a imagem destas. De fato, é provável que ele conhecesse previamente Dalva e Osmar, dada sua liderança nos movimentos rurais do estado. Conforme observamos no *Última Hora*, uma lavradora de nome, Maria Felix, em seu depoimento teria contado que

O padre, na presença da senhora Dalva Mesquita, tesoureira da Associação de Lavradores do Capivari, ordenara a seus comandados que “passassem fogo na polícia” caso esta ousasse entrar na região conflagrada. Ainda na casa de D. Dalva viu padre Aníbal guardar em um cômodo grande quantidade de gêneros alimentícios saqueados do armazém de propriedade do sr. Piteira. Nesse momento, D. Dalva reprovou a atitude do revolucionário de batina, que se desculpou dizendo que não mais prosseguiria os saques. Também o sr. Osmar, marido de D. Dalva, recriminou o padre pelo roubo de 60 bois do fazendeiro, Manoel “português”. Na ocasião, o padre irritou-se, ameaçando-o de morte. Para escapar com vida, foi preciso que Osmar se refugiasse num matagal, de onde só saiu ao ser informado da prisão do padre (*Última Hora*, 27/06/1953, p.7).

O fato de que Dalva era tesoureira da associação de lavradores e lavradoras local, possibilita o entendimento de que ela realmente tivesse algum contato com as lideranças regionais, tal qual Pureza, que além de tudo, ainda era proveniente dos campos de Xerém. Além disto, podemos notar, que nos dois fragmentos são mencionados os saques como algo reprovável e que não inclui os lavradores e lavradoras locais.

Não foi possível apurar em que medida, Dalva e Osmar se comprometeram com o movimento de Padre Aníbal ou foram apenas reféns da situação, contudo, parece claro que ambos se engajavam de alguma maneira na militância rural do estado, sendo Dalva, inclusive apresentada como tesoureira da Associação de Lavradores local, de maneira que se torna claro a militância feminina engajada a grupos, nas lavouras de Xerém, ainda que minoritária, ou até mesmo excepcional.

Além dos casos apresentados até então, também foi possível detectar a presença feminina nos movimentos de lavradores e lavradoras de Xerém por outra via que não fosse o aprofundamento nas pesquisas a respeito da Associação de Lavradores: através dos dados coletados sobre a Associação Feminina Fluminense, AFF. Com frequência, identificou-se que a participação de trabalhadores e trabalhadoras do campo nesta organização era representada por lavradoras de Xerém.

Conforme publicado em 27 de setembro de 1953 no *Imprensa Popular*, à AFF “lança-se a tarefa de organizar a representação do estado do Rio à III Assembleia Nacional de Mulheres”. Em tal ocasião é exposto o nome das delegadas escolhidas para o evento, dentre as quais Josefa Paulino da Silva, Maria Antônia de Oliveira e Rosa Marcelino de Souza. Já em 29 de junho de 1955, o mesmo jornal publica nova lista de delegadas do estado do Rio em que são apontadas Maria Amélia da Silva e Josefa Paulino da Silva como líderes rurais, para evento da AFF.

Quanto a Maria Antônia de Oliveira, além de estar presente na mencionada ocasião, ainda se encontrou seu nome em notícia do jornal *O dia* em 03 de dezembro de 1953, quando uma comissão de lavradores e lavradoras de Xerém foi à redação deste jornal denunciar casos de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais por parte dos grileiros e grileiras. Ainda que tal jornal não esteja incluído na amostragem inicialmente selecionada para esta pesquisa, sentimos necessidade de buscá-lo em função da pasta de ‘informações sobre pessoas’, localizada no arquivo de Polícia Política do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) em virtude de busca nominal sobre Maria Antônia de Oliveira. Neste sentido, portanto, parece possível a interpretação de que esta mulher também tomava parte na luta pela terra em sua região.

No dia 29 e 31 de outubro de 1954, o *Imprensa Popular* noticia a invasão da sede da Associação de Lavradores, em Xerém pelos grileiros

Augusto Ferreira Leitão, grileiro [...] subornou o tenente Severino Guerra e o “tira” Olindo Aceti e invadiu a Associação de Lavradores Fluminense, prendendo todos os seus diretores e vários associados, inclusive quatro mulheres, sob a alegação de tratar-se de “perigosa célula comunista”. (IMPRESA POPULAR, 29/10/1954, p.8).

O jornal destaca as mulheres presas, porém sem mencionar seus nomes, nas duas ocasiões em que veicula tal notícia. Por todas as similaridades relativas à invasão à sede da ALF, a alegação de que se tratava de célula comunista e as prisões de muitas pessoas ao mesmo tempo, além das proximidades das datas, acredita-se, aqui, que também *A Luta*

Democrática publicou o acontecido no dia 26 de outubro de 1954, expondo os nomes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais presos.

É neste ponto em que há divergência entre as notícias. Segundo a notícia do jornal caxiense, dez mulheres foram presas nesta ação policial: Mercedes Lima, Terezinha de Jesus, Lourdes de Oliveira, Maria Henrique da Silva, Maria da Conceição, Maria Madalena Amaral, Luiza Josefina Amaral, Maria Amélia da Silva e Rosa Marcelino de Souza. Os presos pelos policiais locais não permaneceram assim depois que chegaram a Niterói, de acordo com *A Luta Democrática*, pois o delegado desta cidade não teria aceitado mantê-los lá.

Em 08 de abril de 1954, o *Imprensa Popular* publica um memorial feito por lavradores e lavradoras de Xerém solicitando para que o Brasil reestabeleça as relações comerciais com a União Soviética. Neste episódio, as mulheres que assinaram tal documento foram Maria Rita de Jesus, Terezinha da Jesus Amaral, Lourdes de Oliveira, Lisiara dos Santos, Mariana Henrique da Silva, Maria da Conceição, Maria Madalena Amaral, Paulina Liberato, Mercedes Lima, Maria Amélia da Silva e Rosa Marcelino.

Note-se que boa parte dos nomes se repetem, com exceção de Maria e Mariana Henrique, que caso não sejam a mesma pessoa com algum erro de transcrição envolvido na redação de um dos jornais, possivelmente pertençam a mesma família, e Maria Rita de Jesus, que assina o memorial, mas não é presa na ação contra a ALF. Esta repetição em distintas ocasiões denota indicativo de que estas mulheres estivessem integradas na militância do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais de alguma forma. Além disto, referente à Maria Amélia da Silva e Rosa Macelino de Souza, elas também aparecem em alguns eventos da AFF, conforme mencionado anteriormente e em outras situações.

Conforme a biografia de Josefa Paulino, existiam associações e comissões de mulheres em diversos núcleos espalhados por Xerém. Aqui, se aponta que as primeiras eram organizações maiores do que as outras, com maior número de integrantes. Na região de Piranema, então, o que existia era uma Comissão. Neste sentido, é interessante notar que em 04 de abril de 1954, o *Imprensa Popular* publicou um memorial emitido pela União Feminina de Piranema direcionado ao presidente da república, em que repudia as violências praticadas por policiais e grileiros. Não há o nome das assinantes do documento.

Mesmo que apareça com nome diferente, acredita-se tratar da mesma organização feminina que Josefa menciona ter existido no Piranema. Em sua biografia, diz-se que compunha esta organização, Maria Amélia, o que pode também pode ser visto na revista *O Momento Feminino*, de 1954, em que ela e Rosa contam as dificuldades que a população local sofria por falta de escola e hospital, mencionando, inclusive, a dificuldade de dar a luz na

região. Falam também da criação de uma Associação Feminina em Piranema, em que ambas participam.

A presença de Maria Amélia, portanto, foi aferida em diversos momentos: na prisão dos lavradores por ocasião de invasão da sede da ALF, no memorial pedindo reestabelecimento do comércio com a união soviética e é apresentada como líder rural do estado do Rio quando da Assembleia Nacional das Mães. Além disto, existe prontuário em seu nome no arquivo de Polícia Política da APERJ, contudo, o conteúdo deste se limita a uma manifestação da AFF em prol da Convenção pela Emancipação que ela teria assinado. Ao que tudo indica, Maria Amélia era mulher amplamente engajada na militância, segundo a biografia de Josefa Paulino, “sua grande companheira de lutas”.

Além dela, Rosa Marcelino também é outra figura que se tornou frequente nesta pesquisa. É mencionada nas mesmas ocasiões em que apontamos a presença de Maria Amélia nos periódicos analisados. Além disso, Rosa é identificada também no jornal *Voz Operária* de 10 de outubro de 1953. Apesar deste periódico também não constar dentre os que buscamos para análise até o presente momento, é relevante citá-lo, pois inclui uma matéria a respeito desta lavradora. Relata-se que ela, apesar de ter cursado apenas dois anos escolares, era a professora dos filhos dos outros lavradores, uma vez que sabia as letras e era capaz de ler.

Para mais, o referido jornal aponta ainda que por ocasião da Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em 1953, Rosa juntamente com Maria Antônia de Oliveira, apresentada anteriormente, e Julio Augusto Correia, foi eleita delegada da região para o evento. Percebemos que, ao menos neste ponto, são apontadas duas mulheres e apenas um homem.

Parece natural assumir que existia uma militância feminina vinculada ao movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Xerém atuante e com algum espaço, ainda que fosse minoria e respeitando os padrões da época para a divisão dos papéis entre homens e mulheres. Além do mais, destaca-se o engajamento com movimentos femininos o que pode ter sido facilitado pela militância ativa da personagem de Josefa Paulino.

Comparativo entre Pedra Lisa, Magé e Xerém

Em análise dos números gerais pode se observar que Pedra Lisa foi a região em que, proporcionalmente, se detectou o menor número de mulheres ao longo das reportagens. Sendo as figuras femininas 6,54% do total de nomes verificados daquela localidade e quando se

tratava apenas dos lavradores e lavradoras de Pedra Lisa as mulheres compuseram 9,48% dos nomes detectados.

Enquanto isto, em Magé os nomes femininos elencados corresponderam a 10,36% do total e 20% dos lavradores e lavradoras mageenses identificados. Em Xerém, foram 11,48% do total os nomes femininos, ao passo que quando se tratava apenas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais desta região, as mulheres foram 17,16% dos nomes detectados.

Exatamente porque as proporções eram próximas e notadamente o número de homens representando o coletivo era consideravelmente maior do que o de mulheres em todas as regiões, foram os casos individuais que nos permitiram averiguar diferenças e, ao mesmo tempo, semelhanças das situações pelas quais passavam as mulheres nestes lugares.

Pedra Lisa foi o único dos três lugares em que se conseguiu visualizar, em publicações das mídias da época, chapas eleitas, com os nomes de cada pessoa que deveria compor qual cargo. E nestas ocasiões, nenhuma mulher esteve indicada. Em sentido contrário, mesmo sem conhecer a totalidade da composição da direção da Associação de Lavradores, em Xerém houve indícios de que ao menos uma mulher integrou este tipo de liderança, através da função de tesoureira, conforme foi percebido no caso de Dalva Mesquita.

Além disto, em Magé, onde também não chegou-se a perceber a totalidade da composição da liderança da associação de lavradores e lavradoras, indícios foram percebidos de que Terezinha Vilanova ocupou posição de liderança – ainda que não eleita ou institucionalizada – dentro do conflito agrário que se desenrolava em Magé. De fato, ela é apresentada como figura chave num dado momento.

Nas três seções da pesquisa, foram percebidas figuras femininas externas ao universo agrário, que eram apresentadas enquanto participantes de eventos políticos, bem como esposas de personalidades da época. Além disto, mulheres também ocuparam a posição antagônica aos posseiros e posseiras, sendo inclusive acusadas das violências praticadas contra os lavradores e lavradoras.

Ainda assim, estas, chamadas grileiras, quase sempre eram apresentadas em suas relações com algum homem. No caso de Duquesia Paes, em Pedra Lisa, era constantemente apontada enquanto assistida por seu advogado, Fernando Brigagão. Em Magé a única exposta desta maneira foi Iracy Maria Porto, esposa de Paulo Sanmartin. E, por fim, em Xerém, Carmem Murtinho era sempre apresentada enquanto viúva de Mario de Almeida.

No entanto, não foram apenas as mulheres que ocupavam o lugar de grileiras que eram vinculadas a homens quando apresentadas. De fato, algumas mulheres não chegavam a ter

sequer seu nome publicado, eram identificadas apenas através das relações que mantinham com algum homem.

As lavradoras que apresentaram relação clara com movimentos rurais, propriamente ditos, não foram detectadas em Magé, sendo que em Pedra Lisa, encontramos em Sebastiana Xavier, eleita Rainha da Sociedade de Lavradores e Posseiros, bem como em Iracema Porto, por meio de sua atuação em comissão de organização de eventos e comissão de festejos, com probabilidade de que estivessem vinculadas ao movimento.

Se por um lado, em Magé não foram encontrados indícios de que estas mulheres tivessem conexão com a Associação de Lavradores, por outro, encontramos imagens de mulheres resistentes às situações adversas, tal qual dona Ana Alves, bem como mulheres que pareciam inspiradas em ideias políticas ao resistir, tal qual Maria da Conceição.

Em Xerém, além de sinais de vínculo com os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de nomes femininos ligados à diversas ações da Associação de Lavradores, chegando, inclusive, a ter mulheres presas quando da invasão por grileiros e grileiras à sede do movimento, houve, ainda, a via da AFF, composta por mulheres de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro.

Ademais, experiências de Uniões, Comissões ou Associações femininas em Xerém, sobretudo na região de Piranema, foram detectadas. Dessa forma acreditamos que isto pode se relacionar com a própria influência de Josefa Paulino e sua participação na AFF. A respeito desta associação, é perceptível que mulheres de Magé a compunham, e isto foi detectado neste movimento. Contudo, as mageenses representavam, via de regra, sindicatos têxteis. Uma hipótese para a não participação de lavradoras de Magé na AFF, talvez seja a organização tardia, quando comparada à Pedra Lisa e Xerém, do movimento rural neste município.

A atuação feminina dentro destes grupos era existente. Atuavam cuidando de alimentos e arrecadando fundos, colaboravam em festas e se preocupavam com os problemas que atingiam a casa e a família como um todo, sofriam na pele as consequências violentas das disputas agrárias, estavam imersas nos eventos, agiam. Estavam lá. Participaram, militaram, resistiram e demandaram o que acreditavam. Os movimentos rurais das estudadas localidades não se restringiam a homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa foi possível constatar diferenças e similaridades entre os três grupos estudados. A influência do Partido Comunista certamente se destaca, contudo, ela não faz com que as trajetórias dos movimentos sejam equivalentes, sobretudo no que se refere à inserção feminina nestas demandas por pautas que defendiam os interesses de lavradores e lavradoras. O diálogo entre os grupos, no entanto, existiu e se intensificou a partir de 1961.

A respeito dos papéis femininos dentro do ocorrido, é de grande relevância contextualizar o que era ser mulher no período abrangido por esta pesquisa. Este ponto é fundamental para que se entenda os requerimentos feitos pelos grupos femininos, bem como os limites das militâncias das mulheres, que precisavam, em um primeiro momento garantir o cuidado com as casas e os filhos, para, então, terem a possibilidade de conciliar seu tempo para participar ativamente das demandas pelos interesses da família.

Para mais, não devemos esquecer dos momentos em que elas próprias e seus filhos eram absorvidos para o interior dos conflitos, de maneira involuntária. Tratamos neste trabalho, afinal, das violências cometidas contra as mulheres e que se pautavam no caráter feminino para que decorressem.

Considerar as mulheres enquanto trabalhadoras rurais é uma construção necessária, uma vez que embora em meio ao contexto em que viveram não tenha sido possível apresentá-las sob este título, seria uma injustiça, saber que executavam tarefas vinculadas à terra e, ao mesmo tempo, não reconhecê-las enquanto pessoas que realizavam tais funções.

Dessa forma, é possível, a interpretação que entende as mulheres rurais como presentes, afetadas e agentes, nos conflitos agrários fluminenses. Se por um lado, é a partir dos anos 1980 que se intensificam as participações femininas em sindicatos rurais (SALES, 2007), por outro, cabe a pesquisas como esta recordar as mulheres que antes disso já estavam engajadas e imersas neste contexto de disputas por terra, ainda que de maneira diferente da que se iniciou no período posterior à redemocratização.

Por fim, é possível que o principal elemento que se possa extrair desta pesquisa seja justamente a sugestão de que se procurem destacar as atuações femininas, juntamente com as masculinas, ao se olhar para movimentos rurais, para que se traga para os holofotes das pesquisas, aquelas que estiveram esquecidas por muito tempo.

FONTES

Biografias:

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela Terra*. Rio de Janeiro. Edur e Mauad. 2008.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GHELLER, Elza Maria. *Josefa – A resistência de uma camponesa*. São Paulo. Editora Paulinas. 1997.

Documentário:

MAXWELL, Roberto; LIMA, Luiz Claudio. *Josefa – Uma Mulher na luta camponesa*. Centro de Documentação e Memória da Baixada Fluminense e APPH-Clio. 2002.

Entrevista de Josefa Paulino cedida a Judite Rodrigues Pucu:

PUCU, Judite Rodrigues. *Mulheres, Memória e o PCB (Histórias de vida)*. Monografia de Conclusão de Curso: UFF. Niterói. 2000. p.25-38.

Periódicos:

Jornal Imprensa Popular (1951-1958). Disponível em Hemeroteca Digital.

Jornal A Luta Democrática (1954 – 1964). Disponível em Hemeroteca Digital.

Jornal Última Hora (1951 – 1964). Disponível em Hemeroteca Digital.

Jornal Terra Livre (1954 – 1964). Disponível em Hemeroteca Digital.

Revista O Momento Feminino (1948 – 1956). Disponível em Hemeroteca Digital.

Legislação:

Lei 3071 de 1º de Janeiro de 1916 (Código Civil). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm> Acesso em 08/12/2017.

Lei 3951 de 24 de Junho de 1959. Disponível na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Documentos do Arquivo Público do Rio de Janeiro:

Tema Pesquisado	Setor	Notação	Dossiê	Folhas
Josefa Paulino da Silva	Comunismo	159	-	314

Josefa Paulino da Silva	Comunismo	2	-	191
Josefa Paulino da Silva	Informações	14	-	464
Josefa Paulino da Silva	Estados	20 – Cont.	-	1083
Josefa Paulino	DGIE	279-M	-	215
Josefa Paulino	DGIE	291-A	-	359-Z
Josefa Paulina da Silva	Pront. RJ	23120	-	-
Associação Feminina Fluminense	Estados	20 – Cont.	1	600
Associação de Lavradores Fluminense	DOPS	67	2	10
Associação de Lavradores Fluminense	Estados	20 – Cont.	-	1085
Maria Amélia da Silva	Pront. RJ	26191	-	-
Maria Antônia de Oliveira	Preventivo	277	-	272
Maria Antônia de Oliveira	Informações	162	-	97
Maria Antônia de Oliveira	Informações	161	-	1334

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964)*. Tese de Doutorado. FGV. Rio de Janeiro. 2016.
- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Lutas pela Terra na Baixada da Guanabara. In: *Cadernos PUR/ UFRJ*. Rio de Janeiro. v. 3. n. 1. Jan-Abr 1989.p. 43-72.
- AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e as ligas camponesas, 1955-64*. Dissertação de mestrado. Campina Grande, PB. UFPB. 1981.
- BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo. Ed Contexto. 2014.
- _____. Revistas Femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 1. Jan. 1993.p. 112-148.
- BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 25. n. 1. Fev. 2017.p. 179-207.
- BARROS, José D’Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *Revista de História da UFOP*. Ouro Preto. N. 12. 2015.
- BEZERRA, N. R. . Iguaçu e Estrela: a Baixada no meio do caminho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* , v. 13, p. 93-110, 2004.
- BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e Família: Articulações possíveis. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. v. 26. n.1. jun 2014. p. 129-145.
- BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. In: *Revistas Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12. n. 1. Jan.-Abril 2014.p. 289-302.
- COSTA, Suely Gomes. “Silêncios, diálogos e os monólogos da vagina: Instantes dos Feminismos (Brasil, 1970-1990).” In: *Revista Esboços – UFSC*. Florianópolis. v. 14. n. 17. 2007. p. 35-56.
- DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: Análise social e eclesial. *Cadernos do CEDI*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 7-24. 1987.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. LTr Editora. São Paulo. 2012.
- DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. In: *Cantareira*. n.1. v. 1. 2002.p. 1-13.

ENNE, Ana Lúcia Silva. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: memória, representações sociais e identidades. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. 2002.

FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a Eternidade”: A atualidade de E. P. Thompson”. In: *Tempo Social*, Vol 18. n. 1. junho de 2006. p. 197-215

_____. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. In: *Locus – Revista de História*. V. 13. N.02. Juiz de Fora. 2007. Pp. 61-86.

_____. Formação de classe e populismo: E. P. Thompson e o populismo. In: *Revista Anos 90*, v. 17. N. 31. Porto Alegre. Jul. 2010. p. 173-195.

GRYNSPAN, Mário. Ação Política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In.: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria (Orgs). *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas*. v. I: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo. Ed. Unesp. p. 35-56.

_____. Luta pela terra e identidades sociais. In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Vol. 5. Julho. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400014 > Acesso em 20/02/2017.

_____. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. 1987.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: *Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis . 2012.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. v. 26, n. 1. 2014.p. 61-73.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, n.132. São Paulo. Set-dez 2007. p.595-609.

MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos a luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945 a 1964. Lydia da Cunha – uma militante*. Tese de Doutorado. UFF. Niterói, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro. Fase. 1989.

_____. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro*. Disponível em <<http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>> Acesso em 7 jul. 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC. V. 29. N. 2. p. 391-416

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o mundo Público: Movimento de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2015.

MOTTA, Marcia; ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: História de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência Camponesa: visibilidade e diversidade dos conflitos ao longo da história*. São Paulo. UNESP, 2009.p. 243-258;

NETO, José Marques de Sousa. “Os círculos agroalimentares”: Parâmetros e limites de uma proposta de educação popular no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ. Dissertação de mestrado. Seropédica: UFRRJ. 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina. v. 8. n.2. 2000.p. 9-41

NOVICKI, Victor. *Política Fundiária e Cultura Administrativa nos anos 80: Governos Federal, Fluminense e Paulista*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 1998.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro. v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011.p. 270-283.

_____. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História. São Paulo. v.24. n.1.p.77-98. 2005.

PEDROZA, Manoela. O debate na historiografia marxista brasileira sobre os trabalhadores rurais no século XX. In: *Tempos Históricos*. Mal. Candido Rondon, UNIOESTE, V. 7, nº 1. 2005. p.91-116

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. In: *Estudos Feministas*. Santa Catarina. v. 17. n. 1. Jan-abr 2009. p. 159-189.

PORTPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Terra Livre, O Nordeste e Liga: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64*. Dissertação de mestrado. Seropédica, RJ. Programa de pós-graduação em História/UFRRJ. 2016.

RAGO, Margarete. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes. *Cultura Histórica em debate*. São Paulo. Unesp. 1995.p. 81-91.

- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1989.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. “A Companhia grileira e latifundiária”: a luta dos trabalhadores rurais de Magé contra a fábrica de tecidos Pau Grande. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*. Campinas, set. 2012.
- _____. “Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?”: os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 28. n 56. jul-dez 2015. p. 305-322.
- SAFFIOTI, Heileieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro. Editora Revinter. 1995.
- SAFFIOTI, Heileieth I. B. *Gênero, patriarcado e Violência*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2004.
- _____. *O poder do macho*. Editora Moderna. São Paulo. 2001.
- SALES, Celina de Maria Vera. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 15. n. 2. mai-ago 2007. p. 437-443.
- SALES, Jean Rodrigues. As ligas camponesas e a revolução cubana nos anos 1960: Reforma Agrária e Revolução. In.: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2013.p. 279-299
- SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. In.: *EIAL: Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 16. n 1. 2005. p. 147-164.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre. V. 20. n.2. jul-dez 1995. p. 71-95.
- _____. A invisibilidade da experiência. In: *Proj. História*. São Paulo. v. 16. fev de 1998. p. 297-325.
- SILVESTRE, Maria João Cunha; FERREIRA, Cristiana. As crianças protagonistas de notícia: sujeitos e objetos de crime. In: *INTERCOM – RBCC*. v. 36. n.1. São Paulo. 2013. p. 81-102.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação econômica e Emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2006.
- SOUZA, Marlúcia Santos. *Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias*. 1ª Ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO. 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. V.6. N.17. Outubro, 1991.p.7-15.

_____. “O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. v. 26. n 1. 2014. p. 123-128.

TAPIA, Ruben Jorge Biton. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil 1946-1964*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP. 1986.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In: *Cadernos Pagu*. Campinas. v. 3. 1994. p. 29-62.

THOMPSON, Edward Palmer. A força dos trabalhadores. In: *A formação da classe operária inglesa, Volume III*. 1a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 303-361.

_____. A maldição de Adão. In: *A formação da classe operária inglesa, Volume II*. 1a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 11-69.

_____. As peculiaridades dos Ingleses. In: *A peculiaridade dos Ingleses e outros textos*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 75-179.

_____. Economia Moral da Multidão Inglesa No Século XVIII. In: *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular e tradicional*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras. 2005.p. 150-202

_____. Economia Moral Revisitada. In: *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular e tradicional*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras. 2005b.p. 203-266.

_____. *Senhores e Caçadores: A origem da lei negra*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1997.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. In: *Lutas & Resistências*. Londrina. V. 1. Set. 2006. p. 60-75.